



Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e sete minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 24/2022 - Reunião ordinária de 16 de novembro de 2022**
 - 2. Projeto da Ata n.º 25/2022 - Reunião extraordinária de 30 de dezembro de 2022**
 - 3. Deliberação n.º 627/2023 – Proposta n.º 20/2023 – GAP – Nomeação de Representante do Município na SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.**
 - 4. Deliberação n.º 628/2023 – Proposta n.º 21/2023 – GAP – Acordo de cessão da posição contratual no contrato de recolha de efluentes celebrado entre o Município de Setúbal e a SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.**
 - 5. Deliberação n.º 629/2023 – Proposta n.º 22/2023 – GAP – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2022 (período de 18 a 31 de dezembro) - RETIRADA**
 - 6. Deliberação n.º 630/2023 – Proposta n.º 23/2023 – GAP – Tarifário Resíduos Sólidos Urbanos – SMS – Serviços Municipalizados de Setúbal - RETIRADA**
 - 7. Deliberação n.º 631/2023 – Proposta n.º 24/2023 – GAP – Subscrição de tomada de posição do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Luísa Todi**
 - 8. Deliberação n.º 632/2023 – Proposta n.º 01/2023 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela empresa Ascenza Rovensa Company**

9. **Deliberação n.º 633/2023 – Proposta n.º 354/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP - Renovação do licenciamento Microsoft - Concurso público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP**
10. **Deliberação n.º 634/2023 – Proposta n.º 360/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão do lote de terreno n.º 179, do loteamento municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**
11. **Deliberação n.º 635/2023 – Proposta n.º 361/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 44, do loteamento municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 636/2023 – Proposta n.º 362/2023 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2022**
13. **Deliberação n.º 637/2023 – Proposta n.º 363/2023 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
14. **Deliberação n.º 638/2023 – Proposta n.º 07/2023 – DRH/DIGAT – Abertura de Procedimento Concursal para cargo de direção Intermédia de 2.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**
15. **Deliberação n.º 639/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2023, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**
16. **Deliberação n.º 640/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DASU/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “SECIL - Companhia de Cal e Cimento, S.A.” ao Município de Setúbal**
17. **Deliberação n.º 641/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
18. **Deliberação n.º 642/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito - Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, na Rua do Cercal, n.º 31, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 643/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito - Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, na Rua João Augusto Rosa, n.º 8, em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 644/2023 – Proposta n.º 66/2023 – DCDJ/DISOC – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023 - Apoio às Instituições e Associações de âmbito Social**
21. **Deliberação n.º 645/2023 – Proposta n.º 67/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Caráter Eventual em Situações de Comprovada Carência Económica e/ou Emergência Social de Setúbal**
22. **Deliberação n.º 646/2023 – Proposta n.º 68/2023 – DCDJ/DICUL – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Apoio financeiro**
23. **Deliberação n.º 647/2023 – Proposta n.º 69/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Coral Luísa Todi - Coral Canto Abierto de Madrid**

24. **Deliberação n.º 648/2023 – Proposta n.º 70/2023 – DCDJ/DICUL – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023 - Apoio às Coletividades e Associações Culturais**
25. **Deliberação n.º 649/2023 – Proposta n.º 71/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Festival Internacional de Música de Setúbal 2023**
26. **Deliberação n.º 650/2023 – Proposta n.º 72/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação - Realização em Setúbal da Taça do Mundo de Águas Abertas**
27. **Deliberação n.º 651/2023 – Proposta n.º 73/20223 – DCDJ/DIDES – Grupo Desportivo “Os Amarelos” – Apoio financeiro para inscrição e participação no Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva de Alto Mar**
28. **Deliberação n.º 652/2023 – Proposta n.º 74/2023 – DCDJ/DIDES – Academia de Voleibol de Praia de Setúbal - Apoio financeiro ao transporte de atletas para o Torneio Internacional AMB Volleyball Cup**
29. **Deliberação n.º 653/2023 – Proposta n.º 75/2023 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Atletismo Lebres do Sado**
30. **Deliberação n.º 654/2023 – Proposta n.º 76/2023 – DCDJ/DIDES – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023 - Apoio aos Clubes e Associações Desportivas**
31. **Deliberação n.º 655/2023 – Proposta n.º 149/2023 – DURB/DIPU – Prorrogação do período de vigência das medidas preventivas no âmbito da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos - Processo n.º 58/22**
32. **Deliberação n.º 656/2023 – Proposta n.º 150/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de Centro Geriátrico – Residência assistida - Processo n.º 262/21**
33. **Deliberação n.º 657/2023 – Proposta n.º 151/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento de projeto de arquitetura de instalações desportivas - Processo n.º 201/21**
34. **Deliberação n.º 658/2023 – Proposta n.º 152 /2023 – DURB/DIGU – Regularização e aprovação de obras de ampliação numa construção, com vista à alteração do seu uso para unidade industrial - Processo n.º 392/92**
35. **Deliberação n.º 659/2023 – Proposta n.º 153/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de operação de loteamento de dois lotes - Processo n.º 29/22**
36. **Deliberação n.º 660/2023 – Proposta n.º 154/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia sobre edificação de dois edifícios destinados ao uso de serviços - Processo n.º 47/22**
37. **Deliberação n.º 661/2023 – Proposta n.º 155/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia desfavorável relativa à construção de estufas para plantação industrial de cannabis, pavilhões, armazéns, escritórios e muro de vedação - Processo n.º 2/23**
38. **Deliberação n.º 662/2023 – Proposta n.º 156/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura - Processo n.º 351/21**
39. **Deliberação n.º 663/2023 – Proposta n.º 157/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura, alterações de fachada - Processo n.º 59/23**
40. **Deliberação n.º 664/2023 – Proposta n.º 158/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 280/22**
41. **Deliberação n.º 665/2023 – Proposta n.º 159/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, ampliação alteração de edifício - Processo n.º 258/22**

- 42. **Deliberação n.º 666/2023 – Proposta n.º 160/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alterações e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 84/22**
- 43. **Deliberação n.º 667/2023 – Proposta n.º 161/2023 – DURB/DIMOT – Projeto de regulamento para a mobilidade partilhada do Município de Setúbal – Consulta Pública**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 5 e 6.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo licenciamentos, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 a 11.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Sr. Presidente, na reunião da Câmara do dia 22 de março, tinha afirmado que a empresa contratada para avaliar o risco de derrocada da arriba da Serra da Arrábida sobranceira ao troço entre as praias da Figueirinha e de Galapos iria apresentar uma solução e previa-se que viesse a apresentá-la, o mais tardar, no decorrer da primeira semana de abril. Estando já em 19 de abril, questionava qual era a solução técnica que tinha sido encontrada para garantir a segurança da circulação e quando e em que termos é que essa solução poderia ser aplicada.

Queria recolocar, também, uma questão relativa à reunião da Câmara do dia 5 de abril. Tinha questionado nessa reunião quantos passes Navegante Municipal tinham sido vendidos no primeiro trimestre do ano e qual a evolução nas vendas, face ao número de passes vendidos no período homólogo. Na altura, a Vereadora Rita Carvalho tinha informado que aguardava, ainda, o envio desses dados pela Carris Metropolitana. Perguntava se a Câmara, eventualmente, já os teria recebido e se os poderia partilhar com eles.

Depois, no que respeitava ao estacionamento tarifado, se o apoio adicional ao passe Navegante Municipal visava incentivar a utilização do transporte público, a instalação dos novos parquímetros em algumas ruas da cidade parecia querer incentivar os peões a não utilizarem o passeio. Um exemplo paradigmático era o do parquímetro que tinha sido colocado na Avenida Doutor António Rodrigues Manito, no troço compreendido entre a rotunda do Liceu e a rotunda da Praça Vitória Futebol Clube.

Era um parquímetro que estava, literalmente, no meio do passeio e era um verdadeiro atentado à mobilidade dos peões. Era importante esclarecer se a colocação desses equipamentos era da responsabilidade exclusiva do concessionário, sem qualquer tipo de fiscalização ou orientação do Município ou se existia alguma validação prévia ou eventual fiscalização da forma como o concessionário vinha ocupando o espaço público.

Já que falavam de estacionamento tarifado, importava também referir aquilo que era o estacionamento gratuito. Em maio do ano anterior – estava-se quase a assinalar um ano sobre essas declarações –, o Sr. Presidente tinha inaugurado 500 lugares de um parque de estacionamento que já existia, na zona da Várzea, e tinha anunciado, também, a construção de dois novos parques de estacionamento na cidade, que ampliariam a capacidade instalada, naquilo que eram os parques de rebatimento - portanto, parques de estacionamento gratuitos - para perto de 2500 lugares gratuitos.

Essa sua promessa tinha sido feita no dia 13 de maio de 2022, mas o milagre da multiplicação dos parques continuava por cumprir e podiam, até, perguntar sobre os novos parques, onde estavam e o que os demorava, porque, na verdade, continuavam sem aparecer.

Nessa questão dos parques de rebatimento, era particularmente relevante, à luz do estudo que tinha sido encomendado à Consulmark 2, sobre o qual já tinha colocado questões na anterior reunião da Câmara... Tinha acabado de saber que tinha sido recebido naquele momento o “draft” que ainda não tinha sido entregue e, portanto, reservaria a intervenção sobre esse estudo para uma ocasião futura.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse ao Sr. Presidente que, na sequência da questão que o Vereador Joel Marques tinha levantado, sobre o encerramento do troço a seguir à praia da Figueirinha, tinha uma questão que ia mais além, que era: O Programa “Arrábida sem Carros” para 2023, uma vez, que tinham uma nova realidade, com o corte da estrada, o que é que estava a ser feito nesse sentido?

Achava que tinham que começar a refletir, uma vez que as alterações climáticas nos mostravam que cada vez mais o verão não se cingia aos meses de junho, julho e agosto. No domingo anterior tinha estado um verdadeiro dia de verão, as praias estavam cheias e não tinham tardado em vir as notícias do constrangimento de trânsito na Arrábida. Eventualmente, faria sentido fazerem essa reflexão e tentar perceber se não deveriam ter um plano para os períodos de férias em que, eventualmente, já estivesse bom tempo, para que não colocassem a população em risco e para que se pudesse transitar naquele percurso e usufruir das praias em segurança, porque a verdade era que aquele troço que estava fechado no domingo estava aberto. As pessoas estavam a passar e todos sabiam o risco que isso poderia acarretar.

Portanto, deixava essa sugestão, não só para o Programa “Arrábida sem Carros”, como, eventualmente, para se fazer uma reflexão sobre alargar esse debate e não o restringir aos meses de verão.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era uma questão muito simples. Na anterior reunião da Câmara tinham aprovado uma proposta que tinha a ver com a transição de trabalhadores, quer fossem trabalhadores com contrato sem termo, contrato a termo ou prestadores de serviço, da Câmara Municipal para Associação Baía de Setúbal.

O Sr. Presidente tinha afirmado nessa reunião, quando aprovaram essa proposta, que todos os trabalhadores iriam manter os seus direitos, não iria existir qualquer tipo de alteração, e, portanto, quem estivesse com prestação de serviços iria manter essa prestação de serviços, quer fosse com a Câmara Municipal de Setúbal, quer fosse com a associação. Também tinha afirmado que quem estivesse na situação de pertencer ao quadro da Câmara Municipal iria querendo, transitar para a associação, mantendo todos os direitos.

Os trabalhadores de que estavam a falar, nomeadamente os prestadores de serviço, tinham um horário de 35 horas e tinha sido proposto aos trabalhadores passarem de 35 para 40. Se

os trabalhadores iam manter as condições... Até tinha havido uma proposta de alteração das folgas e da forma de descanso desses trabalhadores.

Já sabia que tinha havido um recuo, entretanto, nas reuniões que tinha havido, mas a verdade era que esse processo não estava a correr bem. Esse processo não estava a correr como o Sr. Presidente lhes tinha dito. Aquele sonho que ali lhes tinha transmitido, de que estava tudo tranquilo e que iria ser tudo uma transição tranquila, não estava a acontecer.

Portanto, aquilo que pediam era esclarecimentos sobre essas propostas que tinham sido feitas aos trabalhadores, que não faziam qualquer sentido. Se o Sr. Presidente tinha dito ali que os trabalhadores iriam manter todas as condições, não se podia, a um trabalhador que tinha 35 horas, depois, fazer uma proposta para passar para 40, alterando o seu período de descanso. Havia alguma coisa que não estava bem.

Depois, queria pedir-lhe, evidentemente, um esclarecimento sobre esse processo negocial de trabalhadores que estavam em prestação de serviços havia vários anos e, portanto, não se conseguia perceber como é que essa situação não estava regularizada. Estava-se a tentar passar esses trabalhadores, a quem lhes teria sido prometido ou assumido o compromisso de ingressarem nos quadros da Câmara - uma vez que era política de bandeira do Partido Comunista Português regularizar todas as situações de precariedade por esse país fora -, e, portanto, não podiam estar depois, enquanto poder na Câmara Municipal de Setúbal, a "chutar" esses trabalhadores para uma associação, mantendo a sua situação de precariedade.

Ora, se esses trabalhadores estavam com prestação de serviços havia vários anos, tinham que passar para a associação não com uma prestação de serviços, mas com um contrato. Se percebiam que na Câmara Municipal essa fosse uma situação que levava tempo e era difícil - tinham acompanhado esse processo -, por erros cometidos no passado e que estavam, naquele momento, a ser regularizados, também reconheciam isso, a verdade era que esses trabalhadores que passavam para a associação não podiam ser prejudicados nesse mesmo sentido.

Apelava ao Sr. Presidente para que tivesse também uma intervenção direta nesse processo, para que, efetivamente, tal como tinha afirmado - e acreditavam que a afirmação era mesmo nesse sentido -, nenhum trabalhador ficasse prejudicado. Queria saber, da parte do Sr. Presidente, naquele momento, qual era o ponto da situação dessa transição, porque, tal como em outras situações para que tinham chamado a atenção no passado, esse processo não estava a correr bem e, portanto, convinha, efetivamente, tranquilizar os trabalhadores, esclarecê-los e regularizar as suas situações de precariedade laboral, que não podiam, efetivamente, continuar.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria agradecer a entrega do "script" e do estudo e lamentar que o documento que tinha sido entregue não fosse o documento completo e que o "script" não refletisse todas as questões que tinham sido colocadas aos inquiridos. Nomeadamente as questões que diziam respeito àquilo que era a avaliação, numa escala de 1 a 5, da simpatia do Sr. Presidente, da honestidade do Sr. Presidente, da proximidade do Sr. Presidente, da forma como os inquiridos avaliavam a importância da simpatia, da honestidade, da proximidade de um presidente de câmara, entre vários outros critérios de avaliação, mas, também, aquilo que tinha sido o verdadeiro concurso de popularidade, que tinha sido questionar todos os inquiridos desse estudo sobre se conseguiam identificar pelo nome quer o presidente da câmara quer os vereadores, incluindo os vereadores da oposição, tendo sido lido o nome integral de todos os vereadores que não tivessem sido identificados pelos inquiridos.

Queria lamentar que o "draft" que tinha sido entregue não fosse o "draft" que tinha sido solicitado, que era o "draft" completo do questionário que tinha sido feito. Fazia essas afirmações completamente convicto daquilo que estava a afirmar, por dois motivos. Primeiro, como o Sr. Presidente certamente bem saberia, esses estudos, esses inquéritos eram inquéritos telefónicos e as chamadas eram gravadas e, portanto, todas as questões que eram colocadas eram gravadas e, segundo, porque sabia perfeitamente a que questões lhe tinha



sido pedido que respondesse. Sabia perfeitamente a que questões é que tinha respondido, sabia perfeitamente as respostas que tinha dado, sabia perfeitamente quem é que tinha tido que avaliar, em que escala é que tinha tido que avaliar e os nomes que lhe tinha sido pedido que reconhecesse.

Portanto, dizia-o com a certeza que quem tinha sido inquirido telefonicamente nesse estudo e de quem sabia que o “*script*” que lhes tinha sido apresentado era um “*script*” que estava truncado, que não incluía todas as questões que tinham sido feitas, e, portanto, o relatório que ali lhes tinha sido apresentado - que ainda não tinha tido oportunidade de analisar em pormenor -, não respondendo às questões que estavam em falta no “*script*”, também não era o relatório completo que tinha sido solicitado.

Por isso, voltava a reforçar o pedido da integralidade do “*script*” das questões que tinham sido colocadas, bem como daquilo que era o relatório que tinha sido apresentado pela Consulmark 2, até porque, como o Sr. Presidente bem compreendia, esse tipo de estudos de popularidade, naquele âmbito, eram sondagens pré-eleitorais que eram encomendadas e pagas pelos partidos políticos, não pelas câmaras municipais, e a utilização de meios públicos com o pagamento de 19.500 euros mais IVA, para avaliar a popularidade dos eleitos, em particular a popularidade do Sr. Presidente, era algo que considerava que o devia envergonhar profundamente e algo que os vereadores do Partido Socialista acreditavam que poderia ter implicações que iam muito além daquilo que era a mera discussão política.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que era só para responder a algumas questões colocadas pelo Vereador Joel Marques, nomeadamente relativamente ao número de vendas do passe municipal. Tinham os dados, que estavam a ser trabalhados, e remetê-los-iam até ao fim da semana seguinte, para conhecimento daquilo que tinha sido o resultado das vendas do passe municipal que, como sabia, tinha uma redução de 10 euros, e era essa a questão do senhor vereador.

Sobre a colocação dos parquímetros, obviamente, que cabia ao concessionário e, obviamente, que o parquímetro que tinha referido não estava colocado em boas condições, portanto, teria que ser recolocado. Não era o único e todos os que não estavam teriam que ser recolocados, garantindo as condições de circulação e de mobilidade para os peões.

Sr. Presidente – Disse que iria tentar então dar resposta a um conjunto de questões que os senhores vereadores tinham colocado. A Sra. Vereadora Rita Carvalho já tinha respondido às questões que tinham a ver com os passes e, também, com a questão dos parquímetros. Sobre a questão da situação da derrocada nas arribas da Arrábida, o que tinha referido ali, numa primeira reunião da Câmara, tinha sido na sequência de uma informação que tinha tido e que tinha resultado da avaliação que o Serviço Municipal de Proteção Civil tinha feito sobre essas situações no território do Município.

Tinha sido realizada na Câmara Municipal uma reunião com várias entidades que tinham a ver com a responsabilidade que tinham sobre o território e, nessa reunião, para além de responsáveis de empresas, de responsáveis das instituições, tinham estado, também, presentes vários técnicos que tinham experiência nessa matéria. Portanto, o primeiro edital que tinha saído tinha sido para a informação da população, tinha sido a justificação do porquê do encerramento da estrada a seguir à praia da Figueirinha, ficando a aguardar, como tinha sido dito, os estudos que era necessário realizar.

Como deviam compreender, tratava-se de uma quantidade significativa de rocha, com um peso brutal, que estava pendurada e em risco iminente de queda. Situava-se no cimo das arribas e, portanto, tinha riscos muito significativos para a própria operação.

Tinha sido contactada uma empresa da especialidade, reconhecida no Mercado, e com o acompanhamento, também, dessas entidades que já tinha referido - para não se esquecer de nenhuma, queria referir, apenas, duas que lhe pareciam significativas, como eram o caso da APA e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – e esses estudos tinham avançado.

Tinha havido uma data, que tinha sido a que lhes tinha sido transmitida nessa reunião, de que, num prazo – pensava que até ao final de março - seria dada uma informação e tinha sido esse o compromisso que tinha assumido quando fizeram o edital. Entretanto, tinha sido informado de que os estudos implicavam mais tempo, maior aprofundamento das matérias e das complicações do problema. Portanto, tinha feito sair um novo edital e, para não estar a correr riscos, dizendo que ficaria interrompida a estrada até serem fornecidos esses dados.

A Câmara Municipal não tinha condições para decidir sobre aquela operação. Não tinha essas condições e, portanto, estavam, naturalmente, dependentes dessas empresas e desses pareceres dessas entidades, que, como todos reconheciam, eram entidades idóneas e com responsabilidades do Estado, também.

Portanto, por enquanto, continuava a aguardar que houvesse informação para se poder tomar uma decisão relativamente ao desenrolar da iniciativa. Naquele momento, a questão era essa, aguardava que, a qualquer momento, fosse apresentado, um estudo e uma proposta para a intervenção e para o prazo da duração dessa operação.

Falava assim porque aquilo que ia dizer era no âmbito da reunião em que tinha participado com esses técnicos. Não se tratava, apenas, da operação de desmontar o bloco e de o fazer cair na estrada, porque a arriba era na zona da estrada e da praia. Não se tratava só da operação de fazer com que o bloco seguisse o seu caminho natural, pela arriba. Tratava-se, também, de estudar as condições do menor impacto daquele bloco na estrada e na própria praia. Supunha que era sobre tudo isso que, naturalmente, era preciso fazer cálculos e estudos e ver como é que se desencadeava a operação.

Uma das questões que também tinha ficado clara tinha sido que não podia haver intervenção de máquinas. Não tinham condições para operar naquele espaço e na situação em que o bloco estava e, portanto, tinham que ser estudos que permitissem que, provavelmente, pessoas com experiência pudessem intervir e fazer a deslocação do bloco. Depois, seria necessário estudar o impacto que aquele volume e aquele peso teriam na estrada e, ainda mais do que isso, também avaliar quanto tempo é que seria necessário para fazer a deslocalização de todo aquele material para os locais adequados.

Era uma operação complexa e, por isso, naturalmente, aguardava com preocupação. Como se compreendia, qualquer um estaria preocupado com a situação, ainda por cima, num período de início da época balnear. Portanto, a preocupação era grande, mas também era preciso ter alguma atenção à complexidade de todo esse processo.

Estava marcada uma reunião, pensava que para o início da semana seguinte, e esperava que houvesse mais informação para poderem tomar uma decisão. De qualquer forma, percebendo que, pelo menos, o início da época balnear poderia estar em risco na circulação da estrada de baixo, já tinha pedido para começarem a fazer os estudos, no sentido de o acesso a Galapos e às restantes praias poder ser feito pela estrada de cima, a partir de Azeitão.

Eram esses os estudos que estavam a ser feitos, no sentido de prevenir. Naturalmente que havia uma outra preocupação – eram muitas -, que eram os operadores e as atividades económicas que estavam instaladas em Galapos e para lá de Galapos, que eram uma preocupação que também tinham. Portanto, era muito importante o esclarecimento dessa situação, mas o que estavam a procurar - e isso podiam garantir - era que evitariam os maiores custos para esses investidores, para essas atividades económicas e, também, para os banhistas, naturalmente.

Era uma situação muito complexa e agradecia ao senhor Vereador e à senhora Vereadora, também, terem colocado a questão. Era uma oportunidade para ficarem todos melhor informados da complexidade desse processo e, naturalmente, da preocupação que a todos assolava, por não terem informação ainda definitiva sobre o seu desencadear, que era necessário que fosse o mais urgente possível, tendo em conta que a informação que tinham era que havia uma derrocada iminente e, portanto, era preferível que ela fosse controlada do que acontecer sem qualquer controlo.

Relativamente à questão que a Sra. Vereadora Sónia Martins, também nesse âmbito, tinha colocado, quanto ao Programa “*Arrábida sem Carros*”, naturalmente que o programa estava em desenvolvimento nos serviços. Já tinham aprovado um gabinete técnico para acompanhar



todo esse processo e queria aproveitar, também, para dizer que tinha ideia que, ao longo dos anos, a Câmara Municipal – era a sua convicção – tinha feito um esforço grande para garantir o melhor possível o acesso das populações às praias da Arrábida, mas, também, tinha procurado evitar um maior impacto que o acesso através dos carros tinha no Parque Natural e em todas as pessoas que procuravam exatamente aquele espaço natural para viver ali nas melhores condições, também de saúde pública.

Portanto, esse Programa “*Arrábida sem Carros*” era um programa que, dentro de todos os condicionalismos, preocupações e, também, responsabilidades que a Câmara Municipal tinha assumido, tinha ido ao encontro daquilo que eram essas preocupações e essas responsabilidades que tinham assumido. No entanto, considerava que esse programa e essas medidas eram e deviam ser encaradas como medidas transitórias. A Câmara Municipal e as pessoas não podiam continuar todos os anos a fazer um esforço, até financeiro - que era feito pela Câmara Municipal -, para manter essa situação.

Os valores que estavam ali em presença - os valores naturais, a saúde pública, a segurança e o bem-estar das pessoas – eram qualquer coisa que devia ser salvaguardada em toda a linha. Por isso, nessa consideração de que se tratava, de facto, de uma medida muito positiva, tendo em conta as condições que existiam, e era sabido o que é que poderia acontecer se a Câmara Municipal não tomasse essas medidas, sobretudo também em termos de segurança das pessoas que procuravam as praias. Tinham notícia, já pelos anteriores fins de semana, com a subida das temperaturas, do caos que tinha acontecido na estrada e, portanto, antes da época balnear, que era a altura a partir da qual a Câmara Municipal tinha de assumir o compromisso desse Programa “*Arrábida sem Carros*”.

Por isso, tinha entendido pedir uma reunião ao senhor Ministro do Ambiente, para lhe colocar esse conjunto de questões e essas preocupações, no sentido de poderem equacionar, não apenas a Câmara Municipal, porque achava que era uma questão de Estado que estava em causa, era um interesse nacional. Embora estivesse localizado, encontravam ali gente que vinha de todas as partes do país, para não falar de estrangeiros. Portanto, achava que era uma responsabilidade que também devia ser partilhada com o Estado, de forma a haver uma colaboração, no sentido de haver uma decisão com um carácter mais definitivo e que fosse ao encontro das preocupações que já tinha expressado.

O senhor Ministro do Ambiente tinha percebido o que é que estava em causa e tinha manifestado a sua disponibilidade e o seu interesse em criar, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, um grupo de trabalho para avaliar essa situação e, através desse grupo de trabalho, fazer estudos e encontrar as soluções mais duradouras para atingir esses objetivos. Portanto, era esse o quadro em que estavam a trabalhar.

Naturalmente que não era uma solução já para a próxima época balnear, mas era uma questão que a curto-médio prazo deveria, no seu entendimento, ser equacionada e partilhada, também no que dizia respeito aos investimentos, pela Câmara Municipal, por outros agentes económicos, até, e, naturalmente, pelo Estado. Era essa a questão que se colocava e, como já tinha referido, relativamente ao grupo de trabalho e ao Programa “*Arrábida sem Carros*”, ele estava a ser desenvolvido e, portanto, seria apreciado pela Câmara Municipal em breve prazo.

Relativamente às questões do estacionamento e à alusão que o Sr. Vereador Joel Marques tinha feito sobre os designados parques de estacionamento de periferia ou de rebatimento, era verdade que tinham tomado a decisão de criar um parque gratuito, para que as pessoas que vinham de fora da área central da cidade pudessem estacionar os seus carros, utilizar os transportes públicos que circulavam naquela zona e ter acesso a outras zonas da cidade, conforme o interesse de cada um.

Esse parque estava identificado, estava a funcionar e cada vez ia tendo mais carros. Naturalmente que também estava toda uma zona em volta daquela unidade comercial do Allegro, onde também existia uma quantidade significativa de estacionamento que podia ser utilizada para este fim.

Estavam à espera que outras entidades respondessem à iniciativa que tinham tomado, no sentido de poderem utilizar outros espaços para criar mais espaços de estacionamento

gratuito, com esse mesmo objetivo. Esperava que a breve prazo houvesse informação das entidades que tinham sido consultadas, para viabilizar essas áreas para que a Câmara Municipal pudesse alargar os parques de estacionamento de rebatimento ou de periferia para esse efeito.

Quanto ao Sr. Vereador Fernando José, relativamente àquilo que tinham falado na última reunião da Câmara, sobre essa decisão de passar as lojas do turismo que eram dirigidas pela Câmara Municipal - e, portanto, com trabalhadores contratados pela Câmara Municipal - e à possibilidade de passarem a ser geridos pela Associação da Baía de Setúbal, aquilo que tinha dito relativamente aos trabalhadores mantinha-se e seria assim que iria acontecer. Os trabalhadores que quisessem ficar na Câmara Municipal ficariam na Câmara Municipal e os trabalhadores que quisessem ficar na Associação da Baía de Setúbal ficariam na Associação da Baía de Setúbal, com a certeza de que, para aqueles que quisessem ficar na Câmara Municipal, como estava a acontecer com todos os outros trabalhadores que tinham contratos a prazo, seriam abertos os concursos para poderem concorrer, e, portanto, serem integrados nos quadros. E mesmo aqueles trabalhadores que, naquele momento, pudessem decidir ficar na Associação da Baía de Setúbal, igualmente, quando os concursos fossem abertos naturalmente que esses trabalhadores também poderiam concorrer e, portanto, se assim o entendessem, virem a integrar os quadros da Câmara Municipal.

Esse era o compromisso que existia. Naturalmente que, nos pormenores, teriam de ser avaliadas as questões do enquadramento legal dessas situações e dos interesses, também, da própria Associação da Baía de Setúbal. Sobre isso não tinha dúvidas, mas a liberdade era dos trabalhadores escolherem qual era a opção que queriam. Era isso que estava em causa. Era deixar andar o processo e quando, fosse para decidir, logo avaliariam o resultado.

Quanto à questão do estudo que a Câmara Municipal tinha encomendado, para avaliar da opinião que os setubalenses e os azeitonenses tinham do trabalho que a Câmara Municipal desenvolvia e das preocupações maiores que tinham relativamente aos problemas que existiam no seu bairro, na sua rua, na sua freguesia, queria dizer, ao Sr. Vereador Joel Marques, que nunca se tinha envergonhado de alguma coisa que tivesse feito e também não era daquela vez, por muito que o senhor Vereador se esforçasse para isso. Mas não era ainda daquela vez e esperava que nunca fosse.

O senhor Vereador contava histórias e as histórias ficavam com ele. Quanto ao documento sobre o qual lhe tinha perguntado se tinha subscrito as perguntas que tinham sido feitas, o que lhe podia dizer - não era capaz, naquele momento, de identificar todas as perguntas, como era natural, mas elas estavam escritas - era que tinha estado de acordo com as perguntas que lhes tinham sido apresentadas pela empresa e que tinham subscrito essas perguntas. Portanto, tinha sido nesse sentido que a questão ou que o processo tinha sido desenvolvido.

O estudo que tinha sido feito tinha sido entregue pela empresa e, como sabiam, a empresa era uma empresa que fazia estudos de mercado, estudos de opinião. Portanto, se a empresa tinha feito perguntas que os senhores Vereadores achavam que não devia ter feito isso era um problema da empresa, não era um problema da Câmara Municipal. Portanto, podia garantir ao senhor Vereador que ainda não era daquela vez que se envergonhava das afirmações que fazia ou das decisões que tomava. Era só para que ficasse bem claro ao senhor Vereador e que não houvesse dúvidas nenhuma sobre isso.

Não podia era dar ao senhor Vereador respostas a questões em que, eventualmente, o senhor Vereador gostaria que se envolvesse, mas não lhe podia dar respostas relativamente a decisões que tinha tomado e que eram diferentes, certamente, tendo em conta as afirmações que o senhor Vereador tinha feito. Isso não podia fazer, porque isso não correspondia à verdade e procurava seguir a linha da verdade. Era assim que também se orientava na vida.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria começar por dizer que afirmar que as suas afirmações não correspondiam à verdade era o mesmo que chamar-lhe mentiroso e isso não admitia ao Sr. Presidente nem a ninguém. A sua palavra ninguém punha em causa.



No dia 10 de março de 2023, pelas 15h 54m, tinha recebido uma chamada – se o Sr. Presidente quisesse, também lhe poderia dizer o número do qual o tinham contactado -, para responder a esse inquérito e a mais algumas questões. Uma chamada que tinha demorado 24 minutos e que estava gravada, como o Sr. Presidente bem sabia.

O Sr. Presidente ou tinha tido azar ou tinha sido aconselhado e não tinha percebido que, ao fazer um estudo que iria inquirir setubalenses, os setubalenses seriam inquiridos e os setubalenses que estavam naquela bancada poderiam ser inquiridos. Tinha-lhe calhado a ele, tinha sido inquirido, e sabia muito bem a que perguntas é que tinha respondido.

Sr. Presidente – Disse que esperava que tivesse dado um bom contributo para que pudessem melhorar a vida e a qualidade de vida no concelho.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que dava todos os dias. Não era em inquéritos, era em ação diária.

O inquérito a que tinha respondido estava ali, apenas, de forma parcial, não estava na íntegra, faltavam perguntas que tinham sido colocadas, quer a ele quer aos restantes inquiridos, porque não era um inquirido com nenhum estatuto especial. Tinham-lhe sido colocadas e ele e tinham sido colocadas aos restantes e tinham sido perguntas...

A ver se se entendiam, também, um bocadinho em relação a isso. Ir ali afirmar, como o Sr. Presidente tinha acabado de fazer, que: *“Bom, eu sei as perguntas que validei, que são as perguntas que nós, hoje, entregamos. Eu sei as perguntas que validei e se a empresa, que é uma empresa que faz estudos de mercado, quis aproveitar o estudo - que é pago pela Câmara Municipal de Setúbal, que é pago pelos setubalenses, que custou 19500 euros mais IVA e não pôs em causa o equilíbrio financeiro do Município -, mas, se a empresa, aqueles malandros que nós não conhecemos de lado nenhum, quis meter aqui no meio umas perguntas, só para avaliar, para fazer um estudo de mercado sobre aquilo que é a nossa popularidade, se as pessoas nos reconhecem, sabem se eu sou uma pessoa simpática ou sabem se eu sou uma pessoa honesta ou se acham que eu sou uma pessoa próxima como presidente de câmara e se quiseram aqui meter, isso é responsabilidade deles, não fomos nós que validámos”*.

O Sr. Presidente que lhe perdoasse a expressão, mas pareciam-lhe desculpas de mau pagador. Era absolutamente inadmissível que o Sr. Presidente quisesse passar a mensagem de que contratava uma empresa para fazer um estudo, validava as questões e, depois, a empresa tinha metido lá outras pelo meio, porque lhe tinha apetecido. Era absolutamente inaceitável.

Aliás, diria que era uma profunda irresponsabilidade o Sr. Presidente dizer, com a calma que tinha dito: *“Bom, mas contratámos a empresa para fazer um estudo e eles, se calhar, fizeram perguntas um bocadinho diferentes”*. Lamentava, mas isso não correspondia à verdade.

Não queria meter o Sr. Presidente em nada em que não estivesse metido e onde não tivesse entrado a pés juntos, porque tinha afirmado, na reunião anterior, que tinha validado as questões que tinham sido colocadas aos setubalenses e tinha afirmado, pouco antes, que havia questões que não conhecia, mas que as perguntas que ali estavam correspondiam àquilo que tinha sido a reunião.

Ora, tinha feito questão de colocar ali uma pergunta sobre os parques de rebatimento, os estacionamento de rebatimento, precisamente porque a última pergunta que tinha sido colocada nesse inquérito, pergunta que fechava com chave de ouro esse estudo, era aquela que passaria a ler: *“A Câmara Municipal de Setúbal criou parques de estacionamento gratuitos nas zonas periféricas do concelho.”* Tinha que perguntar: *“Onde?”* Aliás, tinha perguntado e o Sr. Presidente tinha acabado por responder, pouco antes: *“Eles ainda não existem”*. Havia um, que tinha sido inaugurado, aquele do ano anterior, o parque da Várzea, que já existia.

O Sr. Presidente tinha ido inaugurar um parque que já existia, mas também já tinham visto inaugurar o Interface da Praça do Brasil três vezes. Aguardavam pela quarta, que seria quando se inaugurasse o estacionamento subterrâneo - lá chegariam -, e os restantes eram

parques que também já existiam. O estacionamento na zona da Avenida Antero de Quental, em frente ao Allegro, já existia, não tinha sido criado como parque de rebatimento nem para servir de reforço a quem quisesse utilizar o transporte público, nem, como dizia nessa questão, essa era *“uma medida para libertar o centro de Setúbal de viaturas estacionadas em segunda fila, em cima dos passeios, e, desta forma, devolver os passeios aos peões”* - e, depois, perguntava se as pessoas conheciam esses parques de estacionamento.

Não conhecia ninguém que os conhecesse, porque eles não existiam, eram unicórnios. Os parques de estacionamento sobre os quais esse estudo inquiria os setubalenses, os parques de estacionamento de rebatimento que o Sr. Presidente tinha prometido no dia 13 de maio de 2022 eram unicórnios, eram mitos que não existiam, mas as questões que tinham sido colocadas e que não estavam refletidas nesse estudo existiam. Tinha respondido a essas questões e todos os outros setubalenses que tinham sido inquiridos no âmbito desse estudo tinham respondido a essas questões.

O Sr. Presidente teria certamente a possibilidade de ali lhes apresentar a gravação da chamada telefónica em que essas questões não tinham sido feitas. Desafiava-o a fazê-lo. Desafiava-o a desmentir ali aquilo que estava a afirmar, porque mentiroso - voltava a afirmar - não lhe chamava.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador podia tratar aquilo de uma forma mais séria e não o tinha sabido fazer, porque tinha misturado várias coisas, como o Interface que tinha sido inaugurado e não-sei-quê, que tinham inaugurado um parque de estacionamento, mas, depois, só tinha não sei quantos lugares de estacionamento. Tinha parecido que queria falar de uma coisa séria e tinha baralhado tudo. Era a forma que já conheciam.

O senhor Vereador tinha sido entrevistado por uma empresa e dizia que tinha sido gravado. Aquilo que lhe tinha transmitido tinha sido aquilo que tinha achado que devia transmitir aos senhores Vereadores. Tinha sido aquilo que lhe tinha dito que tinha subscrito como perguntas a colocar aos setubalenses e aos azeitonenses.

Se o senhor Vereador tinha sido entrevistado tinha sido entrevistado porque tinha querido, ninguém o tinha obrigado. Tinham-lhe telefonado e deviam ter-lhe perguntado se estava disponível para responder e o senhor Vereador tinha respondido e, depois, vinha-o acusar de ter dado respostas a questões com que não estava de acordo? O que é que ele tinha a ver com isso? O que é que a Câmara Municipal tinha a ver com isso?

Aquilo que o senhor Vereador tinha feito era de muito mau gosto e era no âmbito daquela coisa que costumava fazer, que era levantar umas coisas no ar e, depois, não gostar de ouvir as respostas.

Se o senhor Vereador tinha questões a colocar sobre as perguntas que lhe tinham sido feitas que as colocasse à empresa que lhe tinha feito as perguntas e a que tinha aceitado dar as respostas, não era vir dizer que o Presidente da Câmara era mentiroso. O senhor Vereador que o desculpasse, mas não admitia isso a ninguém quanto mais ao senhor Vereador, porque não tinha o mínimo de condições para fazer afirmações dessas, porque ele também não lhas fazia se o senhor Vereador não as provocasse. Era o senhor Vereador que as provocava.

Então, o senhor Vereador dava a resposta a um inquérito e, depois, vinha acusar o Presidente da Câmara por ter respondido a perguntas que não queria responder ou a que achava que não devia responder? O senhor Vereador que o desculpasse, mas isso era ir muito além daquilo que era a responsabilidade que lhe cabia como eleito no Município e na Câmara Municipal. Era ir muito para além disso.

Naturalmente que estavam ali todos para ouvir e avaliar bem o seu comportamento, a sua forma de estar na Câmara Municipal como eleito. Naturalmente que era de uma grande responsabilidade e gostaria que refletisse sobre esse assunto.

Se queria levantar questões que fosse falar com a empresa que lhe tinha feito o questionário, uma vez que estava indignado com as perguntas a que tinha tido de responder, não viesse colocar essa questão à Câmara Municipal nem ao Presidente da Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques - *“Sr. Presidente, lamento que...”*

Sr. Presidente – Disse ao senhor Vereador que, se fosse para continuar naquela coisa terminava ali a conversa, porque o senhor Vereador já tinha dito aquilo que tinha a dizer e ele já lhe tinha aquilo que tinha a dizer-lhe. Achava que os setubalenses e os azeitonenses já tinham percebido o que estava ali em causa e, portanto, o senhor Vereador ficava com a sua e ele ficava com a dele, como Presidente da Câmara. Se o senhor Vereador quisesse desencadear um processo contra a empresa fazia favor, mas que não viesse pôr ali em causa o trabalho que desenvolviam na Câmara Municipal para melhor servir os setubalenses, porque esse estudo de opinião servia, exatamente, para isso e já tinha explicado isso ali várias vezes.

Trabalhavam assim, se o senhor Vereador não gostava, paciência. Quem decidiam eram eles, porque tinham sido eleitos para decidir e para gerir os destinos do Município. Quando chegassem às próximas eleições, o senhor Vereador teria a oportunidade de avaliar ou de recolher a informação e o resultado do trabalho que desenvolvia na Câmara Municipal.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que achava que quem não reunia o mínimo de condições para fazer as afirmações que tinha feito ali, na resposta que tinha entendido dar poucos minutos antes, era, efetivamente, o Sr. Presidente.

Lamentava dizê-lo, mas as questões que tinham sido colocadas nesse estudo eram questões que tinham sido contratadas pela Câmara Municipal de Setúbal. As empresas que eram contratadas para fazer estudos não se punham a inventar, até porque tinham licenciamentos para fazer determinado tipo de intervenções e, portanto, faziam-no naquilo que seria o estrito cumprimento da lei.

Portanto, lançavam as questões, colocavam as questões, às pessoas que decidiam inquirir. Colocavam as questões no âmbito daquilo que quem as contratava lhes pedia para fazer. Nenhuma empresa entendia, no meio de um estudo pago por um município, fazer um estudo de popularidade ou atribuir o título de “*Mister Simpatia*” ao Presidente da Câmara. Lamentava, mas isso não acontecia.

Sr. Presidente – Disse ao senhor Vereador que o desculpasse, mas a questão era que estava a ir por caminhos que não aceitava quanto a essa forma de ser. Se quisesse fazer isso, que tomasse as decisões que quisesse, recorresse aos meios judiciais que bem entendesse. Esse tipo de questão não tinha nada a ver consigo, não tinha nada a ver com isso. O senhor Vereador é que se tinha deixado envolver nesse processo e tinha-o tornado público.

Se quisesse sair dessa situação em que se tinha envolvido fizesse aquilo que tinha que fazer, que as leis lhe permitiam que fizesse. Falasse com a empresa que, eventualmente, o teria enganado. Estava a dizer isso porque a indignação que o senhor Vereador trazia ali fazia parecer que a empresa o tinha enganado.

O senhor Vereador tinha respondido porque tinha querido. Se o senhor Vereador não estava de acordo com as perguntas que lhe tinham feito não devia ter respondido. Ainda por cima, se era uma consulta pelo telefone, certamente que ninguém lhe estava a impor que respondesse ao que quer que fosse. Portanto, sobre esse assunto estavam conversados.

Tinha disponibilizado as questões, tinha dado o documento que estava escrito - que continha as questões que a empresa tinha apresentado e que tinha subscrito -, portanto, as respostas estavam ali. O senhor Vereador tinha acesso a essas respostas. Até era uma boa forma de o senhor Vereador, se também quisesse fazer trabalho político, por aí poderia ter uma oportunidade de demonstrar que estava interessado em resolver os problemas dos setubalenses e dos azeitonenses e não de fazer chicana política, que era aquilo que tinha acabado de fazer na reunião da Câmara.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista não aceitavam a forma como o Sr. Presidente se dirigiu à sua bancada durante aquela discussão. Ninguém lhe tinha chamado mentiroso. A bancada do Partido Socialista, os Vereadores do Partido Socialista...

Sr. Presidente – Disse que tinha algumas dificuldades de audição, mas, como as atas eram gravadas, estava lá aquilo que tinha sido dito. Era só para não se esquecer disso.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que já falaria sobre as atas. Queria dizer ao Sr. Presidente que a bancada do Partido Socialista não fazia chicana política, aquilo que fazia era política e, portanto, tinha colocado questões.

A verdade era que o Sr. Vereador Joel Marques, na qualidade de setubalense, tinha sido inquirido e, nessa inquirição, tinha respondido a um conjunto de perguntas. Tinham vindo, depois, a constatar que essa empresa tinha sido contratada por ajuste direto pela Câmara Municipal de Setúbal. Isso estava no portal e tinha sido aí que tinham ficado a saber que esse estudo que tinha sido feito pela empresa tinha sido um estudo encomendado pela Câmara Municipal.

Face às perguntas que constavam desse estudo e que iam da avaliação de 1 a 5 da simpatia do Sr. Presidente e da sua honestidade, entre outras perguntas que estavam gravadas, aquilo que o Sr. Presidente lhes estava a dizer...

Sr. Presidente – *“Sr. Vereador Fernando José...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Vou já terminar, Sr. Presidente, vou já terminar.”*

Sr. Presidente – *“Sr. Vereador Fernando José, não termina. Sabe porquê?”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Diga lá, Sr. Presidente.”*

Sr. Presidente – *“Porque o senhor, agora, está a dizer coisas que não existem em lado nenhum, só existem na vossa cabeça...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Ah, existem na nossa cabeça...”*

Sr. Presidente – *“... ou, então, que o Sr. Vereador Joel Marques, que igualmente se sente indignado pelas perguntas a que respondeu, naturalmente que atue sobre a empresa que lhe fez as perguntas.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Não é sobre a empresa, Sr. Presidente, é sobre si. Se não percebeu isso ainda... É sobre si, não é sobre a empresa.”*

Sr. Presidente – *“Sobre mim pode fazer aquilo que quiser, mas não vale a pena continuar esta conversa, porque temos mais questões para tratar.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Termino já.”*

Sr. Presidente – *“O senhor tem toda a liberdade e essa bancada tem toda a liberdade para fazer aquilo que bem entenda.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, eu termino já.”*

Sr. Presidente – *“Agora, não podem é vir aqui levantar questões que são problemas vossos, não são problemas de mais ninguém.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Eu termino já. Aquilo que quero dizer é que o estudo que nos foi entregue é um estudo que não corresponde às perguntas que foram, efetivamente, feitas.”*

Sr. Presidente – “*Senhor vereador, não volte a repetir isso porque isso não é verdade. Isso não é verdade e eu não lhe quero chamar mentiroso. Agora, sou eu. Eu não lhe quero chamar mentiroso, porque o senhor tem, no documento que lhe foi distribuído, as perguntas que foram feitas e as respostas que foram dadas.*

Se há outras perguntas e se há outras respostas, a responsabilidade é vossa, que responderam às perguntas que lhes foram feitas e que os senhores acham que não deviam ser feitas.

Sobre esse assunto, senhor vereador, estamos...”

Sr. Vereador Fernando José – “*Vou já terminar. A adjetivação só qualifica quem as profere e, portanto, Sr. Presidente, a única coisa que eu quero aqui pedir é que as declarações que o Sr. Presidente prestou fiquem em ata tal e qual como as prestou, porque, evidentemente, os vereadores do Partido Socialistas irão agir em conformidade, porque temos a certeza das perguntas que foram feitas e de quem é que as encomendou.*”

Sr. Presidente – “*As vossas certezas absolutas, senhor vereador, as vossas certezas absolutas são como aquela que o senhor vereador, aqui há uns anos, fez numa reunião de Câmara, em que disse que punha o pescoço num machado se o candidato do Partido Socialista não ficasse aqui na reunião de Câmara, mesmo depois de perder as eleições. O resultado viu-se, o que aconteceu.*”

Sr. Vereador Fernando José – “*Está a falar do Carlos Sousa? Está a falar do Carlos Sousa? E do Aranha Figueiredo? É disso que está a falar? É do Carlos Sousa? Da reunião de Troia? É disso que está a falar? Não? OK, tudo bem.*”

Sr. Presidente – “*O senhor sabe muito bem do que é que eu estou a falar.*”

Sr. Vereador Fernando José – “*Não sei, não, não sei, não.*”

Sr. Presidente – “*Isso é a demonstração de que as suas afirmações e as suas convicções são muito fortes. Era com um machado que cortava o pescoço se o candidato do Partido Socialista que perdeu, mesmo perdendo as eleições - foi essa a questão que lhe foi colocada -, o senhor disse que punha o pescoço no cepo, não é?, se o candidato não ficasse. Todos percebemos aqui quantas reuniões é que o candidato cá veio depois de perder as eleições.*”

Sr. Vereador Fernando José – “*Sr. Presidente, traga-nos lá essas declarações do pescoço.*”

Sr. Presidente – “*Até saiu do Partido Socialista, dos cargos que tinha, e foi para o estrangeiro, senhor vereador.*”

Sr. Vereador Fernando José – “*Sr. Presidente, traga-nos lá essas declarações do pescoço.*”

Sr. Presidente – “*O senhor traz aqui...*”

Sr. Vereador Fernando José – “*Eu posso-lhe trazer as declarações do Carlos Sousa, agora as do pescoço você não as vai encontrar...*”

Sr. Presidente – “*Olhe uma coisa, senhor vereador, o senhor traz aqui questões que deveria ponderar melhor sobre as trazer e, portanto, depois, não gosta que lhe falem de um passado que todos nós conhecemos e, portanto, não faço mais declarações sobre isso. Mas, já que o senhor coloca as questões nesse ponto, naturalmente que nós trazemos aqui, depois trazemos aqui, para lhe lembrar e àqueles que já se foram esquecendo, para lhe lembrar aquilo que são os seus compromissos e as suas convicções.*”

Sra. Vice-Presidente – Disse que a questão do estudo de opinião se tinha transformado, infelizmente, ali, na reunião da Câmara, num *“fait-diver”*. Era importante, uma vez que tinha sido feito um estudo de opinião sério, que tinha questões importantes para os setubalenses, que a Câmara se debruçasse, efetivamente, sobre essas questões, sobre a importância daquilo que eram e deveriam ser as prioridades que as pessoas identificavam, verificar se eram ou não eram as prioridades que a Câmara tinha vindo a identificar, naquilo que eram as aprovações dos seus orçamentos, dos seus planos de atividades e, realmente, trabalharem para que as pessoas sentissem que, da parte de todos os eleitos da Câmara Municipal, havia, efetivamente, a obrigação de resolver os seus problemas e trabalhar para as soluções. Era nesse sentido que qualquer câmara, qualquer entidade, utilizava esses meios, esses recursos, para poder ter estas ferramentas. Eram ferramentas como quaisquer outras e era nesse sentido que deveria ser interessante olharem para esse estudo de opinião e não para as questões ali levantadas, porque a ideia que os senhores vereadores pretendiam trazer era que tinha sido encomendado um estudo de opinião para *“Mister Simpatia”*. Achava isso muito desagradável e achava que era isso que descredibilizava aquilo que era a política, passando, muitas vezes, de ações que podiam ter um efeito importante, um significado importante, para as reduzirem a questões meramente populistas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, face àquela declaração da Sra. Vereadora Carla Guerreiro, queria dizer que concordavam em parte com aquilo que tinha sido dito. Esses estudos serviam, efetivamente, para fazer essa avaliação, parece sindicar essa avaliação, para poderem, depois, agir mais bem fundamentados. No entanto, aquilo que a senhora Vereadora não os iria querer fazer acreditar, nem a eles nem a nenhum setubalense, era que a Câmara Municipal de Setúbal tinha encomendado a essa empresa um estudo de opinião, com um conjunto de perguntas, e, depois, a empresa tinha decidido colocar lá pelo meio umas perguntas, porque a empresa estaria, certamente, muito interessada, muitíssimo interessada, na imagem do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e teria colocado lá pelo meio umas perguntas que diziam assim: *“De 1 a 5, como avalia a simpatia do Sr. Presidente? Conhece o Vereador Fernando Miguel Catarino José? Conhece o Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão? Conhece a Sra. Vereadora Sónia Martins?”* As perguntas tinham sido feitas e estavam gravadas.

Sr. Presidente – Disse que, quando o senhor Vereador via, como dizia o povo, que lhe tinha saído *“o tiro pela culatra”*, procurava esticá-lo e parecia aquele *“sketch”* do Raúl Solnado quando foi à guerra. Era uma espécie disso, mas os azeitonenses e os setubalenses esperavam que houvesse quem trabalhasse de forma séria para dar resposta aos seus problemas, não era para quem especulava, para quem obstaculizava os cidadãos, o povo, sabia fazer a diferença entre as coisas. Percebia que, quando a terra começava a sair fora do pé, naturalmente que entravam em situações algo de desespero. Percebia também isso, mas não valia tudo na política, tinham de ser sérios, honestos e trabalharem em prol daqueles que os tinham elegido. Tinha sido para isso que tinham sido eleitos, não tinha sido para fazerem especulação, para fazer obstaculização a quem queria trabalhar e a quem queria resolver os problemas dos setubalenses, como eles estavam a fazer.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, em primeiro lugar, era para dizer que essa questão levantada pelo Partido Socialista parecia uma questão importante e deveriam tê-la em consideração e terem mais informação acerca do que tinha sido feito, designadamente através da utilização do seu nome, para a qual não tinha dado autorização nenhuma. Ninguém lhe tinha perguntado se ele queria que o seu nome constasse numa sondagem ou fosse no que fosse e gostaria de saber se, de facto, o seu nome constava na sondagem, por que razão e porque é que não lhe tinha sido perguntado. Nas reuniões da Câmara estava a tornar-se demasiado repetitivo o estilo de discussão que era feito. Não podiam continuar nisso, porque os descredibilizava a todos. Tinham que fazer

todos um esforço para que quem os ouvia percebesse aquilo que queriam discutir. Ora, naquele emaranhado de argumentação, que chegava ao passado e ao corte de cabeças, ninguém se entendia sobre aquilo que falavam ali e aquilo que discutiam.

Fazia um apelo do Sr. Presidente, no sentido de que essas discussões fossem feitas com urbanidade, não por eles, mas por todos aqueles que os estavam a ver e queriam perceber aquilo que era discutido.

Deixava uma pergunta, que era: *“Sr. Presidente, estamos em condições de entrar na ordem de trabalhos, para começar a resolver os problemas efetivos dos setubalenses e dos azeitonenses?”*

Sr. Presidente – Disse que estavam não em condições de entrar na ordem de trabalhos, mas de avançar no período de antes da ordem do dia.

Estava totalmente de acordo com a questão que o senhor Vereador tinha colocado. Só não percebia porque é que os senhores Vereadores do Partido Socialista, que podiam agir em conformidade com quem, eventualmente, tivessem de agir, tinham entendido trazer a questão ali.

Isso é que era lamentável e, portanto, esse era o seu lamento, que, de facto, os Vereadores do Partido Socialista procurassem continuar sempre nessa linha de trazer questões para ali que podiam resolver noutros domínios, como era óbvio.

Iriam, então, entrar noutra fase do período de antes da ordem do dia e tinham um conjunto de saudações apresentadas pelo Partido Socialista.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os vereadores do Partido Socialista, à semelhança do que tinham vindo a fazer, iriam apresentar um resumo das saudações apresentadas pelos aniversários das coletividades e instituições.

Em primeiro lugar, queriam saudar os aniversários do Clube de Motorismo de Setúbal, que tinha celebrado o seu 7.º aniversário a 13 de abril. Destacavam a proactividade, no sentido de criar uma resposta à falta de atividades motorizadas automobilísticas na zona sul e o trabalho desenvolvido em prol da modalidade, sendo o atual organizador da Rampa Pêquêpê Arrábida, prova inserida no Campeonato de Portugal de Montanha, que trazia à cidade de Setúbal centenas de pessoas; do Grupo Desportivo e Recreativo *“Os Ídolos do Chinquilha”*, pelos seus 35 anos de existência a dinamizar a modalidade, considerada um jogo tradicional que encontrava na população idosa muito do seu público-alvo, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida, com foco no envelhecimento ativo da população; do Outdoor Clube de Setúbal, pelo seu 7.º aniversário, com o objetivo de promover a divulgação do *“Trail Running”* localmente, incutindo a dinâmica na organização de eventos desportivos e lúdicos, salientando, também, as ações de responsabilidade social e ambiental. Parabenizavam, também, a Associação Batista Shalom, pelos seus 23 anos de trabalho na comunidade, junto dos mais vulneráveis, destacando o apoio alimentar, o apoio social, a loja social, o serviço de apoio domiciliário e o apoio prestado à infância, desejando a todos continuação do excelente trabalho. Saudavam, por fim, o Vitória Futebol Clube, por ter garantido o acesso direto ao Campeonato Nacional da II Divisão na modalidade de Futsal, endereçando ao clube, aos atletas e à equipa técnica as felicitações pela conquista, fazendo votos da continuação do bom trabalho, o qual enaltecia e elevava o bom nome da cidade de Setúbal.

As saudações apresentadas correspondem aos documentos anexos registados sob os n.ºs 12 a 16 e são do seguinte teor:

*“Saudação
Aniversário do Clube de Motorismo de Setúbal*

O Clube de Motorismo de Setúbal, fundado em 2016, surgiu em resposta à falta de atividades motorizadas automobilísticas na zona sul de Portugal.

Celebrou o seu 7.º aniversário no passado dia 13 de abril, assinalando 7 anos de atividade em prol do desenvolvimento da modalidade, preenchendo a lacuna na organização de eventos motorizados no concelho e distrito de Setúbal.

É o atual organizador da Rampa Pêquêpê Arrábida, uma prova inserida no Campeonato de Portugal de Montanha, que ainda no ano passado contou com a participação de 5 dezenas de inscritos, trazendo à cidade de Setúbal centenas de pessoas, sendo desta forma, um evento desportivo de elevado potencial.

O Clube tem-se constituído enquanto um importante ator e parceiro para o desenvolvimento desportivo do concelho, não só através da organização de eventos desportivos de elevada importância para a modalidade, mas também através da sua participação e deslocação a eventos de Norte a Sul do país, dando a conhecer e elevando o bom nome da cidade de Setúbal.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Motorismo de Setúbal, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, e fazendo votos de continuação do mesmo.”

“Saudação

Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo “Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada”

Fundado em 1988, o Grupo Desportivo e Recreativo “Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada” assinalou no passado dia 14 de abril o seu 35º aniversário.

Criado a partir de um grupo de praticantes de chinquilha, que decidiram formar uma associação própria, separando-se da AMBA (Associação de Moradores do Bairro da Anunciada), “Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada” desenvolvem uma importante atividade, nomeadamente através da dinamização desta modalidade, que encontra maioritariamente na população idosa os seus participantes.

Desempenha desta forma um importante papel na preservação do chinquilha, considerado um jogo tradicional com já centenas de anos, ao mesmo tempo que contribui para a promoção do bem-estar e qualidade de vida, assim como para o envelhecimento ativo da população.

A sua atividade, contribui assim para o desenvolvimento cultural, desportivo e social do concelho de Setúbal.

Neste sentido, e reconhecendo o importante trabalho desenvolvido Grupo Desportivo e Recreativo “Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a coletividade pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que de alguma forma contribuem para a sua atividade.”

“Saudação

Aniversário do Outdoor Clube de Setúbal

Fundado em 2016, o Outdoor Clube de Setúbal, associação sem fins-lucrativos, celebra hoje o seu 7.º aniversário.

Foi criado com o objetivo de promover a difusão do Trail Running em Portugal, e em especial no concelho de Setúbal, através da organização de eventos desportivos e lúdicos muito variados, e de ações de responsabilidade social e ambiental.

A Associação promove desta forma atividades para todos os amantes da natureza no concelho de Setúbal, um local privilegiado com um enorme potencial natural. Conjuga as vertentes competitiva, lúdica, ambiental e social através da participação em provas e campeonatos de diferentes modalidades desportivas e da organização de eventos e atividades para associados, parceiros ou em benefício da comunidade.

Organizador do Duratrail, um evento desportivo de elevado potencial atrativo turístico de referência internacional e do Trail Running Trilhos dos Javalis Nocturno, o Outdoor Clube de

Setúbal constitui-se enquanto um importante parceiro para o Município, bem como para o restante movimento associativo setubalense.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Outdoor Clube de Setúbal e todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, reconhecendo o importante trabalho que desenvolve, bem como todo o seu potencial.

**“Saudação
Aniversário da Associação Baptista Shalom**

Fundada em 2000, a Associação Baptista Shalom celebrou o seu aniversário no passado dia 18 de abril.

Assinalou 23 anos de trabalho desenvolvido em prol da comunidade, junto das famílias setubalenses, e em particular junto daqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade, na área da distribuição de alimentos, roupas, brinquedos e outros bens essenciais.

Tem conseguido, ao longo dos últimos anos, através de acordos, protocolos e parcerias com outras entidades, apoiar cerca de 1800 utentes, fornecer cerca de 140 refeições diárias gratuitas a utentes desempregados sem apoios financeiros e a famílias muito carenciadas, confeccionadas na Cantina Social, e cerca de 80 refeições diárias através da Cantina Social de Emergência.

Através da sua atividade tem identificado a ausência de respostas sociais, bem como a ausência de respostas a nível do emprego e habitação no concelho de Setúbal, as quais procura colmatar através da sua intervenção, procurando intervir junto das populações tendo em conta as suas reais necessidades.

O seu contributo para o desenvolvimento social do concelho de Setúbal tem se mostrado indispensável, estabelecendo a Associação enquanto um parceiro essencial do Município para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população, através da sua intervenção de carácter social, através da sensibilização para temáticas relacionadas com a literacia, ambiente, o voluntariado e as artes, proporcionando o desenvolvimento de capacidades e competências fundamentais, em especial junto dos mais jovens e suas famílias.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Baptista Shalom, direção e colaboradores das diversas valências por mais um aniversário e pelo trabalho desenvolvido, fazendo votos da continuação do mesmo.”

**“Saudação
Vitória Futebol Clube a caminho do Campeonato Nacional da II Divisão de Futsal**

A equipa sénior masculina de futsal do Vitória Futebol Clube venceu o último jogo da 1.ª fase do Campeonato Nacional da III Divisão de Futsal, que se realizou no passado dia 15 de abril, no Pavilhão da Escola Secundária St.º António Charneca, no Barreiro.

A equipa vitoriana ganhou este jogo contra o Futebol Clube Barreirense, garantindo o acesso direto ao Campeonato Nacional da II Divisão de Futsal, com os golos de Velez, João Neves, Pierre, Sandro, Simão e Fassy.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, os atletas, treinador e toda a equipa técnica por esta conquista, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e eleva o bom nome da cidade de Setúbal.

Sra. Vereadora Sandra Frota – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:



Saudação
50.º aniversário do Partido Socialista – Um Futuro com História

O Partido Socialista completa hoje 50 anos desde a sua fundação, mantendo-se fiel aos seus princípios e alicerçando-se na sua afirmação como o grande partido da Liberdade e da Democracia.

A 19 de Abril de 1973, o Congresso da Acção Socialista Portuguesa (ASP), o qual se realizou em Bad Munstereifel, na Alemanha, “ponderando os superiores interesses da Pátria, a actual estrutura e dimensão do movimento, as exigências concretas do presente e a necessidade de dinamizar os militantes para as grandes tarefas do futuro, deliberou transformar a ASP em Partido Socialista”.

O PS tem sido assim, ao longo dos anos, o principal percursor e construtor do Estado de Direito e do Estado Social em Portugal, um partido de múltiplas gerações de portugueses ao serviço dos cidadãos.

Apesar da evolução das suas lutas e desafios, e do surgimento de novas inquietações e preocupações, o Partido Socialista tem, ao longo de meio século, trabalhado para alcançar um único objetivo: viver em Liberdade e em Paz, numa sociedade cada vez mais Democrática, Justa, Igual e Inclusiva.

Seja enquanto poder ou até mesmo no importante papel de oposição, nas autarquias, na Assembleia da República, enquanto Governo e na Europa, o Partido Socialista tem pugnado, através da sua ação, pela construção de um Portugal Melhor, mais Justo, Inclusivo, Livre e Democrático, por mais e melhores condições de vida, pela garantia dos Direitos Sociais, desde o acesso à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde e à habitação, e pela garantia dos Direitos Fundamentais e Humanos.

Aos seus fundadores, aos que depois se juntaram e que todos os dias se juntam enquanto militantes ou simpatizantes, e aos que em cada eleição depositam no Partido Socialista a confiança de representar e defender os seus interesses enquanto cidadãos, os Vereadores eleitos pelo PS na Câmara Municipal de Setúbal prestam a sua homenagem e saúdam-nos pela coragem demonstrada diariamente e pela sua incessante luta por uma sociedade cada vez mais Justa, Igual e Inclusiva, no exercício pleno da sua cidadania, dos seus direitos e deveres, defendendo os princípios de Abril e combatendo os movimentos e partidos que teimam em ocupar um lugar na nossa Democracia de forma a destruí-la.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

“Saudação
49.º Aniversário do 25 de Abril

*“Foram dias, foram anos
A esperar um só dia
Alegrias, desenganos
Foi o tempo que doía
Com os seus riscos e os seus danos
Foi a noite, foi o dia
Na esperança de um só dia”*

Eis que o mais ansiado e sonhado dia, poeticamente descrito nestes versos de Manuel Alegre, chegou finalmente no raiar do dia 25 de Abril de 1974, ao som da intemporal “Grândola, Vila Morena”, eternizado como “A Revolução dos Cravos”, que instaurou o regime democrático, livre e plural, pondo fim às quase cinco décadas de ditadura fascista que ensombraram a história da nossa República.

Abril deu-nos a liberdade de escolher.

Abril trouxe-nos o direito de representarmos e de nos fazermos representar.



Com Abril nasceu a democracia.

Muito mais do que uma data histórica, o 25 de Abril é, hoje e sempre, a celebração dos valores da Liberdade e da Democracia como fatores da nossa emancipação política, económica, social e cultural, enquanto povo e enquanto nação.

Com Abril, afirmamo-nos e fazemo-nos senhores do nosso próprio destino.

Abril são as inalienáveis conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, o Ensino Público e Universal, o Estado Social Público, o Poder Local Democrático, o sufrágio livre e universal, o salário mínimo nacional, a plena cidadania das mulheres, entre tantas outras inabaláveis conquistas.

Abril é olharmos para o futuro e preocupamo-nos com os perigos que assombram a democracia e a liberdade, que para muitos povos e nações são, ainda, como um sonho distante e constantemente adiado, e que mesmo para aqueles como nós, que respiram liberdade e democracia, jamais as podem considerar como um dado adquirido, nem deixar de a afirmar e de lutar sempre pela sua suprema prevalência.

Abril é a capacidade de recrearmos a liberdade à luz do nosso tempo e da sua substância, em nome de uma sociedade universal liberta, não só do estigma do medo, da ignorância, da pobreza e da dinâmica do imediato e do provisório, mas também do preconceito, do ódio, da intolerância, da falta de solidariedade, e que não se deixe, jamais, manietar pelo oportunismo populista dos nacionalismos isolacionistas, mas, pelo contrário, que seja centrado e tenha na dignidade e na condição da pessoa humana o alfa e o ómega da sua razão de ser. Que saibamos construir pontes em vez de edificarmos muros.

Abril é também um desafio que se afigura árduo, sobretudo pela natureza trágica e dramática dos fenómenos e acontecimentos que, cada vez mais, assolam o nosso quotidiano e pela escala e dimensão globais do seu impacto, que põem à prova a resiliência das nossas instituições democráticas e limitam a capacidade de resposta e a eficácia das políticas nacionais. Porém a dificuldade do desafio em nada nos deve atemorizar, mas antes agigantar-nos na resistência e na luta, com a mesma coragem, convicção e determinação com que os protagonistas de Abril forjaram um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático.

Solenizar, evocar e eternizar o 25 de Abril é, portanto, honrar hoje, amanhã e sempre, em Portugal, na Lusofonia, na Europa e no Mundo, a nossa história, a nossa memória e a nossa identidade coletiva, porque Abril somos nós.

Viva o 25 de Abril!

Viva Setúbal!

Viva Portugal!"

Sra. Vereadora Sandra Frota - Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

"Saudação

1.º de Maio - Para que o Trabalho do Futuro seja de facto um Trabalho Digno para Todos

Mais que uma efeméride e que a celebração internacional da união dos trabalhadores, o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, é acima de tudo a celebração daquilo que é um progresso civilizacional, do reconhecimento e valorização dos trabalhadores, que deixam de ser apenas números, máquinas ou ferramentas de trabalho, mas sim seres-humanos com deveres, direitos e liberdades.

O reconhecimento e titularidade dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta continua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e legítimas aspirações dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho.

Foi neste sentido, que o Governo de Portugal liderado pelo Partido Socialista, apresentou uma ambiciosa proposta que altera a legislação laboral, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno.



Estas alterações irão entrar em vigor no próximo 1.º de Maio, com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho, a qual inclui 70 medidas ao serviço dos trabalhadores e empresas, que assentam em 4 eixos: Combater a Precariedade; Valorizar os Jovens no Mercado de Trabalho; Promover a melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; Dinamizar a negociação coletiva e a participação dos trabalhadores.

A Agenda do Trabalho Digno não dá um passo atrás nas conquistas alcançadas, mas continua sim o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contratação coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram com a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibram ainda mais as relações laborais, que dignificam e valorizam os trabalhadores, e que criam condições para que o trabalho do futuro seja de facto um trabalho digno para todos.

Neste próximo 1.º de Maio celebramos mais uma vez a Liberdade e saudamos todos os trabalhadores, mulheres e homens, e em especial aqueles do concelho de Setúbal, que através do seu trabalho, consciência coletiva e exercício da cidadania, constroem diariamente a nossa sociedade, por um Portugal Melhor, mais Igual, Justo e Democrático.”

Sr. Presidente – Disse que tinham, também, saudações apresentadas pelos senhores Vereadores do PSD.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Fez a seguinte intervenção: *“Antes de mais, eu queria, se me permite, saudar o Partido Socialista pelo seu 50.º aniversário. É um partido fundamental na construção da democracia em Portugal e cumprimento o Partido Socialista numa personalidade que deve ter sido a personalidade mais marcante do país, que foi o Dr. Mário Soares. Foi alguém que, desde o primeiro momento da constituição do PS até à sua morte, lutou pela Democracia e pela Liberdade e foi alguém em que a grande maioria dos portugueses se revê. Por isso, não o queria deixar de dizer pessoalmente e, naturalmente, também em nome da Sra. Vereadora Sónia Leal Martins, e transmitir-lhes os nossos parabéns.”*

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 20:

*“Saudação
49 anos do 25 de abril de 1974*

Comemorar o 25 de abril não pode ser uma mera formalidade sem significado nos nossos deveres enquanto autarcas. Comemorar o 25 de abril é prestar homenagem a todos aqueles que realizaram um ato de libertação de si mesmos e consigo, libertaram Portugal inteiro da Ditadura que negava o seu direito ao futuro. Comemorar o 25 de abril é assinalar a quebra do ciclo da guerra e dos horrores que se estamparam no rosto de povos irmãos, de países irmãos. Comemorar o 25 de abril é celebrar a nossa tradição histórica de procura pela cooperação multilateral, em relações baseadas na paz e amizade, garantidas pelo Direito Internacional.

Assinala-se a liberdade, o valor mais fundamental da nossa existência, por ser o único que não se verga ao medo. A liberdade apenas se concretiza nessa existência quando nos permite expressar a nossa diferença, em conformidade com o todo mas, sobretudo, em dissonância com a parte. Vivemos nela há 49 anos e isso inclina-nos para a tomar por garantida, enquanto para muitos indivíduos, espalhados pelo mundo, oprimidos pela mão pesada da ditadura, da guerra e da miséria, ela continua a não passar de um sonho.

O mesmo sonho desses povos é o sonho do prisioneiro da sua opinião, do combatente numa savana longínqua, do exilado recebido nos braços de outra terra, do arquiteto da paz perpétua europeia e finalmente, de todos aqueles que conseguiram sair da pobreza em

liberdade, e daqueles que continuam a não ter oportunidades para sonhar longe dela. O sonho reside na alma deste país à beira-mar plantado, enquanto motor da sua transformação económica, social, ecológica e digital, mantendo os mesmos direitos, liberdades e garantias, conquistados em abril e consolidados pela entrada na Comunidade Económica Europeia.

Abril é dos reformistas, dos inconformados e das classes mais dinâmicas da sociedade, que não se resignam à sua condição social e consigo querem tirar o país da cauda da Europa. Abril é dos estudantes que, no respeito do legado das lutas académicas, reclamam a independência das universidades onde estudam face ao poder político. Abril é de quem ama de forma incondicional, não se submetendo ao preconceito estabelecido. Abril é de todas as mulheres, que hoje têm representação política e direito ao voto e que podem ser mulheres de família e ao mesmo tempo, profissionais de excelência.

A nossa riqueza cultural encontra-se na diversidade e na pluralidade. Não cedendo àqueles que colocam em causa a dignidade humana!

Nos últimos 49 anos, foi garantido o princípio de um estado social que protege os mais necessitados, canalizando o papel das instituições milenares da nossa sociedade naquele que será um dos grandes desafios do século XXI: o combate à pobreza e às desigualdades. Um estado social que se mostra digno desse nome, tendo garantido o acesso universal à saúde, através da criação de um Sistema Nacional de Saúde, cuja resiliência e a preparação para lidar com as enormes dificuldades que enfrenta não bastam ser elogiadas, precisam de ser motivadas e valorizadas.

A ignorância é a inimiga da liberdade, pelo que é dirigida uma menção especial ao nosso sistema educativo e aos seus principais ativos, os professores, que tentam todos os dias que cada vez menos importe o material de berço e que a escola seja um verdadeiro elevador social, que consolida a igualdade de oportunidades.

A nossa comunidade só será verdadeiramente livre quando todos e cada um de nós tiverem acesso às condições necessárias para se tornarem livres; este é o papel fundamental do poder local, possível a partir de abril de 74, ao qual a Vereação do PSD pretende, hoje, prestar homenagem.

Viva a Liberdade, Viva a Democracia!

Viva o 25 de abril!

Viva Setúbal, Viva Portugal!"

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 21 e 22:

“Saudação

163.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade

Hoje, a 19 de abril, comemora-se 163 anos da Elevação de Setúbal a Cidade. Fruto do desenvolvimento económico da Vila de então e do aumento significativo da sua população, a 14 de abril de 1858, em carta assinada pelos membros da Câmara sadina, foi formulado o pedido para a elevação de Setúbal a cidade, reinava D. Pedro V.

*“Eu me ausento de ti, meu pátrio Sado,
Mansa corrente deleitos, amena,
Em cuja praia o nome de Filena
Mil vezes tenho escrito, e mil beijado”*

Trecho de “Eu Me Ausento de Ti, Meu Pátrio Sado” de Barbosa du Bocage

Aquando da dificuldade em encontrar palavras dignas de serem capazes de elevar a nossa mui nobre cidade, somente a Manuel Maria Barbosa du Bocage é possível recorrer. Através destes versos recordamos o privilégio desta cidade ao nascer entre a imensurável beleza do Rio Sado e a Serra da Arrábida.

Mantendo a frescura de cheiros, o rico património histórico-cultural, o orgulho de bem acolher e o refúgio da serra e da praia num recato que convida à poesia e ao agradecimento sincero à mãe natureza por ainda existirem lugares assim, celebramos novamente, com enorme ternura no coração, este dia incontornável para a história de Setúbal.

Os vereadores do PSD assinalando esta data prestam homenagem a todos os homens e mulheres que vivem e trabalham nesta cidade e que, dia a dia, se esforçam por a tornar melhor.”

*“Saudação
Scalipus Clube de Setúbal*

Fundado a 23 de Abril de 1975 o Scalipus Clube de Setúbal celebra este ano o seu 48.º aniversário. Contando com quase meio século de existência, destaca-se pelos seus 200 atletas e presença em praticamente todos os escalões de competição/formação, masculino e femininos, do minibasquete, aos veteranos de basquetebol. Um verdadeiro potenciador de desenvolvimento da prática desportiva enquanto promotor da inclusividade e saúde e bem-estar.

Da sua atividade percebemos que para além da alargada participação de atletas, de Setúbal e da região, têm obtido resultados desportivos de relevo e atletas destacados no panorama regional e nacional. Posicionando-se assim enquanto instituição desportiva de referência para a nossa cidade.

Os Vereadores do Partido Social Democrata, reconhecendo a importância do clube na dinamização de atividades físicas através do desporto, saúdam e felicitam o Scalipus Clube de Setúbal, bem como todos os seus atletas, equipas técnicas e dirigentes pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sr. Presidente – Fez a seguinte intervenção: *“Permitam-me, também, que saúde o Partido Socialista pela passagem do seu 50.º aniversário.”*

Sr. Presidente – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

*“Saudação
49.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974*

O 25 de Abril devolveu a Portugal e aos portugueses a liberdade, usurpada durante quase cinquenta anos por um regime brutal que prendia, torturava, deportava os que lutavam pela democracia.

Que explorava sem qualquer hesitação os trabalhadores, empurrando para a emigração, à procura de melhores condições de vida, centenas de milhares de portugueses; que condenava a juventude a morrer ou a ficar para sempre marcada nos campos de batalha de um velho império colonial decadente.

Abril devolveu aos povos colonizados durante séculos a liberdade de decidir os seus próprios destinos.

Por tudo isso, teremos para sempre o dever de saudar e celebrar a Revolução dos Cravos, mantendo bem vivos os valores que motivaram os militares de Abril a sair dos quartéis para acabar com 48 anos de fascismo.

Recuperada a liberdade, o povo e o Movimento das Forças Armadas, que tinha empreendido a ação militar que derrubou o antigo regime, iniciaram uma revolução democrática que transformou Portugal.

Foram transformações profundas na política, na economia e na sociedade consagradas na Constituição de 1976.



Transformações que melhoraram substancialmente a qualidade de vida dos portugueses, que instituíram a democracia nas instâncias do poder, nomeadamente no Poder Local, que implementaram os direitos de cidadania.

Em liberdade batalhámos por direitos políticos e sociais impensáveis para toda uma geração que cresceu na pobreza à sombra de um regime opressivo.

Exigimos salários dignos, férias pagas e assistência na doença garantida a todos por um Serviço Nacional de Saúde de qualidade.

Lutámos por subsídios de desemprego, pela segurança nos vínculos laborais, pela contratação coletiva, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, por um sistema de solidariedade social que garanta uma velhice tranquila e com dignidade.

Trabalhámos intensamente para que todas e todos, em todo o país, tivessem acesso à cultura e ao desporto, obra em que o Poder Local Democrático tem responsabilidades maiores. O Poder Local criador e que, com as mãos e vozes de milhares de homens e mulheres, construiu em todo o país mais e melhores acessibilidades que ajudaram a acabar com o isolamento a que muitas populações estiveram condenadas durante séculos. Os mesmos homens e mulheres que, unidos do entusiasmo revolucionário, construíram redes de saneamento onde elas nunca existiram, levaram a eletricidade por montes e vales, abriram estradas e construíram creches e escola.

Este é o Poder Local que, 49 anos depois da madrugada libertadora, mantém a capacidade criadora e o mesmo entusiasmo na transformação dos seus territórios, o Poder Local que não rejeita novas responsabilidades, mas que exige ser justamente compensado por esses novos deveres.

Nestas quase cinco décadas desde o dia libertador de 25 de abril de 1974, os portugueses fizeram um percurso ímpar de progresso e desenvolvimento.

Construímos, a pulso, a nossa liberdade coletiva.

Hoje, nesta festa de Abril, continuamos a acreditar que somos capazes continuar a lutar por uma sociedade melhor, mais justa.

Viva o 25 de Abril Sempre!

Sr. Presidente – Disse que tinham um voto de pesar pelo falecimento de uma trabalhadora da Câmara Municipal, apresentado pelo Partido Socialista.

Sra. Vereadora Sandra Costa – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Carmen Fernandes, conforme documento anexo registado sob o n.º 24:

*“Voto de Pesar
Falecimento de Carmen Fernandes*

Carmen Maria Costa Fernandes, trabalhadora na Câmara Municipal de Setúbal, faleceu no passado dia 6 de abril.

Nasceu em Moçambique em 1963 e passou a desempenhar funções na Câmara Municipal de Setúbal a partir de 2 de agosto de 1993, tendo ao longo da sua carreira, prestado serviço em diversas áreas, sendo que atualmente, estava afeta à Divisão de Fiscalização.

A vereação do Partido Socialista endereça à família, amigos e colegas, sentidas condolências e solicita que seja dado conhecimento deste voto à família e a todos os funcionários do município.”

O Sr. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 24/2022 - Reunião ordinária de 16 de novembro de 2022

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 25/2022 - Reunião extraordinária de 30 de dezembro de 2022

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Deliberação n.º 627/2023 – Proposta n.º 20/2023 – GAP – Nomeação de Representante do Município na SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 25.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 628/2023 – Proposta n.º 21/2023 – GAP – Acordo de cessão da posição contratual no contrato de recolha de efluentes celebrado entre o Município de Setúbal e a SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 26 e 27.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 629/2023 – Proposta n.º 22/2023 – GAP – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2022 (período de 18 a 31 de dezembro)

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 e 29.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o relatório da prestação de contas só lhes tinha sido enviado no dia anterior. O anexo não tinha sido enviado juntamente com a restante documentação, tinha sido um lapso, percebiam isso. Entretanto, no dia da reunião já tinham recebido uma alteração ao relatório que tinha sido entregue no dia anterior e solicitava que essa proposta pudesse ser retirada, porque o prazo de tempo, o espaço de tempo que tinham tido para poder analisar o documento tinha sido manifestamente curto.

Havia documentos e havia propostas que, entrando fora de prazo, eram passíveis de uma análise rápida e havia documentos, como era o caso de uma prestação de contas, que, entrando fora de prazo, não permitiam que uma análise rigorosa pudesse ser feita.

Portanto, tendo isso em consideração, solicitava que a proposta pudesse ser retirada para uma melhor apreciação.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Vereador Joel Marques que, independentemente, de o Sr. Vereador Rabaçal ter alguma questão a colocar, o senhor Vereador que lhe permitisse lembrar-lhe que estavam a avaliar uma prestação de contas entre 18 de dezembro e 31 de dezembro. As alterações que tinham sido feitas, eram, na verdade, alterações que - na sua avaliação, pelo menos - não eram de efeitos tão significativos para essa avaliação. Tendo em conta que aquilo seria para submeter à Assembleia Municipal e que a Assembleia Municipal estaria marcada para o final daquele mês, colocava a questão se eram assim tão importantes as questões que os senhores Vereadores tinham para colocar, relativamente à prestação de contas, que justificassem não levar à próxima reunião da Assembleia Municipal aquela proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a própria certificação legal de contas tinha emitido uma opinião com reservas e, portanto, gostaria de ter tempo para poder analisar o documento, a questão era essa. O documento tinha sido entregue com pouco mais de 24 horas de antecedência, face à reunião da Câmara. Percebiam o constrangimento que tinha estado na base dessa demora, teria sido uma falha ou teria sido um lapso.

Percebiam isso, mas era um documento que merecia - como todos os outros, particularmente uma prestação de contas - uma atenção e um rigor na análise que não era possível num tão curto espaço de tempo, até porque, se considerassem aquilo que era a ordem de trabalhos e as propostas, algumas delas com um tempo de análise bastante elevado, o Sr. Presidente também perceberia a sua posição, até porque sabia as propostas que constavam da ordem de trabalhos.

Parecia-lhe que seria indicado, para que tivessem esse tempo mínimo de análise da documentação, que aquela proposta pudesse ser apresentada numa próxima reunião. O Sr. Presidente questionava se as perguntas que tinham para colocar obrigariam a retirar a proposta ou se a poderiam votar, mas a questão era que, num tão curto espaço de tempo, não lhe conseguia dizer se tinha ou não tinha questões para colocar.

Sr. Presidente – Disse ao senhor Vereador que a questão que colocava era muito simples: Achava que as alterações que não tinham sido apresentadas com a devida antecedência seriam suficientemente ponderosas para não votarem naquele dia a proposta e ela poder ir à Assembleia Municipal do próximo dia 28?

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não eram só as alterações daquele dia. O documento original, o documento que tinha sido alterado, só lhes tinha chegado no dia anterior à tarde ou perto da hora do almoço e tinha chegado porque tinham questionado se a prestação de contas, que seria um anexo da proposta, não tinha sido enviada. A questão era essa, não eram as alterações que tinham sido enviadas naquele dia.

Enviar alterações de uma prestação de contas no dia em que iam apreciar a prestação de contas parecia-lhe que não era uma boa política, mas, independentemente disso e percebendo que eram alterações que tinham por base recomendações de 2 dias antes, a questão nem sequer era essa.

A questão era que o documento original, aquele que tinha sido alterado naquele dia, só lhes tinha chegado no dia anterior. Portanto, não tinha havido tempo útil, como o Sr. Presidente compreenderia, para fazer uma análise rigorosa do documento.

Sr. Presidente – Disse que já tinha percebido. O senhor Vereador considerava que as alterações que tinham sido feitas eram suficientemente ponderosas para não aprovarem naquele dia a proposta. Só queria perceber isso.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, por acaso, não sabia que o documento original não tinha sido entregue em tempo útil, porque tinha sido entregue em tempo útil e só tinha sido feita uma sugestão de alteração, visto que tinha havido sugestões do ROC (Revisor Oficial de Contas) e tinham ponderado: *“Ou não introduzimos e vem no relatório do ROC, ou, então, introduzimos alterações e fazemos uma pequena nota das alterações.”* As alterações, em si, eram, na prática, meramente formais, não tinham nenhum problema. Portanto, não alteravam nada de substantivo do conteúdo.

No entanto, também estavam a falar de um relatório que o ROC tinha validado, que considerava em condições de ser aprovado e que cumpria as regras, salvo numa matéria, que era o facto de ainda não terem a contabilidade analítica, porque não tinham tido tempo de o fazer. O próprio ROC também tinha sido contratado havia pouco tempo, como sabiam, e também não tinha tido muito tempo para trabalhar essa matéria.

De qualquer modo, também estavam a falar de uma atividade de 14 dias que tinha envolvido 200 e tal mil euros de fluxos financeiros regulares, mais algumas entradas de verbas que, de facto, não eram nossas, eram das Águas do Sado, visto que, nessa altura, a faturação, no essencial, era das Águas do Sado e que teriam de lhes devolver.

Portanto, era um movimento muito simples, não se tratava de um relatório e contas de grande complexidade, embora tivesse muitos papéis que tinha de ter. Se os senhores Vereadores fossem ver, tinha muitas rubricas a zeros, porque não tinha havido qualquer movimento nessas rubricas, o que queria dizer que, tendo em conta a situação concreta, que era terem Assembleia Municipal na semana seguinte, tendo em conta o parecer do ROC, acreditava que haveria condições de viabilizar aquelas contas.

Não tinha responsabilidade nisso, não sabia que tinha chegado tão tarde. Pedia imensa desculpa, mas, de qualquer maneira, pensava que eram contas relativamente simples e, olhando para o Vereador Joel, com a experiência que tinha, ele em 5 minutos percebia que aquilo era o que era, não tinha matéria de grande aprofundamento, visto que, olhando para os números era o que era, não dava mais do que aquilo e a maioria das rubricas estavam a zeros, iria cansar-se a ver os zeros.

Portanto, acreditava que, desse ponto de vista, deveriam viabilizar a proposta, visto que ela tinha sido feita com cuidado e o ROC tinha acabado por clarificar - punha as reservas que punha, mas, também, não eram reservas do outro mundo, não eram nada de especial - e dizia que estava em condições de serem aprovadas. Não sabia bem como é que os senhores contabilistas entendiam isso, mas achava que, naquele caso, não havia razão para se obstaculizar a passagem das contas, tendo em conta que tinham assembleia marcada para aprovar e, de facto, não lhe parecia que fosse uma coisa complexa. De facto, não era, tendo em conta o movimento real que tinha sido.

Tinham sido 200 mil euros. Tinha-se gasto um bocadinho mais que 200 mil euros. Entretanto, tinha entrado faturação que era das Águas do Sado e esse dinheiro iriam entregar às Águas do Sado. Resumia-se a isso as contas dos Serviços nesse período, além de terem pago os salários e terem feito, também, um pagamento de frações de férias a trabalhadores. Tirando isso, não se tinha passado nada nessas contas. Se fossem contas do ano inteiro ou coisa do género, achava que não havia hipótese nenhuma de, em tão pouco tempo, haver essa alteração.

Assim sendo, propunha mesmo que pudessem avançar, no sentido de garantir que as coisas acontecessem no dia 28, na sessão da Assembleia, que se avançasse com aquelas contas apesar das limitações, pedindo a compreensão dos senhores Vereadores do Partido Socialista que se tinham pronunciado sobre a matéria.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que percebiam os argumentos apresentados pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal. Era verdade que eram poucos dias - era de 18 a 31 de dezembro -, mas também era verdade que era a primeira prestação de contas dos Serviços Municipalizados. Nem sequer estavam a falar de comparações, estavam a falar de um serviço que tinha sido reativado no final do ano passado e, portanto, as contas diziam respeito, apenas, a um período curto e mereciam, naturalmente, uma atenção especial.

Não pretendiam fazer a certificação de contas, porque para isso é que tinha sido contratado o revisor oficial. Aquilo que queriam, efetivamente, era ter o tempo mínimo para poder fazer uma análise correta do documento e era nesse sentido que entendiam que, naquele momento, a bancada do Partido Socialista não estava em condições de votar aquele documento.

Se quisessem levar o documento a votação - a decisão final caberia sempre ao Sr. Presidente -, eles não votariam.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tinha esquecido de dizer uma coisa. Aquele documento não refletia em nada a exploração dos Serviços, porque não tinha havido exploração, praticamente, do serviço. Portanto, era mesmo uma prestação de contas “*redux*”. Tinha os papéis todos, como era obrigatório, mas era uma coisa muito simples e muito básica, visto que não refletia a exploração. Por exemplo, se tivessem tido 3 ou 4 meses de exploração, a conversa seria outra. Ali, tratava-se de saber como é que tinham sido aplicados 200 mil euros, que até já tinham devolvido à Câmara. Portanto, era disso que se tratava.

Sr. Presidente – Disse que a posição do Partido Socialista se mantinha e, naturalmente, retiravam a proposta, não deixando de manifestar preocupação pelo facto de não a poder levar a proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal, com as consequências que isso teria no desenvolvimento dos processos de apreciação das contas.

6. Deliberação n.º 630/2023 – Proposta n.º 23/2023 – GAP – Tarifário Resíduos Sólidos Urbanos – SMS – Serviços Municipalizados de Setúbal - RETIRADA

O Sr. Presidente informou que, como tinha sido informado aos senhores vereadores, a proposta tinha sido retirada da ordem de trabalhos.

7. Deliberação n.º 631/2023 – Proposta n.º 24/2023 – GAP – Subscrição de tomada de posição do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Luísa Todi

O Sr. Presidente fez a apresentação da proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 30 e 31.

Sr. Presidente – Disse que todos acompanhavam com muita preocupação aquilo que se passava nas nossas escolas e acompanhavam, naturalmente, também aquilo que eram as preocupações de todos os agentes de ensino.

Tinham recebido do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Luísa Todi um documento que lhes parecia que ia de encontro, de uma forma genérica e global, a todas as preocupações que estavam em causa naquele processo, também um processo de luta dos professores e dos trabalhadores do ensino em Portugal, que, naturalmente, também afetavam as escolas em Setúbal e a comunidade escolar.

Por isso, tinham entendido trazer à reunião da Câmara aquela proposta, subscrevendo as preocupações por inteiro que aquele agrupamento tinha, relativamente a essas matérias. Era por isso que traziam a proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os vereadores do Partido Socialista subscreviam aquela tomada de posição e votariam favoravelmente. Contudo, cabia tecer algumas considerações que não podiam ficar, obviamente, de fora da discussão daquela temática.

Primeiro que tudo, estava em curso um processo negocial. Não obstante, as manifestações eram legítimas, o protesto era legítimo, as justas reivindicações do pessoal docente e não



docente, que tinham de ser enquadradas, como todas as reivindicações, no âmbito da Administração Pública. Algumas das questões que eram colocadas eram transversais a toda a Administração Pública e não só ao pessoal docente e, obviamente, também, ao pessoal não docente.

A última valorização da carreira docente e a primeira regularização de precários nos estabelecimentos escolares, nomeadamente de pessoal auxiliar e de pessoal administrativo, datava de 1999, num governo do Partido Socialista, em que tinha havido essa valorização da carreira docente, mas, também, da regularização de precários na Administração Pública.

Tinha sido feito um caminho, um esforço, desde 2015 até àquele momento, de valorização das carreiras na Administração Pública, desde logo com o descongelamento de carreiras, com a reposição de direitos, as 35 horas na Administração Pública - recordava que o pessoal não docente, em 2015, trabalhava 40 horas. Todos os trabalhadores da Administração Pública tinham passado às 35 horas -, a reposição de feriados, a reposição do subsídio de férias e Natal, a reposição do corte de 20 por cento na remuneração. Portanto, eram passos que tinham sido dados, passos certos que tinham sido dados.

Naquele momento, havia uma negociação em curso, que estava a ir, com a abertura do diálogo, no sentido de resolver problemas que estavam ali identificados e era, precisamente, por esses problemas estarem identificados e serem reconhecidos pelo Governo que as negociações estavam em curso e, por isso, não tinham como não acompanhar essa posição, reafirmando que alguns desses problemas eram transversais a toda a Administração Pública e já tinha sido assumido pelo Governo, que, depois do caminho assertivo que tinha sido percorrido até ali, era preciso fazer mais.

Portanto, não poderiam ficar pela reposição de direitos, pelo combate à precariedade laboral na regularização de milhares de vínculos precários na Administração Pública, como tinha sido o caso do PREVPAP. Não poderiam ficar por aí, teriam de ir muito mais além e tinha sido nesse sentido que tinha sido estabelecido, com os sindicatos, um acordo de médio prazo, que, recentemente, também tinham sido tomadas medidas de valorização das carreiras da Administração Pública.

Naquele momento, com esse processo negocial em curso, era preciso darem passos assertivos, no sentido de se chegar a um entendimento, nomeadamente em algumas matérias, como a desburocratização do trabalho docente e como a questão da vinculação. Esse processo era um processo que estava em curso e era um processo negocial, ou seja, independentemente dos protestos que estavam a existir e que eram legítimos, o Governo não fechava a porta ao diálogo.

Contrariamente a outras situações que conheciam por esse país fora, inclusivamente na Câmara Municipal, o Governo promovia, efetivamente, um verdadeiro diálogo com os representantes dos trabalhadores. Portanto, esse processo estava em curso e esperavam que, em breve, a bem da valorização da escola pública, que chegasse a um fim com o necessário consenso.

Chamava só a atenção para uma questão final, a Câmara Municipal de Setúbal, ao associar-se - eles já tinham dito que o iriam fazer - naquela tomada de posição, estava, no âmbito da alínea o), a tomar uma posição enquanto também Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, contra uma decisão que não era uma decisão do Governo. Essa decisão de definição de serviços mínimos não era uma imposição. Podiam contestar a legitimidade, se existia ou não legitimidade, mas isso eram questões para os tribunais.

Aquilo que estavam também a fazer era contestar uma decisão judicial - uma decisão do tribunal arbitral valia como decisão de 1.ª instância - e, portanto, aquilo que estavam ali a fazer era contestar, precisamente, também essa decisão do tribunal arbitral. Era para isso que chamavam a atenção, porque essa definição de serviços mínimos não tinha sido feita nem podia ter sido feita pelo Governo, porque estaria, obviamente, a decidir em causa própria.

Como sabiam, havia muito tempo que isso tinha deixado de acontecer no âmbito da definição de serviços mínimos, e, por isso, a constituição dos tribunais arbitrais, para tomar essas decisões. Aliás, como tinha acontecido, também, na Câmara Municipal, em que, a pedido da Câmara Municipal, numa greve dos bombeiros sapadores, tinha sido requerida a definição de

serviços mínimos. O Governo tinha feito o mesmo, tinha requerido a definição de serviços mínimos e o tribunal arbitral tinha decidido esses mesmos serviços mínimos.

Portanto, era para dizer que, com isso, os vereadores do Partido Socialista subscreviam, sem qualquer restrição, aquela tomada de posição do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Luísa Todi, esperando que as negociações que estavam em curso chegassem, o mais rapidamente possível, a bom Porto. Acreditavam que assim iria ser.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que era para dizer que, obviamente, eles subscreviam aquilo que era apresentado ali, a tomada de posição do Agrupamento de Escolas Luísa Todi. A verdade era que tinha havido um notório desinvestimento naquilo que era o sistema de Educação, principalmente nos anos mais recentes, e, de facto, era urgente e emergente resolver aquilo que eram os problemas da escola pública.

De facto, não só os professores e os restantes profissionais da Educação tinham direito a ver reconhecido aquilo que eram as suas reivindicações, mas também as crianças tinham direito a ter acesso a uma escola pública digna e a verdade era que não tinham tido. Obviamente que os professores e os restantes profissionais da Educação tinham todo o direito à greve, mas a verdade era que isso tinha um efeito negativo nas crianças.

Portanto, os professores era o instrumento que tinham à disposição e era aquele que utilizavam - e bem. De facto, era preciso haver um maior esforço para conseguirem concretizar medidas efetivas e irem ao seu encontro, nessas negociações, para que terminasse rapidamente a turbulência que tinha havido nas escolas, porque não beneficiava nenhum deles, porque, como todos sabiam, a escola era demasiado importante, a Educação era demasiado importante para um país que se dizia democrático e livre.

Sra. Vice-Presidente – Disse que queria dar nota à Câmara Municipal de que aquela posição que vinha ali era uma posição bastante completa daquele Conselho Geral, mas esse assunto tinha sido abordado em todos os conselhos gerais do concelho. Como sabiam, tinham representantes da Câmara Municipal em cada um dos conselhos gerais e, nesse sentido, aquilo que lhes queria transmitir era que tomadas de posição daquela natureza tinham sido aprovadas, por unanimidade, em todos os conselhos gerais ou em praticamente todos e, por isso, entendia-se a comunidade educativa no seu todo, porque dos conselhos gerais faziam parte os docentes, os não docentes, faziam parte as autarquias - no caso, a Câmara Municipal e as juntas de freguesia - e faziam parte os representantes dos pais, dos alunos e, também, entidades que os próprios conselhos gerais cooptam para pertencerem a esses órgãos. Portanto, nessas posições, tinham, efetivamente, uma posição muito generalizada daquilo que era a comunidade e daquilo que era o sentir e o pulsar desses atores intervenientes na Educação.

Depois, queria dizer que, relativamente às questões que estavam ali, havia uma que lhes devia - a eles, enquanto autarcas - merecer uma reflexão e um aprofundamento mais efetivo daquilo que eram as competências das autarquias em matéria de transferência de competências e em matéria de competência dos seus próprios trabalhadores, porque o Sr. Vereador Fernando José tinha dito que o Governo não tinha nada a ver com os serviços mínimos, quem tinha tido a culpa tinha sido a DGAEP, mas lembrava ao senhor Vereador que quem tinha pedido os serviços mínimos tinha sido o Governo.

As situações eram um pouco diferentes, porque a Câmara não tinha contestado a questão dos serviços mínimos, a Câmara tinha contestado a questão do número desses serviços mínimos. O Ministério da Educação - uma coisa nunca vista - tinha solicitado serviços mínimos, tendo em conta a greve. Portanto, eram coisas completamente diferentes, até porque, na legislação, também apareciam de forma diferente, mas tinha havido sempre ali essa tentativa de paralelismo, umas vezes mais subtis que outras, com a questão dos bombeiros.

O senhor vereador tinha-o feito de propósito, no sentido de provocar ali reações e aquela era a sua resposta à questão, que tinha sido, de uma maneira subtil, colocada, mas que enfrentava com toda a frontalidade, dizendo, ao contrário de outros, que não havia diálogo.



Lembrava ao senhor Vereador que estavam a falar de plataformas sindicais na Educação, estavam a falar mais de uma dezena de sindicatos e estavam a falar de um diálogo inexistente ou surdo ou em línguas diferentes, porque tinha conduzido a uma situação de greve que se tinha vindo a repetir a longo do tempo e que se tinha efetivado, por algumas estruturas sindicais, de forma contínua.

Portanto, a estratégia seria dizer que tinham diálogo só para dizer que tinham diálogo? Não sabia, também era uma questão que ficava ali no ar. Mas, quando falava relativamente às competências das autarquias e aos seus trabalhadores, estava a referir-se à questão dos assistentes operacionais e, no caso, a própria DGAEP tinha feito, a pedido do Ministério da Educação, a apreciação dos serviços mínimos dos professores e dos assistentes operacionais. Ora, naquele momento, os assistentes operacionais eram trabalhadores da Câmara Municipal e, como tal, as câmaras municipais deveriam ter sido chamadas ao processo.

Mais uma vez, estavam perante uma transferência de competências que não tinha sido bem acautelada – ou, por outras palavras, não tinha sido bem feita - e essa era uma das questões que tinha acontecido e estava certa de que muitas outras questões ainda iriam aparecer, porque existia uma espécie de gestão bicéfala, existia uma gestão híbrida, e, tendo em conta essa gestão, mais problemas iriam surgir.

Portanto, do seu ponto de vista, não tinha sido correto que os serviços mínimos tivessem sido decretados sem que as autarquias tivessem sido ouvidas. Tinham expressado essa posição e, de imediato, o Ministério da Educação tinha vindo dizer: *“Não, não, mas a gestão do pessoal não é da Câmara!”*

Isso era completamente ao atropelo das boas práticas e daquilo que o Partido Socialista defendia que devia ser o diálogo, deixando os diretores e os responsáveis das escolas em situações verdadeiramente melindrosas, para com a sua tutela e para com as câmaras municipais. E não tinha acontecido só em Setúbal, tinha acontecido no país inteiro, em que as pessoas não sabiam como é que haveriam de reagir a essa situação. Realmente, tinha sido uma situação muito desagradável.

Mais, havia uma certa tendência para o *“outsourcing”* desses trabalhadores e eles não aceitavam. Se eram trabalhadores da Câmara, então teriam de ter o mesmo tratamento que os outros trabalhadores da Câmara e se, para os trabalhadores bombeiros, a Câmara tinha podido recorrer à DGAEP para a questão dos serviços mínimos, também para os trabalhadores assistentes operacionais das escolas deveria ter tido essa possibilidade, de poder ter alguma intervenção no processo, dar a sua colaboração para o processo, e não as câmaras municipais serem capachos do Ministério da Educação.

Mantinha o que tinha dito, capachos, porque as situações que eram para as câmaras municipais resolverem, como a falta de assistentes operacionais, os cumprimentos dos rácios, etc., as câmaras eram capazes de resolver, para as outras questões então a gestão já podia ser feita de outra maneira. Aquele processo continuava muito inquinado e assim, efetivamente, estavam com muitas dificuldades em fazer da transferência de competências aquilo que, supostamente, tinham identificado como aquilo que seria benéfico.

Não tinha dúvida nenhuma que, ao tomarem aquela decisão, tinham dado uma machadada na transferência de competências e tinham dado uma machadada naquilo que era a autonomia do Poder Local, porque nenhuma Câmara Municipal devia ficar de braços para baixo com uma situação daquelas.

Aliás, também tinham colocado a questão a várias entidades e continuavam à espera de resposta, porque, tendo em conta o bom decorrer das negociações que estavam a ver, provavelmente, as greves iriam continuar e aquela situação iria, mais uma vez, acontecer e, depois, seriam os diretores que seriam os culpados e os bodes expiatórios das situações que aconteciam nas escolas, se chamavam pessoal para serviços mínimos, no caso do pessoal não docente, ou se não chamavam pessoal para serviços mínimos, no pessoal não docente. Era muito importante que essas situações fossem clarificadas. Da parte deles, a lei era clara nesse sentido, e que as autarquias fossem chamadas a esse processo.



Por fim, só queria dizer que tinham visitado as escolas - ainda no dia anterior, o Sr. Presidente tinha estado numa iniciativa nas escolas - e tinham reparado que todas as escolas continuavam com faixas, continuavam com mensagens e que a situação estava longe de ser resolvida.

Apelava, efetivamente, a que pudesse haver, da parte de todos, mas, principalmente, do ministério, que tinha o poder para resolver o problema e começar a fazer propostas que fossem propostas que fossem de encontro àquilo que eram as reivindicações e não que fossem propostas que os sindicatos, naquele momento, tivessem de apelar ao Sr. Presidente da República para que não validasse e não fizesse a promulgação das leis que tinham já sido propostas pela tutela.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, face àquela intervenção da Sra. Vereadora Carla Guerreiro, apenas precisaria de um minuto - não iria ocupar muito mais tempo -, se o Sr. Presidente lhe permitisse.

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro justificava o conflito com a situação de greve. Era o que estava a acontecer, também, em Setúbal, com a questão dos bombeiros sapadores. Havia uma greve que se vinha prolongando no tempo e, portanto, era sinónimo - tal como a senhora Vereadora tinha dito - de que algo não estava bem. Uma greve que ia percorrendo vários meses, sem fim à vista, era sinal de que o diálogo não existia. No caso concreto, era a opinião da senhora Vereadora e seria a opinião de muitos professores, mas não seria a opinião de outros, de que, efetivamente, as negociações com o Ministério da Educação estavam a decorrer, apesar das legítimas manifestações dos professores.

Também tinha dito a Sra. Vereadora Carla Guerreiro que as faixas que estavam em todas as escolas eram, também elas, sinónimo de que algo não ia bem, porque demonstravam o descontentamento do pessoal docente e não docente. Recordava, também, à Sra. Vereadora Carla Guerreiro que no quartel dos bombeiros sapadores também lá estavam faixas, manifestando o descontentamento dos trabalhadores. Também eram trabalhadores e, portanto, também se apelava, efetivamente, ao diálogo.

Estavam a aprovar uma subscrição de uma tomada de posição importante, mas era importante, também, que, na ação, no dia a dia, que também tivessem a capacidade de abertura e de diálogo que tanto apregoavam.

Para terminar, queria dizer à Sra. Vereadora Carla Guerreiro que a questão dos serviços mínimos não era como tinha afirmado. Os serviços mínimos tinham sido, naquele caso, requeridos, uns pela Câmara Municipal, no sentido de não contestar a definição, mas os meios humanos. No caso dos serviços mínimos requeridos pelo Ministério da Educação, tinham a ver, também, não só com a definição dos serviços mínimos, mas, também, dos meios humanos necessários para os assegurar.

Cabia ao Tribunal Arbitral decidir se o Ministério da Educação, nesse pedido que tinha feito, tinha ou não tinha legitimidade para o fazer. Que tivesse conhecimento, na decisão do Tribunal Arbitral, em momento algum o Tribunal Arbitral se tinha pronunciado sobre a ilegitimidade do Ministério da Educação para recorrer aos serviços mínimos. Tinha a sua opinião sobre essa matéria, mas era, apenas, a sua opinião, não vinculava mais ninguém do que apenas a ele. Portanto, considerando a posição das câmaras municipais, existindo essa dúvida, caberia às câmaras municipais impugnam essa mesma decisão do Tribunal Arbitral e pedir esclarecimentos. A senhora Vereadora já tinha dito que tinham sido pedidos e, portanto, aguardariam por esses mesmos esclarecimentos.

Sr. Presidente – Disse que traziam aquela proposta com o objetivo de se associarem, de uma forma clara e, através de votação, a essa posição, que era do Conselho Geral de um agrupamento, que, como a senhora Vereadora já tinha dito, era bastante alargado em termos de composição, com uma grande diversidade de entidades, organizações e, naturalmente, também, da comunidade escolar.

Com aquelas intervenções, no seu entendimento, tinham acabado um pouco por diluir a importância que achava que devia ser dada às posições desse Conselho Geral. Por isso,

pedia imensa desculpa, mas iria ler aquilo que iriam votar, porque, senão, com essa diversidade de questões, perdiam um pouco o sentido daquilo que estava em causa e que tinha sido o objetivo de trazerem aquela tomada de posição.

Sr. Presidente - Leu a seguinte Tomada de Posição, conforme documento anexo registado sob o n.º 31:

“Tomada de Posição

Os elementos da comunidade educativa que constituem o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Luísa Todi, perante o conjunto de ações continuamente desenvolvidas por todo o pessoal docente e não docente, mais acentuadamente desde dezembro de 2022, no sentido da reivindicação da resolução dos diferentes problemas que afetam o funcionamento da Escola Pública, muitos deles relacionados com a não satisfação das justas aspirações dos diferentes profissionais, entendem expressar a seguinte tomada de posição:

1 – Saudar a Escola Pública, assim como todos aqueles que, em diferentes papéis e em diferentes momentos, contribuem para a sua construção e afirmação, nomeadamente os diferentes decisores e construtores de pensamento e, muito especialmente, os que, nos territórios educativos, professores, pessoal técnico, assistentes operacionais e administrativos, com os seus desempenhos contribuem para mais e melhor educação.

2 - Manifestar a sua preocupação com o arrastar desta situação de conflitualidade e com a falta de decisão, justa e efetiva, que contribua para o desenvolvimento de processos tendentes à resolução dos problemas identificados pelos profissionais, mas, também, pelos órgãos de gestão das diferentes Escolas e dos Agrupamentos de Escolas e pelas Autarquias que, no quadro do Poder Local Democrático, têm hoje intervenção significativa e responsável na resposta educativa em Portugal. É entendimento dos conselheiros que a falta de abertura ao diálogo consequente muito prejudica todos os que dependem da Escola Pública, seja na vertente Educativa, seja na sua componente Social.

3 - Face ao exposto, anunciam a sua posição de solidariedade para com todos os profissionais da Escola Pública e exigem que, através de um verdadeiro e efetivo processo negocial, com os representantes destes trabalhadores, se consiga, em nome da pacificação do ambiente educativo e das comunidades educativas, com abertura, com consciência dos constrangimentos do País, mas, também, das reais necessidades dos profissionais e das Escolas, percorrer caminho no sentido de ir ao encontro das necessidades e justas reivindicações, contribuindo, desta forma, para a superação do ambiente de conflitualidade, cujas razões identificamos, entre muitas...

- a) A enorme precaridade associada às diferentes carreiras, sobretudo nos casos do pessoal docente e técnico.*
- b) As dificuldades de progressão nas carreiras, com sistemas de avaliação que não revelam eficácia.*
- c) As definições de quotas que não traduzem o efetivo reconhecimento das boas práticas, antes se justificam em sede de critério administrativo-financeiros.*
- d) A não criação de condições estruturais tendentes à recuperação de todo o tempo de serviço prestado por todos os docentes e não docentes.*
- e) As diversas situações identificadas, mas não corrigidas, de ultrapassagens na carreira e nos concursos docentes.*
- f) A formatação dos concursos, assente em quadros de zona e em mecanismos que têm gerado insegurança e desorganização na vida dos profissionais, sendo que parte deste descontentamento resulta da não confiança no modelo anunciado de recrutamento e gestão de perfis e mapas interconcelhios.*
- g) O atual regime de mobilidade por doença.*
- h) A absurda carga burocrática que envolve o trabalho docente, consumindo tempo e energia da componente não letiva e, o que é mais grave, desviando o foco da ação principal dos docentes, ou seja, a construção das soluções educativas mais adaptadas aos seus alunos.*



- i) A recorrente falta de solução para diversos problemas identificados, nomeadamente no que aos alunos diz respeito, levando os profissionais das escolas a assumirem, muitas vezes, um papel de cuidador e de substituto em diversas vertentes,*
- j) A escassez de recursos humanos ao serviço da Escola Pública, nomeadamente docentes para a lecionação de diversas áreas curriculares e de apoio, assistentes operacionais, face ao número de alunos, bem como pessoal técnico, psicólogos, terapeutas, animadores de apoio aos alunos elegíveis ao Decreto-Lei 54/2018.*
- k) No que diz respeito ao pessoal não docente, nomeadamente assistentes operacionais e administrativos, o descontentamento generalizado com a estrutura remuneratória, com os pontos perdidos na avaliação de desempenho e com ausência de formação, nomeadamente na perspetiva da ação da escola inclusiva.*
- l) A insatisfação da generalidade do pessoal não docente com o facto de terem sido enquadrados no sistema de Segurança Social, quando claramente preferiam a manutenção na Caixa Geral de Aposentações, onde exigem a reintegração.*
- m) No caso do pessoal técnico superior especializado (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas da fala, intérpretes de língua gestual portuguesa, entre outros), para além da já referida situação de precaridade generalizada, acrescem as preocupações com a mobilidade geográfica e com a ausência de uma carreira.*
- n) A falta de alocação de recursos financeiros adequados à realidade, para que as Autarquias possam, em tempo, cumprir, sem prejuízo de outras áreas da sua intervenção, o esforço necessário à recuperação, requalificação e manutenção dos espaços escolares.*
- o) A profunda discordância com uma imposição de serviços mínimos que, recaindo sobre a componente letiva nos termos definidos, se traduz num efetivo impedimento do exercício do direito à greve.”*

O Sr. Vereador Fernando Negrão ausentou-se da sala.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 632/2023 – Proposta n.º 01/2023 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela empresa Ascenza Rovensa Company

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 32 e 33.

Sr. Presidente – Disse que a Câmara Municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, no âmbito da formação e das preocupações que tinham esses profissionais, tinha promovido – tinha decorrido nas segunda e terça-feira – a 3.ª Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania, daquela vez dedicada à temática do Turismo, onde tinham participado, naturalmente, entidades da nossa região e, também, alguns representantes da comunidade internacional que trabalhava sobre essas matérias no quadro europeu. Era também importante dizer que essa conferência tinha tido o alto patrocínio do Sr. Presidente da República.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



9. Deliberação n.º 633/2023 – Proposta n.º 354/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP - Renovação do licenciamento Microsoft - Concurso público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 34 a 37.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 634/2023 – Proposta n.º 360/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Reversão do lote de terreno n.º 179, do loteamento municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 635/2023 – Proposta n.º 361/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação do lote de terreno n.º 44, do loteamento municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 636/2023 – Proposta n.º 362/2023 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2022

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 40 e 41.

Sr. Presidente – Fez a seguinte intervenção: *“A atividade autárquica no ano de 2022 foi condicionada de várias formas e os resultados do exercício refletem, necessariamente, estas múltiplas condicionantes e é importante referir que, apesar da pandemia Covid-19, que afetou todas as nossas vidas, ter reduzido o seu impacto direto nos finais de 2021, o que é facto é que ainda em janeiro de 2022 os serviços da Câmara Municipal tiveram de encerrar vários dias por efeito da doença.*

Foi exatamente em fevereiro de 2022 que deflagrou a guerra na Ucrânia, com a invasão pela Rússia, cujas consequências diretas e indiretas ainda hoje não estão devidamente avaliadas no plano económico e social do país e, em particular, também, na atividade autárquica.

Os exemplos mais destacados são o aumento dos preços dos produtos energéticos e alimentares e das matérias-primas em geral, resultando numa pressão inflacionista a nível global. Assim, regista-se na zona euro, onde se integra Portugal, uma inflação homóloga no final de 2022 superior a 9 por cento.

Num quadro inflacionista e com o agravamento da situação social e económica das famílias empresas, instituições e economia social e movimento associativo, a Câmara Municipal de Setúbal desenvolveu um conjunto de iniciativas e tomou decisões importantes, que atestam a dinâmica da Câmara Municipal no assumir dos compromissos que firmámos com a população.

Quanto a alguns dados sobre a prestação de contas do exercício de 2022, apesar de continuarem por aprovar as contas de 2021, o que impossibilitou os nossos revisores oficiais de contas de validar os saldos de abertura de 1 de janeiro de 2022, trazemos hoje à apreciação da Câmara as contas de 2022.

O exercício de 2022 foi marcado por uma aposta renovada e consistente na descentralização e na implementação de soluções de gestão de proximidade, na participação na gestão pública da água e do saneamento, na habitação, no ambiente, no bem-estar animal, na educação, na saúde, no desporto e na cultura.

Quanto à receita, a receita total arrecadada em 2022 fixou-se nos 123,7 milhões de euros, incluindo o saldo de gerência relativa ao exercício de 2021. Excluindo este saldo, o valor arrecadado em 2022 registou, ainda assim, um acréscimo de 19 por cento relativamente ao ano anterior.

Globalmente, este valor representa um acréscimo de 18 milhões de euros face a 2021. De facto, apenas no segmento receitas de capital foi registado um desvio negativo da ordem dos 27 por cento face ao ano anterior, traduzindo-se num decréscimo da receita de 4,6 milhões. Esta redução é quase integralmente justificada pela rubrica de passivos financeiros.

Nas receitas correntes (108.235.713 euros) destacam-se os impostos diretos (48,6 milhões), as transferências correntes (mais 61 por cento), a venda de bens e serviços correntes (mais 13 por cento), os rendimentos de propriedades (mais 1 por cento), as taxas, multas e outras penalidades (mais 18 por cento) e outras receitas correntes, em grande parte justificada pelo acionamento da garantia bancária, no montante de 12,4 milhões de euros, prestada pela empresa Águas do Sado ao Município.

Nas receitas de capital (12.138.320 euros), destacam-se os passivos financeiros (menos 37 por cento), por menor utilização de capital dos empréstimos contraídos, as transferências de capital, a venda de bens de investimento, outras receitas de capital e ativos financeiros.

Quanto às despesas correntes, são, claramente, o agregado com maior peso na estrutura (76 por cento da despesa total). No exercício de 2022, a despesa paga ascendeu a 117,9 milhões, apresentando uma taxa de execução de 70 por cento. As despesas correntes alcançaram os 89,2 milhões e as despesas de capital 28,7.

A despesa paga cresceu ao longo do último quadriénio, registando-se um acréscimo de 18 por cento face ao ano transato (18,3 milhões de euros), demonstrando um esforço contínuo por parte do executivo em diminuir a dívida municipal, honrando atempadamente as suas responsabilidades para com terceiros.

Nas despesas correntes destacam-se as despesas com o pessoal (44 por cento), abrangendo os aumentos decorrentes da integração de pessoal por via das transferências de competências na área da educação, as aquisições de bens e serviços (37 por cento), as transferências correntes (15 por cento) e outras despesas correntes e os juros e outros encargos, de, respetivamente 2 e 1 por cento. A despesa corrente apresenta um comportamento crescente em todas as suas componentes.

As despesas de capital compreendem a aquisição de bens de capital (61 por cento), os passivos financeiros (39 por cento) e as transferências de capital e as outras despesas de capital, com uma percentagem muito residual, inferior a 1 por cento.

Os compromissos transitados do ano anterior somam 30,7 milhões de euros. A estes somaram-se 119 milhões de compromissos assumidos no próprio ano. Tendo em conta os 118 milhões de pagamentos efetuados, o montante de compromissos a transitar para 2023 foi de 29 milhões, representando o menor valor de compromissos transitados no quadriénio e assinalando um decréscimo de 7,5 milhões, face ao ano anterior.

Neste sentido, é importante constatar que 2022, sendo o ano em que os compromissos assumidos atingiram os valores mais elevados do quadriénio, o que se deve ao volume de atividade em investimento, mas, igualmente, ao aumento de custos inerentes às mesmas, é, igualmente, o ano em que, fruto de um grande esforço de liquidação de dívida, transita para o ano seguinte o menor volume de compromissos do quadriénio.

Quanto ao endividamento, o total do capital em dívida de empréstimos e locação financeira a 31 de dezembro de 2022 era de 29.194.214,15 euros, significando um decréscimo de 15 por

cento face ao ano anterior. Esta dívida é composta por 22.304.057,51 cêntimos de empréstimos de médio longo prazo e 6.890.156,64 cêntimos de contratos de locação financeira.

É de referir que, no ano de 2022, não foi contratado nenhum empréstimo, excetuando o de curto prazo, no valor de 10 milhões de euros, para acorrer a necessidades de tesouraria. Ao longo do ano foi utilizado o valor total de 6.400.000 euros desse empréstimo, tendo sido o mesmo totalmente amortizado até ao final do ano.

Durante o ano de 2022 foi aberta a consulta para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, no montante de 5.982.847,77 cêntimos, para investimentos do ano de 2023, cujo respetivo contrato veio a ser firmado com a Caixa Geral de Depósitos já no corrente ano.

Analisando o serviço da dívida, verifica-se que este cresceu 14 por cento relativamente a 2021, impulsionado pelo aumento das suas componentes (juros e amortizações), o que deverá agravar-se ainda no ano em curso.

O crescimento de 12 por cento verificado nas amortizações é gerado pelo início do pagamento das amortizações referentes aos contratos de locação financeira visando a aquisição de viaturas elétricas e dos empréstimos de despesas de financiamento de 2019 (habitação social, eficiência energética, recolha seletiva de biorresíduos em Setúbal) e com a amortização total do empréstimo “Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios” (despesas com redes secundárias de gestão de combustível).

Já o aumento nos juros pagos, de 43 por cento, decorre do sucessivo aumento da taxa Euribor. De salientar que esta taxa deixou de ser negativa, tendo vindo a aumentar progressivamente, passando, em 31 de dezembro de 2021, de -0,501 por cento para 1,872 a 31 de dezembro de 2022.

Assim, a 31 de dezembro de 2022, a margem disponível de endividamento do Município cifrou-se em 15.032.741 euros.

Pagamentos em atraso - A meta fixada para a redução do endividamento obrigava-nos, em 2022, a reduzir os pagamentos em atraso em 358.242,40 euros. Ora, a 31 de dezembro de 2022 existiam pagamentos em atraso no valor de 2.189.944,40 euros. De facto, fruto do esforço da autarquia e do seu executivo, conseguimos, no ano passado, assegurar uma redução de 1.232.641,79 euros, superando largamente a meta fixada e concretizando uma redução que excedeu em 36 por cento a realizada em 2021.

No ano de 2022, as receitas correntes cobradas foram em montante superior às despesas correntes pagas acrescidas da amortização média dos empréstimos, cumprindo, assim, com a regra do equilíbrio orçamental. Neste sentido, o Município obteve um excedente de 16.654.020,81 euros.

Em conclusão, diremos que, num contexto de dificuldades, de inflação e de aumento de juros, de assunção de novas competências e de muitos custos, o Município de Setúbal conseguiu investir, conseguiu continuar a crescer e conseguiu reforçar um percurso de rigor financeiro que queremos ver consolidado no exercício do ano corrente e em exercícios futuros.

Em 2019 as nossas freguesias recebiam da Câmara Municipal 4,5 milhões de euros, em 2022 este valor cifrou-se em 7,6 milhões.

Em 2022 concretizámos a decisão de criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, devolvendo a gestão pública da água aos setubalenses e azeitonenses. Fizemo-lo com um grande esforço também financeiro e, contra múltiplas resistências, os Serviços Municipalizados de Setúbal prestam hoje o seu serviço e preparam-se para uma nova fase, mais estável, da sua vida.

Em 2022 realizámos ou iniciámos, entre muitas outras intervenções, a reabilitação do Bairro das Manteigadas, a requalificação das ruas Groot Pombo e Camilo Castelo Branco, a Unidade de Saúde Familiar de Azeitão, o Terminal Interface de Setúbal, trabalhos de estabilização do talude no Forte de São Filipe, recuperação do parque habitacional, intervenção no Convento de Jesus, diversas intervenções na rede viária.

Ainda em 2022 liquidámos 118 milhões de compromissos, mais 18 milhões que no ano anterior, contribuindo assim, também, para a liquidez dos nossos fornecedores e para a economia local.

Em 2022 melhorámos, ainda, o grau de execução orçamental da receita, o grau de execução orçamental da despesa, o saldo corrente, o saldo primário, o saldo global, a relação entre recebimentos e liquidações e a relação entre pagamentos e obrigações.

Em face de tudo isto, é com confiança que hoje apresentamos os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão relativos a 2022.

Os documentos que se apresentam têm por suporte o trabalho desenvolvido pelo corpo técnico do Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Setúbal, que os organizaram e executaram, constituindo a prestação de contas para cumprimento de obrigações legais, no que concerne à apreciação das entidades tutelares das autarquias locais, por um lado, e para apreciação e informação dos órgãos autárquicos do Município

Dado que todos os documentos inerentes ao processo de prestação de contas foram elaborados nos termos do Sistema Nacional de Contabilidade da Administração Pública, bem como das normas técnicas do Tribunal de Contas, estão reunidas as condições para serem apresentados aos órgãos autárquicos do Município e, assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do Município de Setúbal relativos ao ano de 2022 e submeta os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.”

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o “draft” da Certificação Legal de Contas [conforme documento anexo registado sob o n.º 42] só lhes tinha sido entregue no decorrer da reunião, o que lhes parecia manifestamente insuficiente. Infelizmente vinha sendo um hábito. De qualquer das formas podiam destacar, daquela Certificação Legal de Contas, uma opinião que era emitida com reservas, particularmente uma nota que indicava que, na sequência da auditoria feita pelo Revisor Oficial de Contas, tinham sido apuradas divergências entre modulo III, Contabilidade Financeira e Contabilidade Orçamental, para a qual não tinha sido possível obter a respetiva reconciliação.

Pensava que aquele não era um problema novo, recordava-se que noutras prestações de contas já ter havido notas, por parte dos revisores oficiais de contas, relativamente àquilo que era a reconciliação bancária. Era um problema que parecia que se tinha estendido no tempo, portanto, era uma questão que era importante reforçar, para que fosse retificada.

No que respeitava ao documento propriamente dito, particularmente na execução da receita, registava-se, efetivamente, um incremento na execução das receitas, suportado exclusivamente pelas receitas correntes, onde se incluíam entre outras, receitas dos impostos diretos. De facto, a variação positiva dos impostos diretos tinha sido significativa, pesava embora a redução da carga fiscal municipal, aprovada por proposta do Partido Socialista, e que tinha fixado o IMI a liquidar em 2022 em 0,40%, e a participação variável no IRS em 4%, os valores cobrados tinham sido relevantes. A participação variável do IRS, apesar de ter descido de 5% para 4% tinha rendido mais de 315 mil euros, ou seja, mais 3,83%. O IMT tinha aumentado perto de 1,8 milhões de euros, ou seja, mais de 11%. A derrama, fruto da esperada retoma da economia, mais do que duplicou, aumentando mais de 3 milhões de euros, ou seja, mais 105,5%. A receita do IMI, tendo uma espectacular redução, tinha ficado, ainda assim, acima daquilo que era a expectativa deles, quando tinham apresentado a proposta de alteração da taxa, tinha-se fixado em 21.286 mil euros, a estimativa deles era de 21.242 mil euros. Portanto, 44 mil euros acima da previsão deles, o que significava duas coisas, que a previsão deles era uma previsão absolutamente realista, e ainda assim, tinha sido possível fazer uma cobrança ligeiramente acima daquilo que era uma previsão feita com base nas cobranças dos anos anteriores.

Tudo somado, impostos diretos e participação variável no IRS, tinham aumentado quase 3,2 milhões de euros, face à receita do ano anterior, o que provava que era possível aprofundar sustentadamente o caminho de redução de impostos, que o PS tinha feito aprovar em 2001 e em junho de 2022 e que a CDU só tinha conseguido reverter com a “mão amiga” dos



vereadores do PSD, em outubro do ano anterior. Num contexto em que o estacionamento tarifado continuava a crescer na cidade, importava ainda avaliar o volume daquelas receitas nas contas do Município. Em 2022, o estacionamento tarifado tinha rendido mais de 660 mil euros, o que representava um acréscimo de 56,40%, face à receita de 2021, tinha sido de sensivelmente 422 mil euros. Aquela dinâmica de crescimento da receita com o estacionamento tarifado, era ainda mais relevante se considerassem que a receita de 2022, a partilhar em partes praticamente iguais com a concessionária, e em 2021 a receita tinha correspondido a 5 meses de exploração municipal, ou seja, em que a receita era integralmente do município e 7 de exploração concessionada. Isso queria dizer, também, uma outra coisa, queria dizer que era possível suportar os apoios dados, nomeadamente os 10 euros mensais no passe navegante municipal, com base naquilo que era, um passe navegante municipal que se prendia que fosse um incentivo à utilização de transporte público e não de transporte privado, era possível suportá-lo com base naquilo que era um acréscimo de receita gerada com o estacionamento tarifado e não com base em impostos como tinha sido feito no ano anterior.

Quanto às receitas de capital, a sua redução devia-se sobretudo a dois fatores, a redução das transferências de capital por via de projetos cofinanciados e uma redução dos passivos financeiros, alicerçada numa menor utilização de capital dos empréstimos contraídos. Uma decisão que numa Câmara que contratava empréstimos a 20 anos para pintar passadeiras, traduzia-se simplesmente em duas palavras, menos investimento. No que respeitava à execução da despesa, quando analisavam a despesa corrente, e se expurgassem o aumento da massa salarial, que decorria das atualizações salariais e, sobretudo, do acolhimento de trabalhadores em função da transferência de competências, tinham ainda assim, um aumento de 12,5 milhões de euros e 60% desse aumento das receitas correntes expurgadas dos aumentos dos gastos com pessoal, 60% por cento desse aumento, ou seja, 7,5 milhões de euros decorriam da aquisição de bens e serviços. As dívidas a fornecedores que de 2020 para 2021 tinham aumentado 4 milhões de euros, tinham-se reduzido em quase 3,7 milhões. Ainda assim, a dívida a fornecedores a 31/12/2022 era superior à que existia a 31/12/2020, 16,2 milhões em 2022, o que comparava com 15,9 milhões em 2020. Acrescia que em novembro de 2022 tinha sido anunciado um pagamento extraordinário ou um investimento como o senhor Presidente lhe tinha chamado e insistia em chamar, a realizar até ao final do ano, portanto, até ao final de 2022 no valor de 10 milhões de euros, ou um pagamento adicional a fornecedores, 9 milhões em função da execução da garantia bancária das Águas do Sado e um milhão decorrente de uma transferência em atraso da Administração Central. A diferença entre os 10 milhões, que se tinha assumido pagar, e os 3,7 milhões de redução efetiva, face ao fecho de contas de 2021, era de 6,3 milhões. Ou seja, caso não se tivesse registado esse pagamento extraordinário de 10 milhões de euros, o que o senhor Presidente chamava de investimento, as dívidas a fornecedores teriam aumentado 6,3 milhões de euros. Aliás, sinónimo disso era o aumento de 29,38% na aquisição de bens e serviços, o tal aumento superior a 7 milhões e meio de euros, o acréscimo de 14,66% nos compromissos assumidos e o aumento dos juros de mora pagos em 8,32%, aquilo era obra, e era o sinal claro que estavam perante um executivo com evidentes dificuldades em encontrar pontos de equilíbrio entre as receitas que têm sido crescentes, os investimentos que o concelho precisava, mas que não se fazia, o que resultava, claro, da evolução das despesas de capital, e o rigor que lhes parecia que tem faltado na realização de despesas correntes.

Sra. Vice-Presidente – Disse que queria que ficasse registado mais uma vez em ata que: *“a nossa disponibilidade orçamental para acolher despesas no âmbito da transferência de competências que vão para além das receitas transferidas, apuradas no relatório da Comissão de Acompanhamento, referentes ao ano de 2022, no valor de 1.300 mil euros. Portanto, também esse valor se encontra aqui refletido, e acho que é de ficar registado”*.

Sr. Vereadora Sónia Martins – Quis registar, que mais uma vez tinham recebido uma certificação legal das contas no início da reunião.

O senhor Presidente, no ano anterior tinha justificado que a empresa tinha entregado tarde. Mas a empresa era escolhida pela Câmara, era a mesma empresa, não se conseguia compreender. Para além de ser um “draft” e de não estar assinado. Para si aquilo não era um documento oficial, e, portanto, via com muita preocupação muitas das informações que estavam ali transmitidas e não tinha segurança naquilo que lhe estava a ser apresentado. Tratava-se de um documento demasiado importante, demasiado sério, para ser entregue no início de uma reunião, com um “draft” e sem estar assinado. Para si, esse era o princípio de que ficava muito difícil votar aquela proposta, porque o documento basilar era um “draft”. Para si era muito difícil, tinha muita dificuldade. Tinha mais dificuldade ainda quando era repetitivo. No ano anterior tinham assistido ao mesmo, naquele ano tinha-se voltado a repetir, para o próximo ano seria igual e, portanto, achava que era um péssimo princípio, e achava que o exemplo como se costumava dizer “*deve partir de cima*”, e, portanto, achava que estavam a dar um mau exemplo.

Sem entrar muito no detalhe do documento porque para si ficava logo penalizado por aquele facto, dizer que de facto, verificava-se que aquela prestação de contas não ia além daquilo que era a gestão corrente e ficava patente que não havia, de facto, uma perspetiva de futuro, e um desenvolvimento estratégico para a cidade. E, via com preocupação que a despesa continuava a aumentar, era verdade que tinham recebido uma série de trabalhadores, do ponto de vista dos recursos humanos com a transferência de competências, no entanto, isso já tinha acontecido na prestação de contas do ano anterior e ainda não os tinham recebido, e, portanto, viam com muita dificuldade poderem votar aquela proposta que ali lhes era apresentada.

Sr. Presidente – Disse que os dois senhores Vereadores tinham colocado a mesma questão, relativamente ao documento que tinha sido apresentado pelo Revisor Oficial de Contas. Pensou - mas tinha-se enganado - que os senhores Vereadores estavam informados sobre os procedimentos que estavam subjacentes à apresentação daquele documento. Era um documento que, era verdade, só lhes tinha sido apresentado no dia anterior, mas para o ROC, nem sequer era obrigatório ser apresentado no dia anterior. Como não era obrigatório ser apresentado na reunião da Câmara. Como o documento tinha chegado no dia anterior, tinham-no feito distribuir naquele dia, aos senhores Vereadores. Como sabiam o que a lei estabelecia era que só seria assinado e devidamente estruturado depois de aprovadas as contas na Câmara Municipal, era essa era a razão. Não era ele que fazia as leis, não era ele que decidia aquelas matérias e, portanto, tinham feito aquilo que tinha estado, no máximo, ao alcance deles. Aquele “draft” tinha-lhes sido entregue no dia anterior e, naquele dia, tinham feito a distribuição aos senhores Vereadores, no sentido de se poder perceber que, na avaliação que era normal, aquele texto seria muito idêntico àquele que tinha sido apresentado no ano anterior e que era apresentado em todas as câmaras municipais, na apresentação das contas, não era “copy paste”. Naturalmente que as situações eram diferentes de situação para situação e, também, o documento havia de ter algumas considerações diferentes. Mas aquilo era o que a lei estabelecia sobre aqueles assuntos, e sobre isso naturalmente que lhe competia cumprir a lei, concordando ou não. Percebia as questões levantadas, mas aquilo era a situação a que estavam sujeitos. Os senhores revisores oficiais de contas só eram obrigados a apresentar um documento formal depois das contas aprovadas. Era isso que estabelecia a lei, e era isso que eles faziam, naturalmente que defendiam os seus interesses, num quadro legal.

Portanto, aquela era questão que pensou que os senhores Vereadores tivessem conhecimento, e que, portanto, e que não fosse nenhuma novidade.

Relativamente a uma questão levantada pelo senhor Vereador Joel Marques não podia deixar de dizer alguma coisa sobre isso. O senhor vereador fez questão de dizer que por proposta do Partido Socialista baixaram as receitas da Câmara Municipal, no que dizia respeito ao IMI e ao IRS. Disseram, alertaram na altura, como era óbvio, ninguém gostava de pagar impostos, mas sabiam que para as organizações funcionarem, para o Estado funcionar, naturalmente que tinha de haver contribuições fiscais, e cada situação, cada realidade, devia

ser avaliada “*per si*”. Chamou à atenção - e não era só naquele mandato -, e também achava que alguns dos senhores Vereadores em algum tempo já o tinham considerado, era que a estrutura financeira da Câmara Municipal de Setúbal devia ser avaliada no seu particular. Lembrou que um município com um território igual em área ao do Município de Setúbal, tinha certamente receitas fiscais muito superiores à que o Município de Setúbal tinha, mesmo com taxas inferiores àquelas que o Município de Setúbal praticava, porque 60% do território do Município de Setúbal, eram áreas protegidas. Não tinham atividade económica, não tinham impostos sobre a atividade económica, sobre os munícipes.

Portanto, um território como o de Setúbal, naturalmente, noutra município, mesmo praticando taxas muito inferiores - não ia referir o nome de ninguém, bastava ver o que se passava à volta, para perceber -, para territórios iguais, naturalmente, tinham receitas diferentes para cada uma das entidades, e o caso de Setúbal era um desses.

Quando se insistia muito de que o Partido Socialista queria continuar a baixar a taxa, designadamente, do IMI e do IRS, apelava à responsabilidade, porque se não considerassem a especificidade daquilo de que tratavam, naturalmente, que caminhavam para uma Câmara Municipal, para um Município, numa situação de paralisia. Naturalmente, que até admitia que o Partido Socialista estivesse interessado nisso por razões político-partidárias, até compreendia que o Partido Socialista estivesse interessado nisso, mas, naturalmente, que lhes cabia a eles, chamar à atenção para a irresponsabilidade que isso significava. Os senhores Vereadores viam, pelas contas que eram apresentadas, que o número de trabalhadores no Município de Setúbal aumentava, que a prestação de serviços às populações aumentava, que a qualidade do território que tinham era superior de ano para ano, e, portanto, uma capacidade atrativa ao investimento cada vez maior, o que significava gerar maior atividade económica, gerar maior emprego no sentido, de facto, de combater aquela situação. Era contraditório, mas era uma situação que não podiam deixar de considerar, que era uma situação privilegiada, viver no Município de Setúbal, era ter o privilégio de viver num município que tinha 60% do seu território em áreas protegidas e, portanto, num nível de qualidade superior. Orgulhavam-se muito disso, mas isso tinha custos, e era preciso que todos entendessem essa situação, e que se refletia na estrutura financeira da Câmara Municipal quando reduziram a taxa dos impostos. E isso era o que o Partido Socialista defendia, foi aquilo que impôs. Compreendia que isso em termos eleitorais era uma medida populista, tendo em conta aquela realidade, havia muitos que iam, numa primeira fase certamente atrás daquele tipo de medidas, mas que, naturalmente, eles não se cansariam de chamar a atenção para o que aquilo significava em termos de futuro, para o Município de Setúbal, para a Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia e, naturalmente que havia de ter reflexos na qualidade do nosso território, e, portanto, no desenvolvimento económico, nas condições para a criação de emprego, no fundo, para terem um Município onde a qualidade de vida, a defesa do ambiente, a defesa da saúde e a qualidade da saúde fosse, naturalmente, de nível superior. Era para isso que trabalhavam. Era, naturalmente, necessário falarem com os munícipes e chamar à atenção para aquelas situações. Era isso que faziam, era isso que fizeram. O Partido Socialista continuaria nessa posição, que o senhor Vereador veio ali vangloriar-se de ter feito isso, e de estar com a ideia de continuar esse caminho. Naturalmente, que contaria sempre com a oposição deles e com o esclarecimento dos setubalenses e azeitonenses, para os riscos que corriam com aquele tipo de medidas e com aquele tipo de comportamento.

Disse que não podia deixar de dar aquela nota, relativamente ao resto, sabiam muito bem que as posições políticas do Partido Socialista eram diferentes das da CDU, e, portanto, sobre isso não havia muito a dizer. O que era facto era que as contas eram transparentes. Naturalmente, que havia dificuldades, reconhecia, o senhor Vereador tinha referido, havia dificuldades que vinham de ano para ano, melhorando no aperfeiçoamento das contas, de algumas áreas, mas também como se verificava, havia esse esforço que tem sido feito, tanto do ponto de vista técnico, e que estavam no bom caminho, era também essa a convicção, e achava que isso era demonstrado. Aliás, pensava mesmo que o senhor Vereador o tinha referido.



Relativamente a questões de fundo que tinham a ver com o futuro, naturalmente que não estavam minimamente de acordo, condenavam e denunciariam sempre esse posicionamento do Partido Socialista, relativamente àquela matéria.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que ia dar três breves notas.

Registava que o senhor Presidente não analisou o Relatório de Prestação de Contas que lhes apresentava, pelo menos detalhadamente, porque acabou de dizer que o Partido Socialista assumiu a redução da receita do IRS. Baixaram a taxa, mas a receita subiu, subiu 315.000 euros. Baixaram de 5% para 4% a participação variável, mas a receita subiu.

Registou também que o “draft” que lhes era apresentado da Certificação Legal de Contas, não estava datado nem assinado, tinha sido recebido no dia anterior, conforme as palavras do senhor Presidente, mas tinha-lhes sido distribuído naquele dia, já depois do início da reunião. Tinha sido recebido no dia anterior, mas tinha-lhes sido distribuído naquele dia, depois do início da reunião.

Registou, também, que o mesmo Revisor Oficial de Contas, para a proposta que há pouco foi retirada, que não votaram, do Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados, tinha sido nomeado no dia 10 de abril, apresentou no dia 14 de abril um relatório, um parecer legal de contas, em 4 dias, era verdade que as contas também eram poucas, era menos trabalho, era um facto, mas apresentou em 4 dias um documento que estava datado, que estava assinado. Com meses para fazer o trabalho de certificação de contas, tinham um “draft”, que era entregue já com a reunião a decorrer, não estava datado nem assinado. Portanto, era um registo que pensava que era importante ficar, para perceberem aquilo que tem sido o hábito de trabalho e a forma de trabalho que era recorrente, já no ano anterior tinha acontecido, e esperava, sinceramente, que no próximo ano não acontecesse da mesma forma.

Sr. Presidente – Disse que voltava a dizer, porque o senhor Vereador não era desconhecedor da matéria e por isso é que insistia, sabia perfeitamente que não era obrigatório apresentar aquele documento. Ele tinha sido apresentado, não vinha assinado porque o ROC não era obrigado a fazê-lo. Quando as contas fossem aprovadas, naturalmente, que ele era obrigado, era obrigado por lei, e naturalmente que esperavam que o documento viesse assinado, não seria aquele documento, seria outro documento da avaliação que nos termos da lei teria de acontecer. E, o senhor Vereador sabia muito bem que a lei não obrigava a que aquele documento fosse apresentado naquela reunião. Tinham-no feito, como já tinha dito, receberam-no no dia anterior e foi distribuído naquele dia.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que esperava que o documento que viesse assinado não fosse outro, que fosse mesmo aquele, que não houvesse um parecer apresentado diferente do que lhes era, naquele dia, apresentado.

Sr. Presidente – Disse que isso era uma questão que o ROC havia de assumir.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que há pouco, na sua intervenção tinha-se esquecido de referir um outro facto, que também lhe parecia relevante.

Ao contrário, também, daquilo que era usual, naquele ano, não tinham tido acesso ao mapa das responsabilidades contingentes.

Sr. Presidente – Disse que ia verificar e, naturalmente, se fosse esse o caso havia de chegar às mãos dos senhores, o mais rapidamente possível.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que no ano anterior, pensava que tinha sido entregue, também, já com a reunião a decorrer ou no início da reunião. E, no presente ano não tinha chegado.

Sr. Presidente – Disse que ficava registado.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que em relação ao ROC, quer à certificação, quer ao parecer, no caso concreto dos Serviços Municipalizados, o que lhes tinha sido dito pelo ROC, era que como havia uma pré-aprovação pelo Conselho de Administração, que depois remetia à Câmara, tinha que vir junto essa documentação fechada, arrumada e depois seguia para a Assembleia. Mas para a Câmara tinha que vir já a certificação e o parecer. Se não fosse assim, iria acontecer aquilo que acontecia na Câmara, vinha um “draft”, que não era obrigatório estar visto que as contas só eram certificadas no intervalo entre a aprovação da Câmara e a Assembleia Municipal, era assim que era de lei. Portanto, aquele “draft” do ROC, era de certa forma um elemento de trabalho, mas não era, nunca era, não podia ser, e era proibido ser o trabalho final do ROC. Porque ele só o podia fazer, de facto, formalmente, quando as contas fossem aprovadas na reunião de Câmara.

Tinha sido isso que o ROC lhe tinha dito quando tinham conversado sobre isso.

Portanto, havia uma diferença entre as contas dos Serviços Municipalizados que tinha que ver com a sua pré-aprovação, em Conselho de Administração e a necessidade de o remeter já com a certificação e o parecer do ROC fechado.

Achava que era importante ter essa diferença em conta, para não estarem ali numa conversa que não fazia muito sentido.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse e tinha repetido ali que não era obrigatória a vinda daquele documento a reunião da Câmara. O que queria dizer que, tinha sido apresentado, tinha sido discutido, mas poderia não ser votado, se não era obrigatório, não havia obrigação de votação.

Sr. Presidente – Disse que não podiam votar, aquilo não era da responsabilidade deles. Aquele era um documento informativo, nos termos da lei, o ROC depois de aprovadas as contas na Câmara fazia o seu relatório devidamente assinado e certificado.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que estava a falar da Prestação de Contas.

Sr. Presidente – Disse que a Prestação de Contas era o que estavam a apreciar para votarem.

A proposta de deliberação n.º 636/2023 era o que estavam a aprovar.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que era a Prestação de Contas.

Então quando o senhor Presidente dizia que não era preciso apresentar, era aquele, o da Marinha Grande.

Sr. Presidente – Disse que era aquele o ROC, Marques, Cruz & Associado, SROC, Lda., certificado legal das contas, aquele era um documento que não era obrigatório apresentar, mas como tinham tido acesso ao documento tinham-no distribuído.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Questionou se não havia forma de retirar aquela proposta, uma vez que ela tinha problemas de natureza formal e não só, e ela vir devidamente corrigida na próxima reunião.

Sr. Presidente – Disse que não via nenhum problema formal na proposta, naquela proposta da Prestação de Contas.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinham sido apresentadas anomalias, tanto pelo senhor Vereador do PS, como pela senhora Vereadora do PSD.

Sr. Presidente – Disse que não conhecia nenhuma anomalias. A proposta era apresentada, tinha todas as contas que eram obrigatórias, nos termos do Sistema Nacional de

Contabilidade, para a Administração Pública, e, portanto, nem tinha sido levantada nenhuma questão, nem sequer pelo senhor Vereador, que se tivesse apercebido.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que então nesse caso, por eles poderiam passar à votação.

Submetida a votação foi a proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, 4 votos contra, do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD

O senhor Vereador Joel Marques fez a seguinte declaração de voto: *“Remetendo aquilo que é o argumentário que suporta o nosso voto contra para a intervenção de há pouco, os vereadores do Partido Socialista farão chegar aos serviços uma declaração de voto escrita, para ser anexa à ata”*.

A declaração de voto entregue corresponde ao documento anexo registado sobre o n.º 43 e é do seguinte teor:

“O ano de 2022 ficará marcado na História como o primeiro exercício completo do atual Executivo. Um ano que confirmou uma acentuada retoma económica e o retorno quase integral das nossas vidas à normalidade pré-COVID, mas também um ano de elevada inflação, cuja origem se identifica na disrupção das cadeias de distribuição e cuja escala não pode ser dissociada da guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia.

Do ponto de vista da execução orçamental, regista-se um incremento na execução da receita, suportado exclusivamente pelas receitas correntes (onde se incluem, entre outras receitas, os impostos diretos). De facto, a variação positiva dos impostos diretos foi significativa. Pese embora a redução da carga fiscal municipal, aprovada por proposta do Partido Socialista (e que fixou o IMI a liquidar em 2022 em 0,40% e a participação variável no IRS em 4%), os valores cobrados foram relevantes:

- A participação variável no IRS rendeu mais 315.000€ (+ 3,83%);

- O IMT aumentou perto de 1,8M€ (+ 11,01%);

- A derrama, fruto da esperada retoma da economia, mais do que duplicou, aumentando mais de 3M€ (+ 105,50%)

- A receita do IMI, tendo uma expectável redução, ficou ainda assim acima da expectativa dos vereadores do Partido Socialista quando apresentaram a proposta de alteração da taxa – fixou-se em 21,286M€, sendo a nossa estimativa de 21,242M€.

Tudo somado, impostos diretos e participação variável no IRS aumentaram quase 3,2M€ face à receita do ano anterior, o que prova que é possível aprofundar sustentadamente o caminho de redução de impostos que o PS fez aprovar em 2021 e em junho de 2022 e que a CDU só conseguiu reverter com a mão amiga dos vereadores do PSD.

Importa ainda, num contexto em que o estacionamento tarifado continua a crescer na cidade, avaliar o volume destas receitas nas contas do município. Em 2022, o estacionamento tarifado rendeu mais de 660m€, o que representa um acréscimo de 56,40% face à receita de 2021 (422m€). Esta dinâmica de crescimento da receita com o estacionamento tarifado é ainda mais relevante se considerarmos que a receita de 2022 é partilhada em partes quase iguais com a concessionária, e que em 2021 a receita correspondeu a 5 meses de exploração municipal (ou seja, em que a receita era integralmente do município) e 7 meses de exploração concessionada.

Quanto às receitas de capital, a sua redução deve-se sobretudo a dois fatores: a redução de transferências de capital por via de projetos cofinanciados, e uma redução dos passivos financeiros alicerçada numa menor utilização de capital dos empréstimos contraídos. Uma decisão que, numa Câmara que contrata empréstimos a 20 anos para pintar passadeiras, se traduz simplesmente em duas palavras: menos investimento.

Já no que respeita à execução orçamental da despesa, o cenário não podia ser mais dececionante.

Quando analisamos a despesa corrente, se expurgarmos o aumento da massa salarial que decorre das atualizações salariais e sobretudo do acolhimento de trabalhadores em função da

transferência de competências, temos, ainda assim, um aumento de 12,5M€. 60% desse aumento, ou seja, 7,5M€, decorrem da aquisição de bens e serviços.

As dívidas a fornecedores, que de 2020 para 2021 aumentaram 4M€, reduziram-se agora em quase 3,7M€. Ainda assim, a dívida a fornecedores a 31/12/2022 é superior à que existia a 31/12/2020 (16,2M€ em 2022, o que compara com 15,9M€ em 2020). Acresce que, em novembro de 2022, foi anunciado um pagamento extraordinário (ou um “investimento”, como o Presidente André Martins lhe chamou), a realizar até final do ano, no valor de 10M€ a fornecedores (9M€ em função da execução da garantia bancária da Águas do Sado e 1M€ decorrente de uma transferência em atraso da Administração Central). Ora, a diferença entre os 10M€ que se assumiu pagar e os 3,7M€ de redução efetiva da dívida a fornecedores face ao fecho de contas de 2021 é de 6,3M€. Ou seja: caso não se tivesse registado este pagamento extraordinário de 10M€, as dívidas a fornecedores teriam aumentado 6,3M€. Aliás, sinónimo disso mesmo é o aumento de 29,38% na aquisição de bens e serviços (um aumento superior a 7,5M€), o acréscimo de 14,66% nos compromissos assumidos e o aumento dos juros de mora pagos em 8,32%.

É obra, e é o sinal claro de que estamos perante um Executivo com evidentes dificuldades em encontrar pontos de equilíbrio entre as receitas crescentes, o investimento de que o concelho precisa, mas não se faz (o que resulta claro da evolução das despesas de capital), e o rigor na realização de despesas correntes.

Impõe-se, pois, uma alteração ao atual modelo de gestão. Não é moral nem politicamente aceitável que a redução das dívidas a fornecedores resulta apenas de receitas pontuais e extraordinárias, sem as quais se agravariam as dificuldades de tesouraria de muitas pequenas empresas que têm no Município o seu maior cliente e, simultaneamente, o seu principal devedor. Não é aceitável que a despesa corrente continue a aumentar enquanto no concelho não se vê um investimento reprodutivo ou socialmente relevante.

Face ao exposto, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2022”.

13. Deliberação n.º 637/2023 – Proposta n.º 363/2023 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 44 a 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

14. Deliberação n.º 638/2023 – Proposta n.º 07/2023 – DRH/DIGAT – Abertura de Procedimento Concursal para cargo de direção Intermédia de 2.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



- 15. Deliberação n.º 639/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2023, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50.

Sra. Vice-Presidente – Disse que traziam na senda da abertura de procedimentos concursais, daquela vez, tendo em conta também a última alteração ao mapa de pessoal e as competências na área da ação social que a Câmara tinha recebido e necessidades decorrentes, também, de aposentações de trabalhadores, aquela proposta para abertura de procedimentos concursais.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 16. Deliberação n.º 640/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DASU/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “SECIL - Companhia de Cal e Cimento, S.A.” ao Município de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 17. Deliberação n.º 641/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 18. Deliberação n.º 642/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito - Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, na Rua do Cercal, n.º 31, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 643/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito - Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, na Rua João Augusto Rosa, n.º 8, em Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 644/2023 – Proposta n.º 66/2023 – DCDJ/DISOC – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023 - Apoio às Instituições e Associações de âmbito Social

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha várias dúvidas relativamente à proposta que era apresentada.

A primeira tinha a ver com a questão da formalização do pedido. A proposta dizia que a formalização do pedido de apoio tinha sido feita através do envio de proposta escrita à Câmara Municipal. Questionou como tinha sido feita a publicitação, como é que tinha chegado às diferentes entidades que aquele valor estava disponível, como é que tinha sido feita a divulgação.

Questionou também, no que dizia respeito às respostas sociais, se tinham sido consideradas as respostas sociais que estavam definidas na Segurança Social - tinham grandes famílias -, que eram 4:

- O apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção dos cidadãos na velhice invalidez, e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho.

Sendo que, cada uma daquelas era detalhada no que dizia respeito às respostas sociais.

Questionou também se tinha sido transmitido, naquele período de 2 meses de conversação, com as várias entidades, quais eram as condições de elegibilidade, quais eram os critérios que estavam ali em causa, porque: *“quando me vou candidatar a uma coisa, ou quando vou apresentar uma proposta, por norma tenho um regulamento e sei ao que é que vou”*.

Questionou, também, se tinham contactado todas as instituições e em que moldes. Quis perceber, também, porque é que havia instituições que estavam mencionadas, que era atribuído um valor financeiro, que cabia no critério 1, mas também cabia no critério 2, porque por exemplo, o subcritério 2.1: *“se essa entidade presta uma resposta social, eventualmente, presta, de acordo com aquilo que é definido como uma resposta social, na Segurança Social”*.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que pensava que até tinha surgido essa discussão, corrigi-lo-ia a bancada do Partido Socialista.

(Vozes de fundo)



Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que olhava para a bancada do PS porque não sabia se a questão tinha sido colocada pela Vereadora Patrícia Paz ou pelo Vereador Joel Marques, por isso é que olhava para o seu lado direito.

O ponto de partida foi o Conselho Local de Ação Social, como tinha sido dito naquela reunião da Câmara e como apresentaram. E, portanto, percebia e eram legítimas as questões que a senhora Vereadora colocou, mas não falavam objetivamente de um concurso ou de uma candidatura. O que teve em conta foi considerando a verba e o montante que estaria disponível, considerar em primeira linha as entidades do Conselho Local de Ação Social, porque eram aquelas que eram, fundamentalmente, parceiras do trabalho em rede de todo o território do Município de Setúbal, não pondo de parte, objetivamente, outras entidades, - não tinham como fechado a 100%, seria um erro, até porque havia fenómenos de trabalho e de intervenção que ultrapassavam o rigor e a formalidade como bem sabiam, muitas das vezes até pelas piores razões -, mas objetivamente tinham que partir de um ponto de partida e o ponto de partida foram as entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social.

Acrescentou àquela questão que consideraram que o núcleo executivo do Conselho Local de Ação Social, seria, sem que lhe fosse atribuído o ónus ou a responsabilidade da decisão final, porque não era, mas tinha efetivamente sido também discutido no quadro do núcleo executivo, um pouco aqueles critérios. Eram critérios difíceis, não queriam, de alguma forma, entrar ali numa fórmula, e, portanto, tentaram conseguir chegar a mais entidades, garantindo essencialmente uma questão que esteve na base da proposta. Despesas de funcionamento, essa seria uma questão que lhes parecia fundamental. Aumentou a água, aumentaram a luz, aumentaram despesas de funcionamento das entidades e, portanto, essa seria, objetivamente, uma questão que estaria na linha da frente.

Em relação à segunda questão, sabiam que as entidades não eram todas iguais, embora merecessem todas, a consideração deles, elas depois diversificavam nas respostas. Obviamente que as respostas sociais, eram aquelas que estavam tipificadas, não podiam inventar respostas sociais. Eram aquelas que conheciam, que podiam considerar, podiam ser formais e não formais, até podia haver respostas que não estando constituídas como respostas sociais, podiam não deixar de ser, objetivamente, formas de intervenção social, mas tinham de partir de um princípio, portanto, tinham partido desse princípio. E tinham partido do princípio, sobretudo, das instituições com quem o objetivo era trabalharem no CLAS.

Como devia calcular, precisavam, sobretudo, de ter o “*feedback*” da parte das instituições e, portanto, tinham estabelecido um valor à cabeça de 5.200 euros como funcionamento geral, e, portanto, todas as que tivesse no funcionamento geral, e depois num segundo critério, dividido em 2 subcritérios, que variava em função das características de entidade, porque efetivamente, podia ser cumulativo em função das características da instituição. Portanto, tinha sido naquele trabalho transparente, tinha sido muito difícil, quer naquele quer nas propostas seguintes, tiveram que pedir às instituições mais informação, porque de facto, aquilo não se tratava de uma candidatura formal, no sentido como muitas vezes conheciam era, de facto, um apoio, e tinha que partir da iniciativa das entidades, ou seja, não eram obrigados a propor às instituições que não tinham tido essa iniciativa, que não tinham querido, ou que não tinham procurado aquele apoio da Câmara, não havia ali nenhuma obrigatoriedade. Obviamente que partiam do pressuposto que todas queriam, ou queriam poder considerar aquele apoio, mas não havia nenhuma obrigatoriedade. Portanto, até aceitavam que houvesse entidades que não tinham querido ter tido esse trabalho, ou que não tinham estado preocupadas, ou que até tivessem achado que as verbas, provavelmente, a ser atribuídas no valor a dividir pelas diferentes entidades, que não fosse substantivo, ou que não fosse relevante e, portanto, também podiam não ter querido essa iniciativa. Portanto, tinha sido com base naquele pressuposto, quer do ponto de vista da divulgação - e voltou a dizer -, divulgação do Conselho Local de Ação Social, essa tinha sido a princípio fundamental, não tinha havido nenhuma divulgação, mas não podia deixar de dizer que aquela proposta tinha sido uma proposta aprovada em reunião da Câmara e, portanto, as entidades, os cidadãos, tinham também o dever e a responsabilidade de o fazer.

Segundo aspeto, aquela questão foi tratada, por mais do que uma vez, em Conselho Local de Ação Social. Conselho Local de Ação Social que, para além das entidades, que eram parceiras, tinham também um número muito alargado de outras entidades, nomeadamente entidades institucionais, como era o caso do Centro Distrital de Segurança Social, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, das Forças de Segurança, da Rede Europeia Anti Pobreza, um conjunto de entidades que concorriam e que também criavam, enfim, uma rede de informação e de partilha e, portanto, pensava que não teria sido por falta de informação dos meios capazes daquela situação que alguma entidade...

Como disse, por uma circunstância excepcional, *“vamos imaginar que havia uma entidade que dizia, bom, mas nós não nos apercebemos, e vimos”*, com certeza, que a Câmara ali estaria para analisar, avaliar e perceber em que medida - no enquadramento que aquelas propostas ali foram trazidas - podia, ou não podia, ou devia, ou não, ser considerada.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o senhor Vereador tinha dito que não se colocariam de parte outras entidades, entidades que não constituíam o Conselho Local de Ação Social, questionou se não tinha havido qualquer contacto junto daquelas entidades, se não tinha havido por parte da Câmara um contacto na tentativa de apresentação daquela medida que tinha sido ali aprovada. Como tinha dito, e bem, tinha sido aprovada em reunião da Câmara, era verdade, mas como sabia, muitas pessoas não assistiam às reuniões da Câmara, e, infelizmente, não procuravam aquela informação. Considerava ser dever deles partilhá-la junto das entidades, até porque muitas delas desempenhavam funções muito relevantes na nossa cidade.

Quis perceber se ao longo daqueles 2 meses de apoio, que tinha sendo dado, porque imaginava que tivesse sido necessário, uma vez que as entidades tiveram que apresentar vários documentos, perceber se durante esse período tinha sido, de facto, transmitido àquelas entidades quais eram os critérios que estavam em cima da mesa.

Questionou também, se aquelas instituições, a tomarem essa iniciativa, como é que a Câmara pensava fazer se fossem instituições elegíveis, uma vez que a proposta esgotava ali o valor que tinha sido aprovado.

Deu um exemplo, e por isso é que tinha questionado há pouco, a instituição 10, a APPDA, estava para um apoio de 5.200 euros, ou seja, para o apoio ao funcionamento geral, sendo que podia ser cumulativo depois de acordo com aquilo que eram as respostas sociais diretas a famílias em situação de vulnerabilidade. Portanto, se fosse uma resposta social era um valor, se fossem duas ou mais respostas sociais seria outro. Perguntou, daquilo que era a descrição do que era uma resposta social na Segurança Social e daquilo que era o âmbito daquela associação, se o senhor Vereador não considerava que aquela associação prestava uma resposta social. Porque um dos seus serviços era o centro de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, para pessoas com deficiência, era o atendimento e acompanhamento psicossocial e, portanto, ficava a dúvida, o porquê daquele critério 1, e não os outros subcritérios. Podia ser um problema seu estar a interpretar os critérios, mas não conseguia compreender e achava que tinham de ser minuciosos naquelas questões, porque de facto eram instituições que precisavam, mas tinham que ser justos nas atribuições. E, portanto, gostava de perceber, porque é que aquilo que desenvolviam não era considerado uma resposta social.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que a senhora Vereadora não tinha de ficar com dúvidas, depois sobre minúcia, disse que podia adjetivar como quisesse aquela proposta, minúcia era o que aquela proposta tinha, com critérios claríssimos, aliás, o envio dos ofícios estabeleceu os critérios. Portanto, as entidades que tinham concorrido conheciam os critérios.

Perguntou se conhecia alguma entidade que não tendo sido considerada, a senhora Vereadora considerava que deveria ter sido considerada, ou que não teria sido informada. Perguntou também, não sabia se tinha presente, quantas entidades é que o Conselho Local de Ação Social tinha. Tinha 88 entidades, portanto, como devia calcular, dessas 88 tinha havido muitas entidades que tendo a informação, tal como estava a colocar, tendo recebido

ofício, tendo sido aclarada a informação, tendo tido oportunidade de viva voz, as que tinham estado presentes não tinham apresentado candidatura. Aquele era o primeiro aspeto.

Segundo aspeto, perguntou porque é que tinha falado da APPDA e porque é que não tinha falado da APPACDM ou porque é que não falava de outras entidades.

Efetivamente, tinham precisado de estabelecer alguns critérios, e critérios que também de alguma forma fossem equitativos naquilo que eram as respostas, porque efetivamente havia um conjunto de entidades, que estavam ali consideradas, que também podiam ser consideradas de uma forma diferente.

O princípio fundamental que guiava a proposta tinha a ver com as ajudas para o funcionamento da atividade, essa era a questão central. Sendo essa a questão central e a que mais os preocupava e os ocupava, tinha sido com essa que pensaram que com o critério 1 todos iam ficar igual nesse sentido, depois o que iam acrescentar era em função daquilo que eram os apoios e as respostas. Mas em relação à pergunta, a melhor entidade para responder à questão era a Segurança Social, não era a Câmara Municipal de Setúbal, como é que muitas vezes elegiam, para financiamento, nomeadamente o que é que eram respostas sociais e o que é que não eram respostas sociais. E por isso, como bem sabia, em muitas problemáticas, ou para muitas situações, não havia a consideração dessa matéria para ser muitas vezes ilegível, no sentido de resposta social, e, portanto, isso criava na área da deficiência, e essa era uma questão muito complexa, e portanto, tinha sido a forma que tinham encontrado para tentar ser o mais equitativo e justo possível, e ir ao encontro fundamental daquela proposta e daquele apoio, que achava que acima de tudo cumpriria uma função importante na ajuda àquelas entidades.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que era como o senhor Vereador dizia, a APPACDM era outro caso. E fazia-lhe imensa confusão, como é que se atribuíam um valor mediante um critério, quando aquelas instituições prestavam resposta social.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, as outras todas também.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que então não podia ser, então estavam a ignorar. Questionou se o senhor Vereador estava a dizer que a APPDA, a APPACDM, a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo não prestavam resposta social.

Sr. Vereador Pedro Pina – Perguntou quem é que estava a dizer isso.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que então não lhe iam atribuir o subcritério de acordo com aquilo que estava ali.

Sr. Vereador Pedro Pina – Resposta social protocolada.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que faltava responder a uma questão. Como é que tinha sido feita a comunicação com as entidades que estavam fora do Conselho Local de Ação Social?

Sr. Vereador Pedro Pina – Pensava que haveria duas entidades em que isso tinha acontecido, e tinha acontecido pela simples razão que eram processos em que estava pendente a adesão ao Conselho Local de Ação Social. Como eram situações que estavam pendentes a adesão como pensava que sabia, era feita através envio de ofício, via email, tinha havido uma reunião de trabalho, pelo menos com uma das entidades, há relativamente pouco tempo, e nesse sentido, considerando que era um processo que estava a correr e considerando também a questão que estava em cima da mesa, entendeu-se informar aquela entidade, em particular, ou a uma daquelas entidades daquele processo.



Não tinha muito por princípio isso, mas não sabia se a Dra. Conceição ou a Dra. Ana Bordeira podiam esclarecer, pois tinham sido quem tinha tido em mão aquele processo, ao longo daqueles 2 meses, e para que não pudesse restar dúvidas, porque parecia que a senhora Vereadora estava com dúvidas, ou até com reservas, ou até com algumas suspeitas com a forma como aqueles critérios tinham sido dados.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não eram suspeitas. O que estava em causa era que havia instituições que prestavam de facto resposta social.

Sr. Vereador Pedro Pina – Pediu autorização ao senhor Presidente para a Dra. Conceição Loureiro esclarecer.

Dra. Conceição Loureiro – Disse que as próprias entidades manifestavam aquilo que seriam as respostas, que estariam interessadas em ter esse apoio, na perspetiva de mitigação, e, portanto, quando falavam de funcionamento geral já era o funcionamento geral das respostas sociais que elas próprias faziam e executavam, no dia-a-dia. Portanto, quando falavam de funcionamento geral, era funcionamento geral das respostas que as próprias instituições tinham. Daí, apoiar-se as respostas sociais, como a senhora Vereadora colocava.

Em relação às outras respostas, como o apoio considerado era para mitigação de despesas relacionadas com respostas para além dessas, o apoio social, ações ou respostas protocoladas, ou não, que na altura as próprias instituições, em parceria, ou pelas dificuldades que mantinham, tinham identificado como respostas, protocoladas ou não, formais ou informais, eles acrescentavam em função daquilo que eram as respostas, ou os pedidos que as próprias instituições tinham feito. Deu como exemplo, não se tinha considerado quando a própria instituição identificava um pedido de apoio para uma nova resposta que iria desenvolver, porque o apoio era para mitigar essas dificuldades e para mitigar as situações de crise.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que se tinha sido feito aquela conversação e esse acordo com as entidades, e se tinham sido as próprias instituições a fazê-lo, achava que estava esclarecida.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que pedia escusa de votação daquela proposta, por motivos profissionais.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 645/2023 – Proposta n.º 67/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Carácter Eventual em Situações de Comprovada Carência Económica e/ou Emergência Social de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 56 e 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que pedia escusa de votação daquela proposta, por motivos profissionais.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



22. Deliberação n.º 646/2023 – Proposta n.º 68/2023 – DCDJ/DICUL – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 647/2023 – Proposta n.º 69/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Coral Luísa Todí - Coral Canto Abierto de Madrid

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 60 e 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 648/2023 – Proposta n.º 70/2023 – DCDJ/DICUL – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023 - Apoio às Coletividades e Associações Culturais

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62.

Sr. Vereador Pedro Pina – Considerando que tinham ainda duas propostas no que dizia respeito ao mesmo âmbito, ou seja, propostas de apoio à mitigação, e sem prejuízo das questões que lhes pudessem ser colocadas, propôs que a deliberação n.º 648/2023 e a deliberação n.º 654/2023, pudessem ser discutidas e votadas conjuntamente.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que as questões que tinham para colocar, na verdade, eram comuns às duas propostas, portanto fazia todo o sentido discuti-las em conjunto.

Questionou se todas as coletividades e associações culturais e todos os clubes e associações desportivas, que tinham manifestado interesse em receber aquele apoio, se tinham sido contemplados com o apoio, ou se tinha havido algum que tivesse, eventualmente, ou por não ter enviado a documentação solicitada, ou por algum outro motivo, tivesse sido excluído.

Ao contrário daquilo que tinha acontecido, na proposta de apoio às instituições e associações de âmbito social, em que tinham na definição de cada critério, portanto, tinham dois critérios, e o segundo critério estava dividido em 2 subcritérios, tinham logo definido aquilo que era o valor do apoio financeiro a atribuir, naquelas duas propostas, quer na proposta de apoio às coletividades e associações culturais, quer na proposta de apoio aos clubes e associações desportivas, tinham um primeiro critério dividido em 4 subcritérios, e depois tinham um segundo critério dividido em 5 subcritérios, sendo que desses 5 haveria um em que a associação, clube ou coletividade se iria encaixar.

Aquilo que não tinham era a forma como aqueles critérios se relacionavam com o nível de apoio, ou seja, tinham a definição dos 3 níveis de apoio, os níveis de apoio tinham valores diferentes em ambas as propostas, porque tinha a ver também com o número de entidades apoiadas, em cada uma das propostas, e, portanto, com o rateio que tinha sido feito dos valores, de acordo com aquilo que era o nível em que se conseguiria apoiar, tendo em conta os critérios, aquilo que não tinham era, efetivamente, a pontuação atribuída em cada um

daqueles critérios, que depois permitia identificar qual é que era o nível em que cada uma das associações ou coletividades, se encontravam enquadrados.

Isso parecia-lhes relevante, porque tinham falado tanto e discutido tanto a questão dos critérios, particularmente no que dizia respeito ao apoio às associações culturais e a algumas coletividades, tinham discutido tanto isso que ali tinham finalmente os critérios, eram explícitos, não conseguiam perceber era como é que eles derivavam para os níveis de apoio.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que em relação à primeira questão, se efetivamente tinha havido entidades que não tinham sido consideradas, a questão era pertinente, e tentaria explicar com o maior rigor e a maior brevidade. Tinha-se tentado atribuir uma pontuação de 25 pontos por cada um dos subcritérios, ou seja, no critério 1, o subcritério 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, cada um deles respondia a 25 pontos, num total máximo de 100 pontos, - podia fazer-lhe chegar aquela informação, se quisesse -, critério 2 apoio à atividade regular, os subcritérios, 2.1 zero pontos, e consequentemente 2.1.2, 25 pontos, 2.1.3, 50 pontos, 2.1.4, 75 pontos, 2.1.5, 100 pontos, um total máximo de 100 pontos. Isso tinha feito com que no quadro da análise dos serviços a seguinte matriz: o nível 1, 1.750€, até 125 pontos, nível 2, 2.950€ superior a 125 e até 150 pontos, nível 3, 4.700€, superior a 150 pontos, com o máximo possível de 200 pontos alcançados por cada uma das entidades.

Não era fácil, porque tinham, de alguma forma, ter alguma equidade, e, portanto, com base naquela grelha tinha se encontrado aqueles parâmetros que pensava que tinham ido ao encontro, de alguma maneira, àquilo que era a possibilidade de apoio.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que agradecia os esclarecimentos do senhor Vereador Pedro Pina, questionou apenas quais tinham sido os critérios para a exclusão de algumas instituições.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não conseguia, naquele momento, precisar, tinha havido entidades que não tinham sido consideradas. Não lhe conseguia dizer naquele momento em rigor, porque não se lembrava de todas, pensava que teriam sido muito poucas. Tinha sido a análise que os serviços tinham feito, e que lhe tinham apresentado, e, portanto, teria a ver com a atividade, com a regularidade, com aquilo que era também no quadro da relação com o Município, mas não lhe conseguia dizer, em particular. Se eventualmente tivesse alguma questão poderiam ver e analisar qual era a questão concreta. Mas assim de repente, como devia calcular, em mais de 150 entidades dentro dos apoios, não tinha presente qual é que teria sido o motivo que poderia ter levado uma à exclusão.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 648/2023 e 654/2023 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 649/2023 – Proposta n.º 71/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Festival Internacional de Música de Setúbal 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 63 a 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



26. Deliberação n.º 650/2023 – Proposta n.º 72/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação - Realização em Setúbal da Taça do Mundo de Águas Abertas

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 651/2023 – Proposta n.º 73/20223 – DCDJ/DIDES – Grupo Desportivo “Os Amarelos” – Apoio financeiro para inscrição e participação no Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva de Alto Mar

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 71 e 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 652/2023 – Proposta n.º 74/2023 – DCDJ/DIDES – Academia de Voleibol de Praia de Setúbal - Apoio financeiro ao transporte de atletas para o Torneio Internacional AMB Volleyball Cup

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 73 e 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 653/2023 – Proposta n.º 75/2023 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Atletismo Lebres do Sado

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 75 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 654/2023 – Proposta n.º 76/2023 – DCDJ/DIDES – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023 - Apoio aos Clubes e Associações Desportivas

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 24).

31. Deliberação n.º 655/2023 – Proposta n.º 149/2023 – DURB/DIPU – Prorrogação do período de vigência das medidas preventivas no âmbito da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos - Processo n.º 58/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 79 a 83.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Questionou se haveria possibilidade de votarem em conjunto todas as propostas apresentadas pela senhora Vereadora Rita Carvalho. Não havendo oposição, obviamente, ou podendo excluir uma ou outra.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinham o mesmo sentido de voto, não pretendiam colocar questões relativas às propostas que iam do ponto 31 ao ponto 42 da ordem de trabalhos, mas gostariam de tecer algumas considerações sobre a deliberação n.º 667/2023, ou seja, a última proposta da ordem de trabalhos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estava de acordo.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 655/2023 a 666/2023 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 656/2023 – Proposta n.º 150/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de Centro Geriátrico – Residência assistida - Processo n.º 262/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 31).

33. Deliberação n.º 657/2023 – Proposta n.º 151/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento de projeto de arquitetura de instalações desportivas - Processo n.º 201/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 31).

34. Deliberação n.º 658/2023 – Proposta n.º 152 /2023 – DURB/DIGU – Regularização e aprovação de obras de ampliação numa construção, com vista à alteração do seu uso para unidade industrial - Processo n.º 392/92

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 31).



35. Deliberação n.º 659/2023 – Proposta n.º 153/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de operação de loteamento de dois lotes - Processo n.º 29/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 31).

36. Deliberação n.º 660/2023 – Proposta n.º 154/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia sobre edificação de dois edifícios destinados ao uso de serviços - Processo n.º 47/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 31).

37. Deliberação n.º 661/2023 – Proposta n.º 155/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia desfavorável relativa à construção de estufas para plantação industrial de cannabis, pavilhões, armazéns, escritórios e muro de vedação - Processo n.º 2/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 31).

38. Deliberação n.º 662/2023 – Proposta n.º 156/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura - Processo n.º 351/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 31).

39. Deliberação n.º 663/2023 – Proposta n.º 157/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura, alterações de fachada - Processo n.º 59/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 31).

40. Deliberação n.º 664/2023 – Proposta n.º 158/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 280/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 31).



41. Deliberação n.º 665/2023 – Proposta n.º 159/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, ampliação alteração de edifício - Processo n.º 258/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 31).

42. Deliberação n.º 666/2023 – Proposta n.º 160/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alterações e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 84/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 31).

43. Deliberação n.º 667/2023 – Proposta n.º 161/2023 – DURB/DIMOT – Projeto de regulamento para a mobilidade partilhada do Município de Setúbal – Consulta Pública

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 95 e 96.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinham analisado com atenção aquela proposta de regulamento e gostariam de tecer algumas considerações sobre o articulado.

No artigo 3.º, alínea f), naquilo que se referia aos pontos de partilha, pensavam que não faria sentido haver pontos de partilha sem infraestrutura associada. Portanto, todos os pontos de partilha deveriam ter uma infraestrutura adequada para o fim a que se destinam, fosse com carregamento ou sem carregamento, mas sendo um ponto de partilha, deveria estar sempre associado a uma infraestrutura, porque se não era um ponto de encontro no meio da rua. Portanto, pensava que não era isso que se pretendia.

No artigo 5.º, no número 2, parecia-lhes excessiva a atribuição da licença para 1000 velocípedes ou equiparados, na medida em que, quando olhavam para aquilo que era a proposta, percebiam que a média entre junho de 2021 e março de 2023, tinha sido de 224 veículos disponíveis e em 2022 tinham tido no máximo 267 veículos disponíveis. Portanto, não lhes parecia que tivesse havido falta de veículos disponíveis, apesar de serem pouco mais de 20% daquilo que era o valor que se pretendia licenciar, sendo que a licença permitiria até um aumento em 50%, por solicitação do operador, até a um máximo de 1500. Parecia-lhes francamente excessivo.

Da redação do número 4 do artigo 6.º, em conjunto com o número 3 do artigo 9.º, parecia-lhes decorrer que havia intenção de atribuir em simultâneo mais do que uma licença. Se cada licença operava de acordo com aquela proposta de regulamento, até 1.000 velocípedes, e podia ser ampliada até aos 1.500, questionou quantas licenças pretendia, efetivamente, o Município atribuir em simultâneo.

No artigo 14.º, números 1 e 2, parecia-lhes que a localização e configuração dos pontos de partilha deveriam ser definidas no caderno de encargos da hasta pública, e não *a posteriori*.

Adicionalmente no ponto 8, do mesmo artigo, era referida a alínea h), portanto remetia para a alínea h), do artigo 22, mas o artigo 22 só tinha até à alínea f). Não tinha nem g), nem h), portanto, seria necessário efetuar essa correção.

No artigo 23.º, na alínea i), parecia-lhes que deveria ser alterado, também, o prazo máximo para que os operadores pudessem, após solicitação do Município, proceder à recolha dos velocípedes ou das trotinetes, que estivessem em ocupação indevida do espaço. Aquilo que estava previsto no regulamento eram 24 horas, parecia-lhes que era um período excessivo,

porque se tinham uma ocupação abusiva do espaço público, aquela alínea referia-se à obrigação de remover ou realocar os veículos de serviço de partilha que se encontravam estacionados em locais proibidos ou a causar obstruções à circulação ou à acessibilidade de utilização de vias e passeios por outros utilizadores, parecia-lhes que dar um prazo de 24 horas, após uma solicitação de um município, era excessivo, atendendo àquilo que era o motivo que levava que essa solicitação existisse, que era uma obstrução da via e da acessibilidade. Portanto, era um prazo que, no entendimento deles, deveria ser mais reduzido. Por outro lado, ainda naquele artigo 23.º seria pertinente acrescentar uma alínea, que obrigasse o operador a realizar ações de informação e sensibilização, quanto aos deveres do utilizador, na medida em que os deveres do utilizador também constavam do regulamento, mas sendo o operador também responsável por aquilo que era a utilização dos equipamentos, nomeadamente pela sua remoção quando eles ficavam a impedir acessibilidades, seria importante que o operador tivesse a obrigação de informar e sensibilizar os utilizadores, quanto àquilo que eram os seus deveres.

No artigo 26.º não concordavam com a delegação de competências. O regulamento previa um conjunto de competências do Município, nomeadamente que decorriam dos artigos 5.º, 6.º, 13.º, 14.º, 15.º, 19.º, e 20.º, e que entendiam que deviam continuar a ser competências daquela Câmara.

E, finalmente, entendiam que o regulamento deveria prever um conjunto de contraordenações e coimas, tanto em relação ao não cumprimento por parte do operador, como ao não cumprimento por parte dos utilizadores.

Disse que estava a ver a Vereadora Rita Carvalho a tomar nota, mas depois fariam chegar por escrito aquelas preocupações que tinham apresentado.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que no artigo 3.º, relativo ao ponto de partilha, a nota que tinha feito relativo ao ponto f), portanto *“Ponto de partilha — local sinalizado, com ou sem infraestrutura associada,”* isso era o que correspondia às definições, era a definição daquilo que era o ponto de partilha. O que previa aquele regulamento era que todos os postos tinham que ter doca associada, sendo que um terço das docas tinham carregamento elétrico e, obviamente, tinham que prever uma área de estacionamento virtual, se todos os outros estivessem ocupados, por uma questão de salvaguarda.

Tinha colocado algumas questões, nomeadamente, quantas licenças e o número máximo de veículos admitidos. O que tinha sido considerado no regulamento era a norma chapéu. A hasta pública, é que iria definir as condições, portanto, quantas licenças e quantos números de veículos. O regulamento o que estava a fazer era a previsão máxima de funcionamento daquela condição para aquele tipo de equipamentos. Portanto, não estavam a decidir, naquele momento, se a hasta pública tinha 1.000 veículos. Estavam a definir as condições que poderiam vir a ser consideradas. O regulamento ia para discussão pública, seriam apresentados contributos, nomeadamente alguns dos que tinha referido, o período de 24 horas e, eventualmente, as contraordenações. Esses contributos seriam apreciados, viria o regulamento e seria feito um procedimento de hasta pública. Aí sim, com a identificação das condições da hasta pública. Com a definição de quantos operadores, com a definição do território a ser abrangido por aquela solução, com o número de veículos associados. Portanto, naquele momento o que estavam a fazer era fazer uma proposta chapéu, para aquilo que poderia ser aquele tipo de mobilidade.

Sobre os deveres dos utilizadores, naquele momento, não sabia precisar qual era o artigo, mas estava previsto ou estava obrigado, que as normas tinham que estar em cada trotinete. Portanto, cada utilizador, para além de quando se registava tomava conhecimento e garantia que cumpria aquelas normas, elas estavam disponíveis para o conhecimento imediato do utilizador.

Sr. Vereador Joel Marques – Agradeceu os esclarecimentos da senhora Vereadora Rita Carvalho.

Ao proporem no artigo 5.º, na definição do número de veículos por licença, o número máximo por licença de 1.000 velocípedes, com a possibilidade de ampliação para o máximo de 1.500, sem terem presente quantas licenças queriam atribuir, já tinha percebido que existia a possibilidade de atribuírem mais do que uma, tinha sido a leitura que também tinha feito do regulamento que essa possibilidade existia, e era uma possibilidade forte, sem saberem quantas licenças queriam atribuir, ao estarem a definir no regulamento uma norma chapéu para um máximo de 1.000 veículos, questionou se não corriam o risco de terem várias licenças imitadas pelo máximo daquilo que era o que estavam a definir no regulamento. Se a Câmara decidisse colocar em hasta pública 3 licenças, as licenças tinham que cumprir também com aquilo que era o regulamento. Portanto, teriam que cumprir com aquela norma chapéu, ou previa 1.000 a 1.500 velocípedes por licença, ou ia limitar cada licença nesse caso a 333, com a possibilidade de chegarem até 400 e qualquer coisa, se quisessem ter 3 operadores no mercado? Estando a discutir o regulamento e sendo um regulamento desejado, e solicitado já há muito tempo, parecia-lhe que seria importante que o regulamento fosse um pouco mais exaustivo naquele ponto. Tinham tido o máximo de utilização em 2022, tinha sido o ano que tinham atingido o pico de viaturas em utilização, tinham sido 267, e ao preverem a possibilidade de terem 1.000, extensíveis até 1.500 viaturas, por cada licença, sem definirem quantas licenças queriam ter, parecia-lhe útil que tivessem mais do que uma, porque isso promovia concorrência, e, portanto, reduzia o preço para o utilizador, e isso era, naturalmente, uma vantagem na promoção da mobilidade, aliás, o primeiro ano, os primeiros meses de utilização das trotinetes, em que o valor de utilização era substancialmente mais reduzido, os dados apresentados, naquele dia, também o comprovavam, tinham sido períodos de maior utilização, do que aqueles que depois tinham tido, com um valor de utilização mais elevado. Portanto, terem mais licenças parecia-lhes vantajoso, mas para terem mais licenças deveriam, naquele regulamento, eventualmente, definir, ou o número de viaturas, o número de velocípedes que estavam disponíveis para ter no concelho ou, então, o número de licenças que estavam disponíveis para ter no concelho. Ao terem a possibilidade de abrir um número indefinido de licenças, que lhes parecia interessante do ponto de vista da concorrência entre operadores, mas definindo um número de viaturas que era excessivo para aquilo que era a prática da utilização historicamente desde que aqueles veículos estavam na cidade, terem ali a possibilidade de em cada licença terem 1.000 a 1.500 velocípedes, parecia-lhes que era, estar ali a criar a possibilidade de ao abrigo do regulamento terem um número excessivo de viaturas, terem um número excessivo de velocípedes, naquele projeto de mobilidade, o que criava, naturalmente, constrangimentos depois do ponto de vista da mobilidade dos peões e de algumas acessibilidades. Aliás, com 267 velocípedes já tinham às vezes algumas dificuldades e já sentiam algumas queixas da população, portanto, se tivessem um número excessivo, naturalmente que isso iria criar outras dificuldades, e ia gerar outro tipo de contestação e de dificuldades principalmente aos peões.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não estavam a definir as condições da licença. O número de velocípedes seria nas condições da licença ou das licenças a considerar na hasta pública. O regulamento, o que previa era um valor máximo de 1.000 velocípedes, podendo, desde que justificado e validado pelo órgão Câmara, chegar a 1.500. O que estavam a prever, no regulamento, era um teto máximo. Quando viesse à Câmara o procedimento de hasta pública, ou os procedimentos de hasta pública, aí sim, definiam as condições e a quantidade de velocípedes associados. Portanto, não estavam, naquele momento, a correr esse risco, estavam a criar essa possibilidade. Ainda assim achava que era uma sugestão que podiam propor.

Tinham feito reuniões com várias autarquias que tinham aquelas soluções e havia diversas, no Porto, por referência tinha sido feito um procedimento de hasta pública para 3.000 velocípedes. Tinham deixado aquela consideração máxima, tendo como bitola um terço daquela dimensão. O que estavam a fazer era um teto máximo. A hasta pública quando fosse proposta a deliberação é que iria definir o número de veículos que poderão ter aquelas condições.



Parecia-lhe que, naquele momento, não estavam a correr risco nenhum, estavam a deixar aquela hipótese.

Sr. Presidente – Disse que tinham sido identificadas um conjunto de questões. Aquela proposta se fosse aprovada ia para discussão pública, e depois voltaria à Câmara Municipal, com as propostas de alteração próprias da discussão pública. Pensava que estariam em condições de votar a proposta, e, portanto, depois seguir o desenvolvimento normal daquele processo.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 abstenções, do PS.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não tinham votado o regulamento, tinham votado sujeitar para discussão pública.

Sr. Presidente – Disse que tinham votado a proposta favoravelmente, o regulamento ia para discussão pública.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Deolinda Rosado – Disse que tinha pedido 3 reuniões ao senhor Presidente e não tinha tido sorte nenhuma, o que a tinha levado a ir ali, pela segunda vez, para ver se conseguia saber mais alguma coisa, daquilo que lhe dizia respeito. Estava a falar da DATAREDE.

No início de janeiro tinha ido à DATAREDE, para tentar saber o que é que se passava a nível do Bairro do Montalvão, porque muita gente lhe dizia que aquele bairro, como era uma zona residencial, não ia ter parquímetros. A DATAREDE disse-lhe que não. Perguntou o que é que poderia fazer, se eventualmente houvesse depois parquímetros, na zona do Montalvão, mais propriamente na Rua Frei António das Chagas, o que era preciso fazer. Foi-lhe dado um folheto a dizer o que seria necessário. Esse folheto pedia muita coisa. Confrontou-se com uma situação, tinha casa em Évora e tinha casa em Setúbal, na Rua Frei António das Chagas, onde residia há muitos anos. A sua morada fiscal era em Évora, onde ia votar, e tinha a sua morada de Setúbal, onde estava quase sempre, praticamente o ano inteiro. Tinha-lhe sido dito, que não valia a pena fazer nada, porque não tinha direito. Tinha que mudar o seu cartão do cidadão, o documento do carro, o seguro do carro, tinha que mudar tudo para a morada de Setúbal, como morada principal. Disse que não faria isso, porque toda a sua vida tinha tido a sua morada fiscal em Évora e tinha interesse em ter por motivos pessoais. Disseram-lhe que então não valia a pena pedir, porque não tinha direito.

Como era um bocadinho teimosa, tinha ido à Junta de Freguesia pedir um atestado de residência. Pagou o atestado - 4,30€ - e voltou à DATAREDE com o atestado, com a caderneta da casa de Setúbal, a caderneta da casa de Évora, água, luz, gás, levou tudo. E voltaram-lhe a dizer que não valia, que não podia ter dístico, tinha de mudar a sua morada fiscal para Setúbal. Disseram-lhe que o atestado não servia de nada, que aquela lei tinha sido criada pela Câmara, tinham que seguir as normas da Câmara. A Câmara tinha deliberado que as condições eram aquelas e eles tinham que respeitar.

Tinha ido à Câmara pedir para falar com o senhor Presidente, voltou à DATAREDE, tinha voltado à Câmara e nunca tinha tido o prazer de falar com o senhor Presidente. Tinha ido 2 vezes ali, aquela era a segunda vez, a primeira tinha sido há 15 dias, mas estava cheia de dores, porque tinha sido operada à coluna e tinha muita dificuldade em ali estar e tinha-se ido embora por esse motivo. Naquele dia, tinha tido o esclarecimento que as coisas não seriam assim. Mas uma vez que ali estava achava que tinha de ouvir do senhor Presidente, a quem tinha recorrido, que lhe dissesse realmente se aquilo era verdade.

Morava em Montalvão, tinha casa em Montalvão, pagava o seu IMI, era verdade que não votava em Setúbal, tinha o prazer de ir votar em Évora, porque como cidadã achava que

devia votar, mas pagava o seu IMI e tinha a sua vida social toda ali. Gostava de ir à cidadania ativa, porque gostava dos trabalhos que lá se faziam, gostava da casa da poesia, da qual fazia parte, a sua vida social estava em Setúbal e tinham-lhe dito que não tinha direito e há pouco tinha lhe dito que tinha.

Queria que o senhor Presidente fizesse o favor de lhe dizer se tinha ou não direito.

Não sabia se o senhor Presidente sabia, mas para ligarem para a DATAREDE tinham de ligar para um número de valor acrescentado e estavam muito tempo à espera. Tinha de escolher várias opções por indicação da gravação e ir carregando nas teclas, ficavam ali muito tempo e não conseguiam falar com ninguém. Naquele dia, tinha recebido duas chamadas, depois de ter ido de manhã à DATAREDE. Estava na Câmara a preencher o impresso para pedir mais uma vez, que o senhor Presidente a atendesse, eram chamadas do Funchal, e como estava mais interessada em preencher o impresso, porque queria resolver aquela situação, desde o início de janeiro que andava naquilo, e como a chamada era do Funchal pensou que era algum engano, afinal tinha sido uma chamada da DATAREDE.

Queria que o senhor Presidente lhe dissesse se tinha que mudar a sua documentação toda, e a sua morada fiscal, simplesmente para estacionar à sua porta. Gostava que o senhor Presidente a esclarecesse sobre esse assunto.

Não sabia se o senhor Presidente já tinha ido às instalações da DATAREDE em Setúbal, aquilo era um cubículo, não tinha condições nenhuma, chegava lá e diziam: "pode *ir embora não vale a pena trazer mais nada porque não tem direito a pedir o dístico*". Era só o que diziam.

Se calhar representava mais pessoas porque conforme lhe tinham dito, dezenas de vezes, que não valia a pena, o atestado de residência não servia para nada, devia haver mais pessoas naquela condição. Achava que era importante o senhor Presidente ter conhecimento que havia muita gente que não conseguia resolver os seus problemas porque a DATAREDE travava.

Disse que naquela manhã o seu neto, tinha ido para a estação de comboios, porque estava a estudar, costumava deixar o seu carro perto da estação e não tinha conseguido arranjar estacionamento. Tinha-lhe ligado a dizer que não conseguia arranjar lugar para o carro e ia perder o comboio, ia ter que estacionar onde houvesse lugar. Pegou na segunda chave do carro, e ligou-lhe quando estava perto da estação para saber onde estava o carro. No caminho ia caindo, porque estava um parquímetro na rua em frente ao antigo Centro Comercial do Bonfim, no meio do passeio. Tinha sido operada à coluna há pouco tempo e tinha ficado cheia de medo.

Na DATAREDE diziam que tinha de falar com o senhor Presidente, porque as leis tinham sido criadas pela Câmara, a Câmara é que tinha imposto aquelas condições, e eles tinham que respeitar aquilo que a Câmara tinha decidido. E aquilo que a Câmara tinha decidido, segundo o que a DATAREDE dizia era uma folha cheia de imposições.

Devia haver muitas pessoas com casos idênticos ao seu.

Sr. Presidente – Agradeceu e pediu desculpa pelo incómodo que as pessoas tinham, quando tinham que fazer todas aquelas coisas que, naquele caso, a Câmara Municipal decidia. O preenchimento de todas aquelas coisas, tinham sido aprovadas pela Câmara Municipal. E, naquele momento não era fácil alterar isso.

Pediu à senhora Vereadora Rita Carvalho para explicar o que se passava, relativamente às questões que tinha levantado.

Sra. Deolinda Rosado – Perguntou quando tinham criado todas aquelas leis se não tinham criado uma exceção. Se não tinham pensado em situações como a sua e muitas outras?
A DATAREDE não aceitava nada, cortava a direito.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que tinha remédio, porque estavam a proceder à alteração ao regulamento, para ficar clarificado quais eram os documentos que deviam ser entregues. De facto, a tal regra que tinha sido criada, na redação atual deixava a dúvida, e,

portanto, a DATAREDE tinha uma interpretação e eles tinham insistido que deveria ser utilizada uma outra interpretação. E, por isso, estavam a tratar da alteração à tal regra, portanto ao regulamento.

No caso em particular, se morava no Bairro do Montalvão, esse bairro não estava tarifado, ainda não tinha condições para fazer o pedido do dístico, porque só no momento em que estivesse tarifado é que poderia fazer o pedido do dístico.

Sra. Deolinda Rosado – Pediu desculpa em interromper, mas na semana anterior, quando tinha estado na DATAREDE, estava um senhor que morava ao pé de si, em Montalvão, e o senhor estava a pagar para ele e para a mulher, e a senhora tinha-lhe dito que naquele ano não pagava, mas já tinha o dístico tratado. O senhor já tinha as coisas tratadas, mas tinham-lhe dito que naquele ano não pagava, mas estava a tratar do dístico.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que o dístico só era possível atribuir numa zona já tarifada.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que não tinha sido isso que lhe tinham dito. Tinham-lhe dito que o atestado de residência não servia para nada, tinha que mudar tudo, inclusivamente, a morada do carro e do seguro do carro, a senhora tinha sido bem explícita. Isso não fazia.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que se encontrasse os seus vizinhos e se eles pudessem vir clarificar qual era a condição, e em que rua moravam para poder ter o dístico.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que tinham tudo tratado.
Disse que conhecia uma senhora que morava no andar de baixo e já tinha ido tratar do dístico, mas no presente ano não se pagava. O que tinha ouvido dizer era que ainda não tinham em Montalvão porque as coisas estavam atrasadas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que havia um parque de estacionamento que tinha acesso exclusivo pela Rua Oliveira Martins, no Montalvão, que ficava junto à Escola Básica e Jardim de Infância do Montalvão, que era tarifado e que dava resposta, também aos residentes do Montalvão. Porque como a senhora Vereadora bem sabia, era um bairro que tinha problemas de estacionamento há muitos anos, e aqueles lugares de estacionamento, que eram tarifados, e já eram tarifados há alguns meses, davam resposta efetivamente aos moradores da Rua Oliveira Martins e a outros, também, do Bairro do Montalvão, eventualmente também a quem residisse na Rua Frei António das Chagas, que era ali relativamente perto.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que às vezes estava dentro do carro 1 hora, à espera que alguém saísse para poder estacionar, para ir para a sua casa.
Gostava que o senhor Presidente lhe desse uma certeza. No dia seguinte quando fosse novamente à DATAREDE gostava que lhe dissessem que os seus documentos, que já tinha entregue, estavam certos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que era como tinha dito, estavam a tentar fazer essa clarificação junto da DATAREDE. Não sendo possível, só com alteração ao regulamento.

Sra. Deolinda Rosado – Perguntou se então ia ter de esperar.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não sabia. Tinha esperança de que conseguissem um entendimento prévio à alteração ao regulamento. E era isso que tem feito com a DATAREDE.



Sra. Deolinda Rosado – Esperava que quando começassem a dificultar o estacionamento a Câmara agisse no sentido de os proteger.

E voltou a dizer que quando ligavam para a DATAREDE não deveriam ter de pagar uma chamada de valor acrescentado. Era lamentável, além de não terem instalações, ainda pagavam uma chamada de valor acrescentado para poder falar com eles.

Sr. Presidente – Pediu um bocadinho mais de sacrifício, e que no dia seguinte ou quando pudesse combinar com a senhora Vereadora e com o responsável do serviço, puderem conversar sobre o arruamento, sobre a sua morada, para avaliarem aquela situação.

Estavam numa situação de transição no Montalvão. Estavam em conversações com o operador, no sentido de alterar algumas situações. Não conhecia exatamente a situação em concreto, mas provavelmente era por isso que estavam numa situação que não estava ainda totalmente definida e que como era óbvio o objetivo era regularizar e clarificar essa situação. Mas tinham também de compreender que tinham aprovado um regulamento e, naturalmente, que o operador defendia os seus interesses e procurava defender-se e, portanto, não era fácil o diálogo que estavam a ter, embora houvesse resultados que poderia considerar positivos, de uma forma global, mas tudo aquilo levava muito tempo. Se pressionassem muito se calhar não teriam resultados nenhuns. Por isso é que pediu, seria mais um sacrifício, que marcasse uma conversa com a senhora Vereadora e o senhor responsável do serviço e a senhora explicava exatamente qual era a situação, para ver se alteravam isso.

Tinha sido muito importante aquilo que a senhora tinha vindo ali dizer. A senhora dizia que pagava uma chamada de valor acrescentado, isso era completamente inaceitável.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que não sabia.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que começava por 707.

Sr. Presidente – Disse que do seu ponto de vista isso era completamente inaceitável.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que tinha ido tentar saber alguma coisa e tinham-lhe dito que a chamada de valor acrescentado ia dar lucro ao dono do número de telefone, até nisso eles ganhavam.

Sr. Presidente – Disse que achava que isso não estava em nenhum regulamento, nem podia estar em nenhuma lei. Mas era por isso que era importante, quando os municípios falavam com eles, para tomarem conhecimento de algumas situações, e falava por si, não sabia se já tinha existido nos serviços algumas situações como aquelas.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que já tinha pedido 3 reuniões, o senhor Presidente não tinha tido vagar para a atender.

Sr. Presidente – Pediu à senhora Deolinda para combinar com o senhor Engenheiro Madeira e com a senhora Vereadora no dia seguinte, ou no outro seguinte, quando eles tivessem disponibilidade na agenda, para falarem sobre o assunto em concreto, para ver se pelo menos naquela fase, ainda de transição conseguiam encontrar uma solução que resolvesse a sua situação.

Sra. Deolinda Rosado – Disse que devia haver muitas pessoas na mesma situação.

Sr. Presidente – Disse que quando alguém vinha era porque tinha razões, e normalmente havia sempre mais “*não sei quantas pessoas*”, que também tinham problemas idênticos.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que convinha esclarecer, quem tinha negociado e quem tinha votado favoravelmente a concessão por 40 anos, em final de mandato, tinham sido os vereadores da CDU da anterior Presidente e com o senhor Presidente, Presidente da Assembleia Municipal, e, portanto, o senhor Presidente não podia estar constantemente a dizer que desconhecia, porque o senhor Presidente tinha de conhecer. Tinham sido os senhores que tinham negociado. Tinha de haver um acompanhamento do processo, porque o senhor estava a dizer que havia uma transição. Não havia transição nenhuma, aquilo que estava a haver era a implementação. A implementação do estacionamento tarifado a alargar-se na nossa cidade sem que a empresa cumprisse com as contrapartidas a que estava obrigada. E, o senhor Presidente e a senhora Vereadora Rita Carvalho, por várias vezes, lhes tinha transmitido que estavam em conversações com a empresa, dessas conversações que estavam a decorrer, naquele momento, e das conversações que tinham decorrido à pressa para entregar àquela empresa a concessão do estacionamento, por 40 anos, em final de mandato, do qual tinham recebido mais de 4 milhões de euros, sem que se visse qualquer investimento à vista, o senhor não podia estar constantemente a dizer que desconhecia. Desconhecia que as chamadas eram de tarifa acrescentada? Desconhecia que o estacionamento tarifado, naquele momento, estava a aumentar de uma forma desproporcionada? Desconhecia que os parquímetros estavam a ser colocados sem quaisquer regras nos passeios? Desconhecia tudo? Só eles é que conheciam, eles que não tinham negociado, eles que tinham votado contra.

Sr. Presidente – Disse que lhe ficava bem dizer tudo aquilo, mas assumia sempre as suas responsabilidades. E o que estava ali em causa tinha sido que a Câmara Municipal, e a Assembleia Municipal tinham votado favoravelmente aquele contrato, *“agora o senhor não quer assumir a responsabilidade de uma entidade como a Câmara Municipal, isso é um problema seu”*. Sobre a questão dos 40 anos ainda haveriam de tratar do assunto, *“num dia destes”*, mas não era aproveitar-se do facto, de irem ali os munícipes com problemas, e o senhor aproveitar-se politicamente dessa situação, isso era lamentável, profundamente lamentável.

Agradeceu à senhora Deolinda e disse que procurariam encontrar o melhor caminho para resolver a sua situação.

Sr. André Filipe – Disse que o assunto que o trazia ali, era comum aos munícipes que ali estavam, o estacionamento.

Estacionamento existia em todas as cidades, inclusive aquelas que eram governadas por PS e PSD, muitas delas tinham sido pioneiras em tal situação.

O que o trazia naquele dia ali era a sua cidade e deu vários exemplos. Na zona do Quebedo, tinham um estacionamento, chegando a uma zona do estacionamento dizia fim de parque pago. A DATAREDE era uma empresa abusiva, a música dizia *“o corpo é que paga”*, mas naquele caso *“o povo é que paga”*. E pagava porque havia um sinal de trânsito que dizia fim de estacionamento pago, ao qual, aqueles senhores, que tinham uma máquina a taxar para um lado e para o outro da rua, após aquele fim de estacionamento pago entendia-se que, segundo o Código da Estrada não tinha que pagar mais estacionamento naquele sítio e os senhores passavam multas, coimas, o que fosse, após esse sinal, do outro lado da estrada, ou seja: *“deste lado está o fim de estacionamento pago, que se entende fim de estacionamento pago para ambos os lados da estrada”*, se não deveria de existir um sinal para continuidade do estacionamento. Para além disso, aquele número era de valor acrescentado, o que não fazia qualquer tipo de sentido. E, muitas vezes se questionava para onde ia o dinheiro que pagava do estacionamento e das multas. Por exemplo, no seu bairro, morava na Rua Francisco Biscaya da Silva, que fazia convergência com a Rua Capitão José Pacheco e Rua Dona Ana de Castro Osório, era uma zona que não existia praticamente estacionamento, as pessoas estacionavam numa rampa. Sugeriu ao Município, que o dinheiro do estacionamento que eram recolhidos, porque a Câmara, certamente, e bem, havia de



ganhar algum, e concordava com o estacionamento pago, porque era pago em todas as cidades, que fizesse então parques gratuitos, em zonas de habitação.

Sobre a falta de certas condições na nossa cidade, que se tinha falado há bem pouco tempo numa reunião, as passadeiras. Tinha sugerido e voltou a sugerir, como se fazia, e bem, na cidade de Vendas Novas, tinham luzes no chão a piscar nas passadeiras e nos sinais em forma vertical.

Todos aqueles assuntos que o tinham trazido ali, pensava que eram de extrema importância, e que estavam ali para resolver o que se passava na nossa cidade, e não discutir *“por favor já chega, resolvam as situações”*.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor André por ter ido ali expor as suas razões, e naturalmente, que as suas questões ficavam registadas e, naturalmente, que continuariam aquele trabalho de diálogo com o operador, no sentido de melhorar aquilo que era necessário melhorar.

A decisão do estacionamento tarifado tinha sido tomada, respeitavam, independentemente de quem eram as forças políticas que tomavam as decisões, quando elas eram tomadas cumpriam aquilo que as entidades assumiam, naturalmente que poderiam criticar, podiam sempre propor soluções, alternativas, era essa a responsabilidade deles também como cidadãos, mas cumpriam aquilo que eram as decisões das entidades.

Naquele caso em concreto, continuavam a trabalhar, no sentido de dialogar com o operador, que tinha ganho o concurso, nos termos em que tinha sido aprovado, e, portanto, era um diálogo que não era fácil, porque, naturalmente, que envolvia questões financeiras e, para avançar nessa negociação, havia sempre que fazer contas, havia sempre que envolver os juristas, para tudo aquilo poder avançar. Era muito lento, mas estavam nesse trabalho, porque aquilo que os movia era servir os municípios, era servir aquela cidade e aquele Município. Às vezes não era fácil e, também, cometiam muitos erros, não escondia isso, também cometiam muitos erros, mas o que era importante era estarem naquele caminho de servir as populações o melhor possível.

Sr. André Filipe – Disse que as máquinas daqueles senhores tinham uma tarifa máxima, por exemplo, especificamente naquela zona sabia porque trabalhava ali ao pé, a moedeira, ou Mb Way, 3 euros e qualquer coisa. Supondo que apanhava o comboio no Quebedo, porque ia trabalhar para Lisboa, deu esse exemplo, pagava 3,20€, esses 3,20€ davam-lhe, supostamente, das 9 da manhã às 13h. Já tinha questionado a DATAREDE mais do que uma vez: *“meus senhores, como é que eu faço para proceder ao pagamento para o dia inteiro, sim porque a vossa máquina só aceita 3 euros e qualquer coisa”*, e aqueles senhores davam como resposta que tinha a aplicação. Não havia nenhuma lei que lhe dissesse que era obrigado a usar uma aplicação. Aqueles senhores tinham sim que deixar de passar multas indevidas, coimas, alertas às finanças, não sabia o que eles lhes chamavam, era algo de muito estranho, mas não eram nenhuma autoridade para multar. A sua grande questão era como é que fazia naquelas máquinas para pagar para o dia inteiro, porque não tinha que usar uma aplicação que lhe levava dinheiro. Para além disso, agradecia e com muita urgência, que fossem revistas todas aquelas coimas, porque estavam a falar de uma zona específica, não sabia como é que era nas outras da cidade, se aqueles senhores retirarem de 5, 10, 15 pessoas, 6 euros e qualquer coisa por dia, porque multavam após uma zona onde estava um sinal de fim de estacionamento, então estavam perante uma grande ilegalidade, no seu ponto de vista, perante o Código da Estrada. O Código da Estrada dizia que a partir daquele sinal não tinha que pagar mais nada. Aqueles senhores colocavam máquinas onde tarifavam 3,20€, queriam que as pessoas utilizassem a aplicação deles constantemente, não era obrigado. Havia pessoas que não sabiam trabalhar com o telemóvel e com aplicações, as pessoas nem sequer eram obrigadas a ter essa aplicação. Agradeceu à Câmara o trabalho todo que estava a ter perante aqueles senhores, *“a falar é que nos entendemos”*, e certamente que chegariam a um consenso com aqueles senhores. Eles trabalhavam de uma forma abusiva, desrespeitosa perante o povo, não tinham perfil, apesar de terem ganho um



concurso. Perfil humano tinham zero. Até ao telefone a falarem com as pessoas, descartavam e tentavam arranjar soluções, que não eram soluções.

Sr. Presidente – Disse que o andamento daquelas conversas, que era assim que chamava, que tem havido entre eles e o operador, estavam a conseguir encontrar parques de estacionamento diário, em zonas amarelas, em zona azuis, e, portanto, com tarifários diferentes, que eram mais adequados, sobretudo para quem continuava a necessitar de utilizar o carro. Mas como tinha dito, era um processo que não era fácil, era um processo lento, mas alguns dos parques já aí estavam, e, portanto, quem estava com atenção podia verificar que já existiam alguns parques desses, e, portanto, era o avanço que conseguiam fazer.

Havia muito caminho ainda a percorrer, mas era o trabalho que iam fazendo.

Sr. André Filipe – Disse que sim.

Na beira-mar, os estacionamentos estavam voltados para o mar, num dia vendaval, se houvesse uma ondulação ou outra coisa qualquer podia estragar um carro, e depois “queria ver”, num dia que tivesse que meter ali o seu carro, queria ver se a DATAREDE lhe pagava o arranjo, porque tinham um estacionamento feito virado para o mar e não do lado contrário, como estava anteriormente.

Disse ao senhor Presidente que havia que resolver aquelas situações.

Agradeceu e disse que se necessário estaria ali enquanto munícipe.

Sra. Natalie Perpina – Disse que era estrangeira, falava francês, mas ia tentar falar português.

Disse que também tinha um problema com a DATAREDE.

Tinham comprado um prédio, em frente à escola de hotelaria e tinha pedido um estacionamento residencial. Estava à espera há dois meses e naquela manhã voltou à DATAREDE para saber o que se passava, porque continuava sem resposta, disseram-lhe que a sua matrícula era estrangeira e por isso não podia ter. Eram residentes permanentes, passavam 3, 4, 5 meses em Portugal e tinham outra casa em França. Queria ficar com a matrícula francesa e como não tinha matrícula portuguesa não podia ter um estacionamento residencial. Isso não estava escrito no regulamento.

Sr. Presidente – Questionou se tinha comprado o prédio e se tinha escritura feita.

Sra. Natalie Perpina – Disse que sim.

Sr. Presidente – Disse para marcar com a senhora Vereadora para esclarecer melhor.

Sr. José Viegas – Disse que o seu problema era o mesmo pesadelo, era a DATAREDE.

Na rua onde vivia, junto à Praça do Brasil, com o aparecimento dos parquímetros tinha começado a tratar da documentação. Entre os documentos que eram pedidos havia dois documentos, um era a certidão de domicílio fiscal e outra certidão da conservatória do registo predial. Na Conservatória do Registo Predial era preciso uma pessoa deslocar-se lá, era preciso perder tempo, era preciso gastar dinheiro. Se a pessoa fosse distraída pagava 20 euros pela certidão, se a pessoa fosse mais atenta pagava só 4 euros. Tudo aquilo eram inconvenientes, quando estava absolutamente convencido que a apresentação do recibo da água ou da luz resolveria aquele tipo de problema.

Depois tinha sido a entrega da documentação. Depois de obter a documentação, tinha ido entregar a documentação. E, para entregar a documentação tinha se visto em “palpos-de-aranha”, para encontrar a loja, porque não estava bem sinalizada e quando entrou na loja viu que era um pardieiro, não tinha condições para receber ninguém. O aspeto da loja era descuidado, não tinha nome visível na fachada, não tinha uma cadeira para as pessoas se sentarem quando estavam a tratar da sua documentação, não tinha sequer um local na mesa

onde se pudesse pousar a documentação que se estava a tratar. E, depois de entregar toda a documentação as coisas não tinham acabado. Perguntou se a partir daquele momento poderia estacionar o carro e tinham-lhe dito que não, tinha que ser aprovado. Perguntou então, quanto tempo demorava a aprovação. E a resposta tinha sido que não sabiam. Começou então a fazer contas, se eram 4 euros para o dia inteiro, portanto *“dá 24 ou 26 euros por semana, dá 100 euros por mês, e, portanto, cá estamos nós a pagar”*. Pelas conversas que se tinham passado ali, tinha percebido que tudo aquilo era muito conveniente, que os cidadãos pagassem aquelas quantidades astronómicas, porque alguém iria ficar com ele.

Aquilo que propunha era que se modificassem aqueles procedimentos em relação à apresentação da documentação, porque aquilo era muito gravoso.

Se as pessoas tratavam da documentação, se era única e simplesmente uma prova documental, portanto, imediatamente inseriam a matrícula do carro no sistema e não causavam transtorno às pessoas. No caso de alguma coisa estar mal, depois contactavam a pessoa e resolviam os problemas. Não se compreendia que estivessem a taxar as pessoas com 4 euros, se não fosse mais, por aquilo que tinha ouvido ali, por dia, para poder estacionar o carro enquanto a DATAREDE não aprovava a documentação. Quanto mais demorassem, quanto mais ineficientes fossem mais resultados financeiros tinham.

Queria que os senhores fizessem o favor de fiscalizar. Tinham sido os senhores que tinham dado um contrato àquela empresa, portanto, tinham a obrigação de lhes impor condições, já deviam de lhes ter imposto essas condições. Estava a ver que, naquele momento, se tornava um bocadinho complicado, 4 milhões de lá para cá, eles iam querer fazer dinheiro, iam criar problemas, e quem é que pagava? *“era o Zé”*.

Sr. Presidente – Perguntou se o senhor José Viegas já tinha o dístico.

Sr. José Viegas – Disse que não. Ninguém lhe tinha dito que tinha o dístico. Tinha estado nas instalações da DATAREDE, na semana anterior.

Sr. Presidente – Perguntou se tinha entregue a documentação.

Sr. José Viegas – Disse que tinha entregue a documentação.

Sr. Presidente – Perguntou se não lhe tinham dito quando é que tinha o dístico.

Sr. José Viegas – Disse que, na altura, lhe tinham dito que não sabiam. Que o avisariam quando tivesse o dístico.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Pediu para lhe dar a identificação do processo ou quando é que tinha sido pedido.

Sr. José Viegas – Disse que já tinha dado.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Perguntou se já estava numa zona tarifada.

Sr. José Viegas – Disse que sim.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que pediam o ponto de situação do processo, e obviamente, que tinha razão. Não se podia dilatar a entrega do dístico havendo limitações ao estacionamento, era evidente.

Não havia ali nenhuma intenção de lucro fácil, antes pelo contrário, o residente tinha um dístico com um valor muito reduzido, e naquele ano em concreto, tinha um valor zero. Para não ficar convencido dessa solução, *“apanhamos coisas aqui e ali, e depois ficamos convencidos de verdades que não são verdades”*.



Sr. José Viegas – Perguntou como é que ia acreditar que a empresa não tinha benefício com a sua ineficiência se lhe iria cobrar 4 euros por dia.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que queria o número do pedido, para ver com a empresa o que se passava.

Sr. José Viegas – Disse que sim, já tinha dado o seu número de telefone e o seu nome.

Sr. Presidente – Agradeceu o facto do senhor José Viegas ter vindo ali e esperava que o dístico chegasse mais cedo do que a resposta, sendo que a resposta seria dada, se não fosse no dia seguinte, seria no outro.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 57 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 6 de setembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 69 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio